



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GUSTAVO CASASANTA FIRMINO

**ESTADO CAPITALISTA, AUTONOMIA RELATIVA DO
POLÍTICO E TRANSIÇÃO:
UMA LEITURA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO GOVERNO
DA UNIDADE POPULAR NO CHILE (1970-1973)**

GUSTAVO CASASANTA FIRMINO

**ESTADO CAPITALISTA, AUTONOMIA RELATIVA DO
POLÍTICO E TRANSIÇÃO:
UMA LEITURA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO GOVERNO
DA UNIDADE POPULAR NO CHILE (1970-1973)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado.

Londrina
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F525e Firmino, Gustavo Casasanta.

Estado capitalista, autonomia relativa do político e transição : uma leitura a partir da experiência do governo da Unidade Popular no Chile (1970-1973) / Gustavo Casasanta Firmino. – Londrina, 2014.
143 f. : il.

Orientador: Eliel Ribeiro Machado.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2014.

Inclui bibliografia.

1. Unidade Popular (Chile) – Teses. 2. Chile – Política e governo – 1970-1973 – Teses. 3. Socialismo – Chile – Teses. 4. Autonomia – Teses. 5. Governos de coalizão – Teses. I. Machado, Eliel Ribeiro. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 32(83)

GUSTAVO CASASANTA FIRMINO

**ESTADO CAPITALISTA, AUTONOMIA RELATIVA DO POLÍTICO E
TRANSIÇÃO:
UMA LEITURA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO GOVERNO DA
UNIDADE POPULAR NO CHILE (1970-1973)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Pedro Roberto Ferreira
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Jair Pinheiro
UNESP – Marília - SP

Londrina, 13 de Fevereiro de 2014.

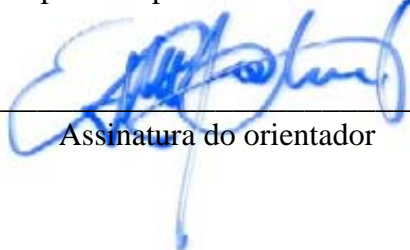
GUSTAVO CASASANTA FIRMINO

**ESTADO CAPITALISTA, AUTONOMIA RELATIVA DO POLÍTICO E
TRANSIÇÃO:
UMA LEITURA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO GOVERNO DA
UNIDADE POPULAR NO CHILE (1970-1973)**

Orientador: Eliel Ribeiro Machado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por Gustavo Casasanta Firmino, orientada pelo Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado e aprovada pela banca de defesa.



Assinatura do orientador

Londrina
2014

AGRADECIMENTOS

Gostaria de tecer alguns breves agradecimentos àqueles que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a realização da presente pesquisa.

Ao professor Sávio Cavalcante, que desde meus tempos de graduação tem acompanhado alguns dos trabalhos por mim desenvolvidos, contribuindo sempre com apontamentos, críticas e sugestões de leitura. Sem dúvida alguma, o “rumo” tomado por nossas preocupações intelectuais a ele deve muito.

Aos professores Jefferson Rodrigues Barbosa e Pedro Roberto Ferreira, pela leitura rigorosa e atenta, bem como pelas críticas e sugestões feitas à versão preliminar dessa dissertação. Ao professor Jair Pinheiro e, novamente, ao professor Pedro Roberto, pelo aceite do convite para compor a banca de avaliação final, e cujas contribuições, sem lugar a dúvidas, auxiliarão para dirimir as falhas e lacunas certamente presentes em nosso trabalho.

Ao professor Eliel Machado pela paciência e solicitude demonstradas desde meu ingresso no programa de Mestrado em Ciências Sociais, seja por meio de orientações gerais de leituras e problematizações teóricas, seja pelas críticas e sugestões realizadas, sempre concedendo a devida autonomia intelectual para que pudéssemos trilhar um caminho próprio. O auxílio prestado, sem dúvida alguma fundamental, para o acesso a parte do material bibliográfico utilizado na pesquisa, trazido diretamente do Chile, merece ser destacado. Nesse sentido, gostaria de agradecer também à Mónica Chacon, cuja prestatividade ímpar nos permitiu e facilitou o acesso ao acervo da Biblioteca do Congresso Nacional do Chile, em Santiago.

À CAPES e ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, pelo auxílio material prestado, fundamental para a realização da pesquisa, publicação de trabalhos e uma breve, porém proveitosa estadia em Santiago. Agradeço a ajuda financeira concedida pelo Curso de Especialização em Ensino de Sociologia, ao qual também estive vinculado e, em especial, ao seu então coordenador, prof. Elsio Lenardão. Aos colegas e professores do Programa de Mestrado, pela agradável e proveitosa convivência.

Desde 2009, venho tendo a oportunidade de participar das discussões e atividades promovidas pelo GEPAL – Grupo de Estudos de Política da América Latina, coordenado pelo prof. Eliel Machado. Aos amigos e colegas que pertencem ou pertenceram ao grupo, meus mais sinceros agradecimentos.

FIRMINO, Gustavo Casasanta. **Estado capitalista, autonomia relativa do político e transição:** uma leitura a partir da experiência do Governo da unidade popular no Chile (1970-1973). 2014. 143f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma discussão teórica acerca da experiência de tentativa de transição ao socialismo realizada pelo governo da Unidade Popular (1970-1973) no Chile. Indo além, procuramos debater tal experiência histórica à luz da problemática teórica da “autonomia relativa do político/Estado” proposta por Nicos Poulantzas a partir da obra *Poder político e classes sociais* (1968), avaliando suas possíveis interpretações, limites e críticas. Para tal, realizamos no primeiro capítulo uma leitura acerca da relação entre “bloco no poder”, Estado (e seus aparelhos) e democracia (enquanto forma de “regime político”), a partir de uma perspectiva histórica que dê conta de apreender as especificidades do Estado e da organização da cena política no Chile, no período anterior ao governo popular. No segundo capítulo se discute os principais aspectos, sobretudo políticos, da experiência chilena e suas insuficiências, a relação entre governo, aparelhos de Estado e as classes em luta. Por fim, ainda à luz da malograda experiência chilena, propomos no último capítulo um debate a respeito da temática da democracia (qual democracia?) e da transição socialista (qual socialismo?), além de traçar um painel geral contendo algumas das principais polêmicas e avaliações teóricas e políticas daquela experiência, e as causas de sua derrota.

Palavras-chave: Estado capitalista. Autonomia relativa do político. Unidade Popular. Socialismo. Chile.

FIRMINO, Gustavo Casasanta. **Capitalist state, and the relative autonomy of the political transition:** a reading from the experience of the Popular Unity government in Chile (1970-1973). 2014. 143p. Dissertation (Master in Social Sciences) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

ABSTRACT

This study aims to make a theoretical discussion concerning the experience held by the government of the Popular Unity (1970-1973) in Chile, trying the transition to socialism. Forward, it seeks debating such historical experience in light of the "politic/State relative autonomy" theoretical problem proposed by Nicos Poulantzas from the work Political power and social classes (1968), evaluating its possible interpretations, limitations and criticism. To this purpose, we performed a lecture on the first chapter about the relation between "the power bloc", the State (and its instruments) and democracy (as a kind of "political regime"), from a historical perspective which could apprehend the State's specificities and the politics scene's organization in Chile, in the previous period of the popular government. The second chapter discusses the main aspects, especially the politic ones, about the Chilean experience and its shortcomings, the relation between government, State instruments and the combatant classes. Finally, still in light of the unsuccessful Chilean experience, the last chapter proposes a debate on the theme of democracy (which democracy?) and the socialist transition (which socialism?), besides outlining an overview containing some of the major controversies and theoretical and politics evaluations of that experience, such as the causes of its defeat.

Keywords: Capitalist State. Relative autonomy. Popular Unity. Socialism. Chile.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultado das eleições presidenciais de 1970	54
Tabela 2 – Opções gerais apresentadas pelos setores da UP em <i>Lo Curro</i>	74

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AID	Agência Internacional para o Desenvolvimento
API	Ação Popular Independente
APS	Área de Propriedade Social
BM	Banco Mundial
BID	Banco Interamericano para o desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIA	Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos
CODE	Confederação Democrática
CODELCO	Corporação Nacional do Cobre
CORA	Corporação de Reforma Agrária
CORFO	Corporação de Fomento da Produção
CORHABIT	Companhia de Habitação
CORVI	Corporação de Reconstrução
CTCH	Confederação dos Trabalhadores do Chile
CUP's	Comitês da Unidade Popular
CUT	Central Única dos Trabalhadores do Chile
DESAL	Centro para o Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina
DC	Democracia Cristã
EUA	Estados Unidos da América
FRAP	Frente de Ação Popular
FRENDUC	Frente Nacional das Donas de Casa
GAP	Grupo de Amigos Pessoais
IC	Esquerda Cristã
INDAP	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário
JAP's	Juntas de Abastecimento e Preços
MAPU	Movimento de Ação Popular Unificado
MIR	Movimento Esquerda Revolucionária
NEP	Nova Política Econômica
PADENA	Partido Democrático Nacional
PC	Partido Comunista do Chile
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PDC	Partido Democrata Cristão

PIR	Partido da Esquerda Radical
PN	Partido Nacional
POS	Partido Operário Socialista
PR	Partido Radical
PS	Partido Socialista do Chile
PSD	Partido Social Democrata
PSP	Partido Socialista Popular
SOL	Solidariedade, Ordem e Liberdade
SSS	Serviço de Seguro Social
UP	Unidade Popular
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	União Socialista Popular
VOP	Vanguarda Organizada do Povo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - ESTADO, CENA POLÍTICA E BLOCO NO PODER NO CHILE: OS ANTECEDENTES DA UNIDADE POPULAR	15
1.1 ENTRE REFORMAS, CONTINUIDADES E GOLPES: FORJANDO A DEMOCRACIA	16
1.2 ESTABILIDADE INSTITUCIONAL E CONSENSO VELADO: A DEMOCRACIA CHILENA (1932-1970)	27
1.2.1 Segunda Presidência de Arturo Alessandri, um Retorno pela Direita	28
1.2.2 O triunfo da Frente Popular e a guinada reformista	30
1.2.3 Fim da Frente Popular e Aproximação dos Radicais com a Direita	34
1.2.4 Do populismo Ibañista ao Tecnocratismo Alessandrista	39
1.2.5 A Alternativa Democrata-Cristã: Uma “Revolução em Liberdade”	46
1.2.6 Da Eleição Presidencial de 1970 à Posse de Allende	53
CAPÍTULO 2 - O GOVERNO DA UNIDADE POPULAR E A “VIA CHILENA” DE TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA PROBLEMÁTICA DA AUTONOMIA RELATIVA DO ESTADO	56
2.1 IMPULSOS INICIAIS E PRIMEIRAS MEDIDAS	57
2.2 CONTRAOFENSIVA BURGUESA E CRISE	64
2.3 ENTRE A INSTITUCIONALIDADE ESTATAL E O “PODER POPULAR”	78
2.4 A AUTONOMIA RELATIVA DO ESTADO NA EXPERIÊNCIA CHILENA	86
2.4.1 O Político e o Econômico	91
2.4.2 Poder de Estado e Aparelhos de Estado	96
2.4.3 Estado Burguês e Contra-Poder Popular	103
CAPÍTULO 3 - DEMOCRACIA E TRANSIÇÃO SOCIALISTA: UM DEBATE TEÓRICO-POLÍTICO	110
3.1 QUAL DEMOCRACIA?	110
3.2 QUAL SOCIALISMO?	120
3.3 INTERPRETAÇÕES E SIGNIFICADOS DA “VIA CHILENA”	124
CONCLUSÃO	136
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

Há 40 anos chegava tragicamente ao fim a experiência de transição institucional ao socialismo no Chile, encabeçada pelo governo da Unidade Popular (1970-1973) e abortada por um golpe de Estado liderado pelo General Augusto Pinochet, com apoio financeiro e militar do imperialismo norte-americano e de setores da burguesia chilena. Pelas suas condições, particularidades e originalidade, aquela experiência chamou sobre si a atenção mundial, assim como seu desfecho nos legou leituras diversas acerca de seus limites, contradições e fracasso final. Podemos afirmar que a principal característica da experiência encabeçada pela Unidade Popular dizia respeito à tentativa de iniciar o processo de transição ao socialismo pela via democrático-institucional.

Por sua vez, o modelo de regime democrático que vigorou no Chile até 1973, quando do golpe de Estado, era reconhecido por políticos (das mais diversas tendências), jornalistas, especialistas, observadores internacionais, etc., por sua “estabilidade institucional”. O Chile contava, já há algumas décadas, com um sistema de partidos heterogêneo e amplo, eleições periódicas e sucessão constitucional de governos e gabinetes civis. Nesse contexto, havia ainda partidos de esquerda que se reivindicavam revolucionários e marxistas participando do sistema político e, além do mais, com forte peso eleitoral e influência junto às massas.

Ao longo do presente trabalho e, em especial, nos dois primeiros capítulos, propomos uma análise histórica dos antecedentes da democracia chilena, na sua relação necessária para com o Estado, a economia e as classes sociais. Assim, por vezes, faremos referência a dois conceitos que se complementam; os de “bloco no poder” e “cena política”. O conceito de “bloco no poder” tem por função descrever, basicamente, a unidade das classes e frações de classe dominantes para o exercício de sua dominação. Tal bloco não é imutável ou homogêneo, mas, antes, cindido por lutas internas e formado/alterado de acordo com processos histórico-sociais concretos. A unidade contraditória das classes dominantes se organiza por meio do Estado, que cumpre papel fundamental para a dominação de classe (Poulantzas, 225, 1977). Por sua vez, o Estado é aqui entendido num sentido “ampliado”. Para dominarem, as classes dominantes, por meio do Estado, utilizam elementos de força e consentimento, como afirmara Gramsci. Portanto, o Estado não é algo alheio às classes sociais, mas exerce sobre ela efeitos pertinentes no nível ideológico, político, etc.

Já o conceito de “cena política”, por sua vez, indicaria uma outra esfera da realidade sócio-política. Tal conceito pressupõe aquilo que aparece no âmbito da

representação política, do regime político, da democracia política (se o regime for democrático). Eis que para a dominação política de classe, as classes ou frações dominantes não necessariamente precisam estar organizadas na “cena política” por meio de seus representantes (partidos). Elas dominam e organizam sua hegemonia, fundamentalmente, por meio dos aparelhos de Estado (aparelhos econômicos repressivos, ideológicos), etc. Dessa maneira, a democracia (enquanto regime político) está sempre condicionada a uma forma de Estado específica e às classes que nele organizam sua hegemonia (Poulantzas, 1977, 150).

É necessário, portanto, esclarecer desde já que o recurso analítico àquilo que se revela na “cena política” (leis, sistema de partidos, etc.) e sua comum expressão, por excelência, em regimes de tipo democrático (o sufrágio universal), é feito para auxiliar na compreensão de uma realidade política mais profunda. Em suma, queremos com isso dizer que se o sufrágio universal (atributo do conceito de cena política) é capaz de revelar algo acerca do nível da luta de classes numa determinada conjuntura precisa, não é capaz de explicar, apenas por si, a própria dinâmica da luta de classes. Importa esclarecermos tal ponto, uma vez que a singularidade do regime democrático chileno que vigorou até 1973 e que, em grande medida, ajuda a compreender a “via chilena” ao socialismo, legou um sem número de leituras teóricas e políticas que se centraram, efetivamente, sobre temáticas como a “crise da democracia” ou “a crise do sistema de partidos”¹.

Ao que nos parece, a questão essencial reside em estabelecer a vinculação da assim chamada “democracia política” com o Estado burguês (em sentido ampliado) que a condiciona. Assim, no segundo e principal capítulo, procuramos desenvolver uma leitura da “via chilena” ao socialismo a partir da problemática teórica da autonomia relativa do Estado capitalista, desenvolvida por Nicos Poulantzas. Nesse sentido, a principal questão que nos move é a de como pensar que uma experiência por muitos qualificada de revolucionária e que teve como mote principal realizar a transição para o socialismo, pôde ter lugar numa formação social capitalista (dependente) como a chilena, durando quase três anos. Como pano de fundo necessário, procuramos estabelecer um paralelo com a própria teoria marxista do Estado, seus problemas e perspectivas.

¹ Embora tais leituras sejam sem dúvida insuficientes, o que ocorre na “cena política” pode exercer, em contextos precisos, efeitos pertinentes sobre a estrutura jurídico-política estatal e a luta de classes mesmo estando, em última análise, por estas determinadas. Logo, mesmo sendo preciso não confundir entre “efeito” e “estrutura”, é possível pensar uma relação de sobredeterminação desse par, de modo que a estrutura não esteja ausente nos seus efeitos (Althusser & Balibar, 2010, 203-4). Disso podemos inferir que mesmo a realidade mais imediata, embora insuficiente e até mesmo superficial, não expressa, necessariamente, uma “realidade falseada”. Ou, se quisermos, a “aparência” é também uma dimensão da realidade social, todavia, insuficiente.

Quanto à questão, já há muito debatida, acerca do que é a “democracia” (e se a democracia se resume a uma “forma de regime” institucional), ao longo dos dois primeiros capítulos daremos apenas algumas indicações. O debate em torno da construção histórica, teórica e política da chamada “moderna democracia de massas” será trabalhado no terceiro e último capítulo, em referência à realidade chilena e à malograda tentativa de transição ao socialismo encabeçada pelo governo da Unidade Popular. Nele, abordamos também uma breve discussão da relação entre “democracia” e “socialismo”, bem como um apanhado geral de algumas leituras teóricas e políticas que sintetizam, em nossa opinião, as principais posições referentes às causas da derrota do projeto revolucionário chileno.

CAPÍTULO 1

ESTADO, CENA POLÍTICA E BLOCO NO PODER NO CHILE: OS ANTECEDENTES DO GOVERNO DA UNIDADE POPULAR

Na primeira parte desse capítulo, tratamos de forma bastante resumida do histórico da democracia liberal no Chile, e da noção, que se faz presente desde o início do Estado nacional chileno de “singularidade democrática”, respeito às instituições e não intervenção dos militares na vida política nacional. Procuramos mostrar que tal noção, que deitou profundas raízes ideológicas na imagem que setores da sociedade chilena passaram a fazer de si mesmas era, se não totalmente falsa, bastante deturpada. De tal sorte que as primeiras tentativas de modernização econômica e política, sob os governos Balmaceda (1891) e Jorge Alessandri (1924), que ameaçavam a decadente oligarquia chilena, precipitariam golpes de Estado, e até mesmo uma Guerra Civil. Em 1925, se promulga a Constituição que ficaria vigente até o fim do governo Allende, período em que se tenta uma modernização conservadora, que precipitaria uma série de golpes, contra-golpes e graves convulsões políticas até 1932, quando o regime democrático é novamente “estabilizado”, a partir do segundo governo de Alessandri.

A segunda parte, mais extensa, trata do período 1932-1970, abarcando as quatro décadas ininterruptas de regime democrático no Chile, até a eleição de Salvador Allende, em 1970. Nesse período, destaca-se a eleição do primeiro governo de “Frente Popular” na América Latina, em 1938, com o apoio dos dois principais partidos de esquerda, o comunista e o socialista. Merece também destaque a evolução política e ideológica dos partidos de esquerda, em especial do comunista e do socialista, bem como a capilaridade política e eleitoral de ambos demonstrada, sobretudo, nas urnas e nos sindicatos. Ademais, tratamos das condições gerais que permitiram a aliança entre as duas principais forças da esquerda chilena a partir da segunda metade dos anos 1950 e que, apesar de suas idiosincrasias, culminou, em setembro de 1970, com a eleição do socialista Salvador Allende à Presidência da República, e o início da experiência da “via chilena” de transição ao socialismo.

1.1 ENTRE REFORMAS, CONTINUIDADES E GOLPES: FORJANDO A DEMOCRACIA

São abundantes as referências feitas pela literatura historiográfica, sociológica e política especializada, dos mais variados matizes teóricos e ideológicos, acerca da singularidade da democracia chilena e de sua longa trajetória de estabilidade institucional. Sem embargo, desde meados do século XIX já se desenhava, seja na historiografia oficial, seja no imaginário político-social, a imagem de um país politicamente estável – à diferença de seus vizinhos latino-americanos –, com sucessão periódica de governos civis constitucionais e democraticamente eleitos. Tal estado de coisas teria contribuído para que se construísse uma visão essencialmente positiva do país, alicerçada numa conhecida e notável “racionalidade política” (Aggio *apud* Da Costa, 111).

Cabe aqui uma breve referência ao chamado “Estado portaliano” que, por meio de uma estrutura político-administrativa de caráter impositivo e centralista, adotada a partir da década de 1830, foi capaz de estabilizar o país politicamente, tendo em vista os conflitos internos surgidos após a sua independência. Tal Estado tinha como guarida institucional a Constituição chilena de 1833, que se destacava pelo estabelecimento de um poder Executivo centralizado e forte. Os três primeiros presidentes da República governariam por uma década cada, período no qual o país esteve constantemente submetido a regimes de emergência (Da Costa, 2007, 111; Winn, 2010, 31). Não por acaso, durante anos e até mesmo décadas, políticos e intelectuais de corte liberal reverenciaram uma Constituição não promulgada, a de 1828, que havia sido ditada por uma coalizão de alguns dos setores mais liberais e federalistas, como forma de rechaço à carta de 1833, dotada de um caráter mais centralista, conservador e pró-clerical (Valenzuela, 1985, 74-5).

O estabelecimento de um Estado nacional centralizado seria favorecido pela quase total ausência de caudilhosmos políticos, comuns em diversas sociedades latino-americanas pós-coloniais (Rouquié, 1984, 17; 267). Além do mais, a própria centralização estatal característica do período portaliano, tinha como objetivo evitar a emergência de caudilhos (Da Costa, 2007, 110-11).

De acordo com Alain Rouquié, nesse período o Chile constituía uma espécie de “Estado de enclave”, financiado pelos direitos e impostos pagos pelas sociedades comerciais estrangeiras (em especial as de capital britânico) pela exploração do salitre, e que enriqueciam a oligarquia interna. Esse tipo de Estado daria vazão ao funcionamento de uma “democracia aristocrática” baseada no sufrágio restrito (Rouquié, 1984, 268). Sintetizando

aquilo que seria o ponto de vista das “elites” chilenas já no início do século XX, Peter Winn pontuou que:

Portanto, não é de se estranhar que em 1910, centenário da independência do país, as elites chilenas se orgulhassem do que seu século de liderança havia realizado, começando pela consolidação de um Estado centralizado com governo constitucional, lei e ordem. Para as elites, as histórias do país eram histórias de constituições escritas e ratificadas, instituições estabelecidas, leis promulgadas, obras públicas construídas e avanços econômicos. Seus livros retratavam uma sociedade e uma cultura em que o progresso do Chile era o lema, e a Europa, o modelo (Winn, 2010, 34-5).

Todavia, a situação política do país não era tão racional e democrática como queria fazer crer a oligarquia interna e suas classes e frações aliadas. Assim, a classe operária que começou a se desenvolver desde meados da segunda metade do século XIX² – no interior da qual se destacava um proletariado mineiro submetido a duríssimas condições de exploração –, seria brutalmente reprimida pela oligarquia, que tentava conter a luta de classes, até a década de 1920 (Castells, 1974, 129). No final de século XIX e início do XX vieram os grandes massacres da história da classe operária chilena, destacando-se a greve geral em Santa Maria de Iquique, no norte do país, que culminou com o assassinato de 1.000 a 3.000 operários, mantidos reféns no pátio de uma escola pelo Exército por protestarem contra as condições de trabalho nas minas e pela demissão em massa de operários nos períodos de recesso na indústria (Angell, 1974, 24-5).

Além do mais, os primeiros intentos reformistas, por via estatal, seriam duramente abortados por meio de golpes de Estado, revelando o real caráter da democracia no Chile. Assim, os setores mais conservadores da decadente oligarquia chilena puseram fim no governo liberal de José Manuel Balmaceda (1886-1891), dando origem a uma Guerra Civil em 1891. O confronto opôs o então presidente Balmaceda (apoiado pelo Exército) ao Parlamento (apoiado pela Marinha) e aos bancos e interesses ingleses hostis à política nacionalista de Balmaceda (Rouquié, 1984, 86). O ano de 1891 expressava, dessa forma, a primeira crise político-social mais aguda no interior do bloco no poder chileno, crise essa que seria resolvida em favor dos defensores da tradicional política econômica dominante desde a

² A primeira greve da qual se tem notícia no Chile data de 1864. Os operários protestavam contra a intolerância dos patrões, a cumplicidade das autoridades estatais com aqueles, as péssimas condições de trabalho que punham em risco suas vidas e o sistema de pagamento por meio de crédito em estabelecimentos comerciais vinculados à companhia. As greves e protestos das décadas posteriores apresentaram, em linhas gerais, as mesmas reivindicações (Angell, 1974, 24).

independência do Chile: a de um livre-cambismo subordinado e dependente do capital estrangeiro, sobretudo inglês³

Importa ter em conta que os recursos provenientes da exploração do salitre, sobretudo após a Guerra do Pacífico (1879-1883), modificariam as funções econômicas do Estado, que passava a adotar o papel de canal principal de circulação de excedentes (Bravo & Moulian, 1981, 6). De acordo com Germán Bravo e Tomás Moulian, os intentos modernizantes de Balmaceda foram rechaçados pelos mais diversos setores das classes dominantes, inclusive aqueles desprovidos de uma orientação exportadora. Para os autores, a Guerra Civil que eclode em 1891, pode ser vista como o intento das classes dominantes de cristalizar sua independência em relação ao aparato estatal, de modo a evitar que um poder presidencial forte (como era o de Balmaceda), impusesse pautas de racionalidade social mais além dos interesses corporativos e imediatistas daquelas (Bravo & Moulian, 1981, 6-7).

A partir de então, entraria em cena (na cena política), o período conhecido como “República Parlamentar” (1891-1924). O triunfo da oligarquia livre-cambista seria traduzido, no terreno institucional, como uma vitória da ala parlamentarista contra aquilo que seria denominado de “ditadura do Executivo” (Da Costa, 2007, 114). Na verdade, por volta do encerramento da década de 1870 já se processava, no interior do sistema político, fortes críticas ao modelo portaliano de presidencialismo centralista, coincidentes com o acirramento das disputas partidárias (idem, 113). A partir de uma perspectiva claramente liberal, Samuel Valenzuela sustentou que o período 1870-80, marcado por uma série de reformas, teria permitido a passagem da “República Conservadora” ou “Autocrática” à “República Liberal”, com destaque para a lei eleitoral de 1874. Esta última teria marcado o início do processo de participação eleitoral ampliada, cuja consolidação se daria a partir de 1891⁴ (Valenzuela, 1985, 49-50).

³ Salazar Vergara (2003, 114-5) chamou atenção para o desenvolvimento de um “imperial-desenvolvimentismo” de caráter livre-cambista, que teria dominado/subordinado as relações econômico-culturais durante o período 1810-1930 no Chile. Seu rosto mais visível teria sido o do conglomerado mercantil estrangeiro (sobretudo inglês) capaz de instaurar, em especial aos olhos da oligarquia interna, uma relação entre “iguais” com esta, relação baseada nos preceitos do livre comércio e das transações de mercado.

⁴ Em que pese o fato de que a perspectiva do autor sobre o significado ou conteúdo possível da “democracia” moderna (basicamente, a disputa de grupos políticos institucionalizados em partidos pelo voto de eleitores “livres”) seja diametralmente distinta da nossa, é interessante registrá-la, na medida em que expõe o problema a partir de uma concepção liberal-institucionalista da política, concepção esta que auxiliou na construção do “ideário democrático” ao qual a história do Chile, desde meados do século XIX, esteve vinculada. No que diz respeito às reformas do período 1870-80, que incluem a lei eleitoral de 1874, estas: “[...] consistieran en la prohibición de la reelección por un nuevo período consecutivo de los presidentes y la limitación de su uso de las facultades extraordinarias, el reforzamiento de la independencia del poder judicial con respecto al ejecutivo y la extensión de sus atribuciones, la modificación del senado desde un cuerpo elegido indirectamente por 9 años a un escogido por elección directa de las provincias por períodos de 6 años, la incorporación al Consejo de Estado de representantes del Congreso, el afianzamiento de la protección legal a las libertades de prensa, de

Do ponto de vista da assim chamada “cidadania política”, a grande novidade da reforma eleitoral de 1874, foi a anulação do critério censitário para o exercício do voto, tal como se previa na Constituição de 1833⁵. Dessa forma, segundo Isabel Torres Dujisin, após 1874 o sistema político chileno entraria numa segunda fase, caracterizada por sua “ampliação formal”, e que se estende até 1920 abarcando, dessa forma, todo o período da “República Parlamentar”. Essa nova fase do sistema político, por sua vez, se relacionava com a importância adquirida pelas camadas médias e pela burguesia urbana nascente (Dujisin, 1989, 2-3). Para as eleições seguintes, o número de eleitores inscritos dobrou, e na eleição subsequente, triplicou. Assim, o número de eleitores inscritos margeava 149.000 numa população masculina adulta que somava pouco mais de 400.000, embora a participação eleitoral tenha permanecido relativamente baixa durante toda a primeira metade do século XX (Valenzuela, 1985, 13-14).

De acordo com Bravo e Moulian, após a derrocada de Balmaceda (1891), se produziu um regime de tipo pseudo-parlamentar, capaz de impedir que qualquer fração oligárquica predominasse sobre as demais, obrigando-as todas ao compromisso interno (Bravo & Moulian, 1981, 7). Embora aparentemente irracional, esse pseudo-parlamentarismo com enorme atomização de poder foi muito eficiente para impedir os conflitos oligárquicos, porém restringiu a possibilidade para o enfrentamento de problemas nacionais, vedando também qualquer possibilidade para a constituição de um projeto com perspectiva nacional por parte das classes dominantes (idem, 7). Por consequência, durante a “República Parlamentar”, o sistema político chileno caracterizou-se pela fragmentação e corrupção, resultado da formação de alianças efêmeras e indefinidas dos partidos no Parlamento (Petras, 1969, 109). De todo modo, interessa ter em conta que era a oligarquia interna quem continuava a exercer uma posição hegemônica no interior do bloco no poder chileno, independente do fato de a forma de regime político ter assumido feições mais “parlamentares” ou “legislativas”.

asociación, de culto y de enseñanza, y la creación del registro civil, del matrimonio civil y de los cementerios laicos”. Ademais, tais mudanças estariam intimamente vinculadas com o surgimento de um novo setor social, imbuído de concepções liberais, composto por uma burguesia financeira emergente, mineira e até certo ponto mercantil e industrial, bem como por uma classe média que adquiria relevância social (Valenzuela, 1985, 50-51).

⁵ Mais precisamente, o artigo 8 da Constituição de 1833, previa como sendo critério para o exercício do sufrágio, a posse de propriedade imóvel ou de alguma forma de capital investido, cujo valor seria fixado por lei especial para cada província a cada dez anos, bem como o recebimento de algum tipo de emolumento condizente com dita propriedade (Chile, Constituição da República, 1833). Por sua vez, a lei eleitoral de 1874, não contradizendo formalmente o texto constitucional, manteve a prescrição do critério censitário, embora estabelecendo que: “se presume de derecho que quien sabe leer y escribir tiene la renta que se requiere por ley” (cf. Dujisin, 1989, 3-4). Foi somente com a reforma constitucional do ano de 1888, que a exigência de alguma forma de renda para os sufragantes seria abolida (idem, 4).

São muitos os autores que chamaram atenção para a emergência de uma classe média urbana no Chile, fenômeno que já se evidencia no último quarto do século XIX. Ao mesmo tempo, e não por acaso, é nesse mesmo momento que ocorre uma expansão decisiva do Estado, financiada pelos recursos provenientes da exploração do salitre após a Guerra do Pacífico (1879-1883), favorecendo o crescimento dos setores médios. A dinâmica posta ao crescimento e desenvolvimento da classe média urbana atrelada ao Estado, ocorre de tal maneira que:

El uso de estos recursos estatales extraordinarios va destinado preferentemente a obras públicas, escuelas, puertos, ferrocarriles, lo que determina a un aumento del número de funcionarios. Este fenómeno posibilita resolver el problema planteado por grupos medios que buscan una salida ocupacional a una situación creada por acelerado incremento de la urbanización, una disponibilidad de individuos con educación secundaria y universitaria y el desarrollo de una pequeña burguesía de industriales y comerciantes (Cereceda, 1972, 248).

Em função da ação interventora decisiva do Estado também se observa, portanto, o avanço da urbanização e da industrialização. No ano de 1885, a população urbana já somava 41,7% da população total do país, sendo que, em 1930, chegaria a praticamente metade desta: 49,4% (Petras, 1969, 22). Por sua vez, a produção industrial cresce 50% de 1870 a 1910, chegando a representar 14% do produto interno nacional em 1905 (Moraga, 1977, 68).

Contudo, faz-se necessário abrir um breve parêntese para considerar o argumento de Salazar Vergara (2003, 107), cujo estudo, baseado em estatísticas comerciais e censos industriais realizados no Chile, apontou que o início do processo de industrialização do país se iniciou a partir da década de 1850. Ademais, o autor põe ênfase no argumento de que – diferentemente de uma tese muito difundida –, o início do processo de industrialização não foi promovido pelo Estado e sim pelo conglomerado mercantil estrangeiro (casas e bancos comerciais) que cumpriria uma função modernizadora essencial sem a qual, provavelmente, o regime oligárquico teria colapsado por volta de 1890 ou 1900⁶. Assim sendo, embora tenhamos assinalado que, a partir do último quarto do século o aparato burocrático tenha sofrido uma expansão decisiva, é importante fazer uma breve ressalva, e ter em conta que o crescimento industrial experimentado nesse mesmo período não foi fruto de uma ação estatal

⁶ Deve-se ter em conta, entretanto, que esse processo de industrialização era bastante incipiente, e não dizia respeito a uma indústria avançada capaz de produzir mercadorias com alto valor agregado. Na verdade, ao que tudo indica, tratava-se de indústrias manufatureiras, ligadas à exportação salitreira.

planificada e consciente, assim permanecendo até a década de 1930, com o início da política de substituição de importações (idem, 107-8), por ocasião da crise terminal de hegemonia da oligarquia livre-cambista⁷.

Em decorrência do argumento acima exposto, Salazar Vergara sustenta que foi o conglomerado mercantil financeiro o fundador e ativo formador da moderna classe média chilena (empregados de comércio, burocracia), a partir da década de 1870, e não o Estado. Tal situação teria levado a nascente classe média a imitar o estilo de vida de seus padrões estrangeiros, dando origem a um fenômeno sociocultural denominado *siutiquería* que se caracterizava, ao mesmo tempo, pelo afã de imitação do estrangeiro, assim como por uma grande confusão política de rechaço, por um lado, da oligarquia interna e, por outro, de aceitação geral dos princípios liberais e livre-cambistas. Essa identidade confusa e vacilante não teria permitido à emergente classe média, até 1920, assumir um projeto político próprio em detrimento da dominação oligárquica (Salazar Vergara, 2003, 121-2). Se levarmos em conta tal perspectiva poderemos, mais adiante, compreender melhor o caráter heterogêneo dessa “classe média” que, a partir da década de 1920, passaria a adquirir uma importância política crescente.

De todo modo, o surgimento das classes médias chilenas, mesmo que ainda sem pretensões de hegemonia propiciou, no âmbito da cena política, uma maior abrangência do sistema de partidos até então existente. O período da “República parlamentar” pôde contar com seis partidos eleitoralmente relevantes: Conservador, Nacional, Liberal Democrático (ou Balmacedista), Liberal, Radical e Democrático, embora nenhum destes representasse projetos políticos antagônicos, mas sim a constante cisão laico-religiosa no interior da sociedade chilena (Da Costa, 2007, 117); (Dujisin & Moulian, s/d, 24). Houve ainda, de fins da década de 1890 ao início do século XX, o surgimento de partidos que reivindicavam o socialismo, embora nenhum destes tenha perdurado por muito tempo. O primeiro partido nacionalmente relevante desta tendência foi o Obrero Socialista⁸, fundado em 1912 e convertido, em janeiro de 1922, no Partido Comunista do Chile (Valenzuela, 1985, 47-8).

⁷ “La crisis mundial de 1930 [...] desarticuló el comercio exterior chileno en un grado próximo a la catástrofe: las exportaciones e importaciones cayeron cerca de 85%. Las exportaciones de salitre, que estaban en dificultades desde 1914, se hallaron ante una crisis casi terminal hacia 1930. Así, las bases fundantes nacionales e internacionales del conglomerado mercantil extranjero colapsaron, de modo simultáneo, con la crisis de ese año. Lo que la clase política chilena no había querido o sabido hacer desde 1890, a saber: la ‘nacionalización’ del sector exportador y el destronamiento del conglomerado extranjero, lo hizo de golpe la crisis de 1930. De la noche a la mañana, Chile se quedó sin liderazgo económico. Mejor dicho, perdió, en un año, el líder capitalista que lo había dirigido durante cien” (Salazar Vergara, 2003, 123).

⁸ “Desde un comienzo el partido participó en las elecciones municipales, parlamentarias y presidenciales con sus candidatos, sin lograr una figuración importante. Así, antes de lograr la elección de tres diputados en las elecciones de 1921, sólo pudo conquistar algunos puestos edilicios, especialmente en el Norte. Los éxitos

No que diz respeito ao caráter “oligárquico” da democracia chilena do período, e que é sobejamente explorado pela literatura dedicada ao tema, é fato que o alto séquito de políticos “profissionais” (presidentes, deputados, senadores, ministros de Estado, etc.) provinha, no seu conjunto, das classes dominantes. Some-se a isso o fato de que, mesmo com as reformas eleitorais e com a garantia legal do direito ao sufrágio a uma parcela razoável da população adulta masculina, apenas uma pequena minoria do conjunto da população de fato sufragava⁹ e que, desde o início, diversos (e persistentes) mecanismos de fraude, manipulação eleitoral e suborno, deixaram sua marca no sistema político chileno (Borón, 1972, 380-1).

Contudo, o Chile esteve entre os países que mais cedo desenvolveram um regime de governo assentado no sufrágio universal (restrito). Ademais, o processo de democratização do país ocorreu de maneira evolutiva, a partir da estrutura e do sistema políticos preexistentes, e não por meio de uma ruptura revolucionária com o antigo ordenamento político, o que ajuda a explicar a forte permanência, nos períodos subsequentes, dos agrupamentos conservadores (de direita) no âmbito da cena política chilena (Valenzuela, 1985, 15-7; 133). Três décadas após a derrocada de Balmaceda, a emergência de outro governo reformista propiciaria uma nova crise do sistema político chileno que, dessa vez, demoraria ainda mais tempo para se reestabilizar, em decorrência da nova (e mais complexa) situação econômica e social do país.

A crise política do ano de 1924, ocorrida durante o primeiro governo de Arturo Alessandri Palma (1920-1925), colocaria fim ao período conhecido como “República parlamentar”. Em razão de seus intentos reformadores, o governo de Alessandri precipitou uma crise política que levou à primeira intervenção política direta das Forças Armadas na história do Chile, em 1924. Vale notar a esse respeito que uma das singularidades históricas do Estado chileno, desde o início do período portaliano, foi a não-intervenção dos militares na esfera política, com a respectiva preponderância do poder civil (Rouquié, 1984, 70-1). A partir de então começava um período de agitação, instabilidade e reformas que se arrastaria até 1932. A interferência militar se deu no sentido de obrigar o Parlamento a votar uma série

principales del partido en la década de 1910 fueron su capacidad de lograr la dirección de una de las principales confederaciones obreras del país, la Gran Federación Obrera de Chile, y su participación en un amplio movimiento de masas llamado la Asamblea Obrera de Alimentación Nacional. Sin embargo, la importancia política del partido, convertido ya a partir de enero de 1922 en Partido Comunista de Chile, se acrecentó notablemente hacia meados de la década de los veinte” (Valenzuela, 1985, 47-8).

⁹ Pode-se dizer que a massificação do sufrágio no Chile só ocorreu a partir de 1949, com a incorporação do voto feminino nas eleições parlamentares e presidenciais, processo que se acentuou nas duas décadas seguintes (Valenzuela, 1985, 13-4); (Dujisin & Moulian, s/d, 22).

de projetos de leis sociais que se arrastavam há meses, em função de disputas com o Executivo¹⁰ (idem, 132).

Embora a obstrução parlamentar ao governo de turno tenha sido uma prática recorrente em todo o período da “República Parlamentar” (Da Costa, 2007, 116; Dujisin, 1989, 8), durante o governo Alessandri as disputas entre Legislativo e Executivo intensificar-se-iam ainda mais. Depois das conquistas obtidas sobre o Parlamento, os militares exigiram a sua dissolução e o chefe do Executivo, tendo perdido o controle sobre aqueles, foge do país. Uma junta militar composta por dois almirantes e um general instala-se no poder, com o apoio da Marinha (Rouquié, 1984, 132).

Como acontecera à Allende meio século mais tarde, Alessandri foi denunciado enquanto “comunista” por seus oponentes conservadores e seus votos concentravam-se também nas províncias do norte e sul do país, e não em seu centro político. Assim como Allende, Alessandri venceria as eleições por uma estreita margem de votos, vitória que foi questionada e, posteriormente, aceita com relutância pelos partidos de direita. Por fim, também Alessandri não conseguiria legislar seu programa em função da maioria opositora no Congresso, sendo deposto por um golpe militar (Winn, 2010, 44). Pode-se afirmar, todavia, que diferentemente do governo de Allende, o de Alessandri representava (pela primeira vez na história chilena) a “classe média política” – socialmente heterogênea e vinculada aos setores urbanos (Moraga, 1977, 22) – e não a classe trabalhadora. Todavia, a candidatura de Alessandri contaria com o apoio (em alguns casos entusiasmado) dos poucos operários chilenos com direito a voto (Borón, 1972, 377; Angell, 1974, 45; Winn, 2010, 43).

Na prática, o governo Alessandri apresentou características liberal-reformistas, e o próprio presidente, nas suas aparições públicas, se apresentava como severo crítico da oligarquia interna, bem como do parlamentarismo das “elites”. Eleito pela *Alianza Liberal*, uma coalizão composta por democratas e radicais, que incluía também alguns setores do liberalismo, seu controverso *slogan* de campanha foi: “Alessandri ou a revolução”, fazendo sugerir que somente seu programa de reformas¹¹ (vindo “de cima”) seria capaz de

¹⁰ “Como Alessandri na Presidência não pôde contar com a maioria no Senado, mas somente na Câmara dos Deputados, todos os seus projetos de lei para a área social foram obstruídos e, muitos dos seus ministros interpelados e acusados por minorias parlamentares, o que lhe impôs dezoito mudanças no ministério. Por um lado, as condições do governo para atuar permaneciam difíceis, por outro, as reivindicações sociais se intensificavam” (Da Costa, 2007, 118-9).

¹¹ Em 1915 surge uma coalizão formada por liberais doutrinários, radicais e democratas, que passou a plantear questões de cunho social. As atrocidades da Primeira Guerra Mundial produziram na burguesia europeia um mal-estar civilizatório que foi transmitido às classes dominantes chilenas e seus dirigentes políticos, de tal sorte que estes passaram a importar fórmulas de teor “evolucionista” que, originalmente, estavam destinadas a evitar a revolução ou neutralizar os focos de agitação social no velho mundo. Tais fórmulas expressavam ainda o aumento de uma “sensibilidade social” e da “consciência ética” dos setores dominantes. Tal processo

impedir uma revolução (vinda “de baixo”). Entretanto, segundo Isabel Dujisin e Tomás Moulian (s/d, 32), o que resultou intolerável para o *establishment* chileno não foram as diferenças programáticas entre os candidatos que se apresentaram para a disputa presidencial de 1920 (Alessandri e Luis Barros Borgoño, candidato do Partido Conservador e dos setores majoritários do Partido Liberal), e sim alguns elementos do estilo político de Alessandri que refletiam uma concepção de fundo sobre o papel do Estado e suas funções sociais, seu constante apelo às massas em detrimento do Parlamento, sua crença em um Estado forte e centralizado.

Outro aspecto da eleição de Alessandri merece ainda ser ressaltado. Nas eleições de 1920 não houve aumento do número de eleitores inscritos para a votação, tampouco dos sufrágios emitidos¹², indicando que, se houve nas urnas um questionamento da hegemonia oligárquica, expresso na vitória eleitoral de uma aliança reformista cujo eixo era os partidos representantes dos setores médios emergentes, isso ocorreu a partir de uma reorientação política do antigo eleitorado, e não por meio de um processo de ampliação da “cidadania política”, com a respectiva incorporação de novos eleitores ao sistema político (Borón, 1972, 378).

Após a deposição de Alessandri, a junta militar que assume o controle do Executivo não tardou em demonstrar apoio à continuidade da hegemonia oligárquica, sendo deposta no ano seguinte por um segundo golpe militar, dessa vez liderado por jovens oficiais reformistas do Exército, tendo à sua frente o coronel Carlos Ibañez del Campo, e que restaura o governo de Alessandri (Winn, 2010, 44). Ainda no ano de 1925, sob a presidência restaurada de Alessandri, seria promulgada uma nova Constituição, que permaneceria em vigor até o ano de 1973, quando do golpe contra o governo de Salvador Allende. Dias depois da promulgação da nova carta constitucional, Alessandri renuncia.

Em linhas gerais, o ponto central do debate em torno da nova carta se deu em relação ao regime de governo a ser adotado; se parlamentarista ou presidencial, tendo tido o próprio Alessandri um papel de destaque na defesa do modelo presidencialista (Bertelsen *et*

se intensifica com o estalar da Revolução Russa e com a onda revolucionária que até 1921 sacudiu a Europa. A partir de então, consolidou-se no meio político chileno (mesmo entre os partidos mais conservadores), certo “consenso evolucionista”, que ajuda a explicar a vitória nas eleições parlamentares de 1918 de uma coalizão de setores politicamente mais progressistas (liberais, radicais e democratas), bem como o clima favorável às “reformas sociais” dos anos 1920 (Dujisin & Moulian, s/d, 29-31).

¹² Para as eleições de 1920, havia inscritos 370.314 eleitores, dos quais apenas 166.917 emitiram votos válidos. Oito anos antes, para as eleições parlamentares de 1912, havia 598.000 eleitores inscritos e 295.000 sufrágios foram validados. Embora a população nacional tenha evoluído de cerca de 3.424.000 em 1912 para 3.785.000 em 1920, o corpo eleitoral ao invés de expandir-se, sofreu retração. Se compararmos ainda os dados da eleição presidencial de Alessandri com a presidencial anterior, de 1915 e com a parlamentar de 1918, podemos perceber que o número de votos emitidos permanece praticamente estável (In: Borón, 1972, 379).

al, 2002, 11-4). Já o debate em torno do “direito de propriedade” não receberia grande atenção (Brahm Garcia, 1999, 33), embora a nova Constituição viesse a fazer menções à “função social da propriedade”¹³ (Chile, Constituição da República, 1925). Segundo periodização proposta por Sergio Volosky (*apud* Novoa, 1989, 111), por volta de 1924 se iniciou uma nova etapa na produção legislativa chilena, marcada por uma mescla de tendências “neoliberais” e “progressistas” que, no seu conjunto, extrapolava a concepção liberal-individualista em sentido estrito, prevalecente no período anterior. O motivo de tal mudança, segundo o autor, se deveu às novas relações de classe produzidas e às lutas políticas protagonizadas pela classe média e pelo proletariado chileno, bem como pelos partidos de inspiração socialista (*idem*, 111).

Embora tenha prevalecido na Constituição de 1925 uma tendência jurídico-política de caráter liberal, as “concessões progressistas” presentes em pontos da nova carta, bem como aquelas acrescentadas por meio de reformas constitucionais ao longo dos anos subsequentes (impulsionadas, é preciso dizer, pela luta política de classes), são um aspecto importante no ulterior desenvolvimento político chileno. Não é à toa que tanto a direita quanto a esquerda passariam a disputar concepções diversas sobre a Constituição de 1925, sobretudo durante o governo Allende, como veremos no segundo capítulo.

Encarnando o espírito reformista dos oficiais golpistas de 1924 e 1925, o General Carlos Ibañez del Campo, homem forte do governo restaurado de Alessandri, é eleito presidente por meio de um plebiscito que lhe dá 98% dos votos em 1927. Político de procedência militar, exonerou os elementos mais conservadores do Exército, o que favoreceu a oficialidade reformista, todavia, por seu “pulso firme” e medidas autoritárias em relação aos movimentos populares, o general seria tido pela direita como “último baluarte da ordem”. Apoiado pela esquerda civil e militar, Ibañez organiza o corpo de Carabineiros – espécie de polícia nacional, subordinada ao Ministério do Interior – e governa com poderes ditatoriais, para grande alívio da direita (Rouquié, 1984, 132-3). De tal modo, podemos inferir que seu governo assumia feições de uma solução política de tipo bonapartista em favor da burguesia. Não por acaso, uma das preocupações de Ibañez foi a de desacreditar todos os partidos,

¹³ Numerosos autores (muitos deles no campo do direito burguês) apontaram para o fenômeno de um progressivo aumento dos chamados “direitos sociais” no Chile a partir de 1925, em oposição aos princípios do individualismo normativo liberal-clássico. Faz-se necessário, entretanto, compreender tal evolução a partir do prisma da luta de classes e de seus efeitos sobre o campo jurídico. Dessa perspectiva, pode-se entender o porquê do florescimento de uma legislação “social” no Chile em 1925, tal como num segundo momento, de reformas constitucionais importantes como as de 1967 e 1971, sob os governos de Eduardo Frei e Salvador Allende, que versavam sobre a reforma agrária e a nacionalização do cobre, respectivamente (Volosky, 1989, 111-3).

deixando-os sem um papel relevante nas gestões públicas, e com isso favorecer o desenvolvimento de forças políticas “independentes” (Dujisin, 1989, 16-7).

Em decorrência das dificuldades econômicas advindas da crise de 1929, Ibañez seria exonerado em 1931, após uma onda de manifestações de estudantes e de membros da classe média que exigia a restauração das liberdades públicas. O governo provisório que se seguiu enfrentou rebeliões militares, posteriormente sufocadas, em função da decisão do governo de diminuir todos os rendimentos dos funcionários civis e militares. Era um período que a historiografia conservadora chilena batizaria sob o rótulo de “anarquia” (Rouquié, 1984, 133). No ano seguinte, o Chile conheceria o golpe de Estado liderado pelo Comodoro da Aeronáutica Marmaduke Grove, e que daria início à experiência da “República Socialista”, que teve uma efêmera duração de 12 dias.

O “socialismo” tornava-se assim lema político num Chile falido: dentre todos os países do mundo, foi o mais atingido pela crise do comércio internacional, perdendo 80% da renda proveniente de exportações entre 1928 e 1932 (Winn, 2010, 46). Dentre as principais economias sul-americanas, o Chile foi o único país em que, no ano de 1937, o PIB ainda não recuperara em termos absolutos o nível de 1929¹⁴ (Furtado, 1970, 136). Na realidade, entretanto, o ideário da República Socialista de 1932, se aproximava mais a um tipo de capitalismo de Estado ou de um Estado de bem estar social do que do marxismo, o que se evidenciava nas declarações de Grove, nas quais manifestava o desejo de buscar uma “terceira via” entre capitalismo e comunismo. A República socialista, eivada de contradições político-ideológicas internas, era um amalgama de tendências populistas e “socialistas” (Drake, 1978, 74-5).

Tal heterogeneidade político-ideológica seria a marca do Partido Socialista do Chile – o grande fruto político da República Socialista – fundado em 1933, e que congregava tendências anarquistas, trotskistas, mutualistas, socialdemocratas, além de integrar trabalhadores e camponeses, sob uma liderança e base social predominantemente de classe média. Ao internacionalismo dos comunistas contrapunha o seu nacionalismo¹⁵ (Winn,

¹⁴ “O grau excessivamente elevado de integração no comércio internacional – para um país exportador de matérias-primas – e a dependência da importação de alimentos dificilmente substituíveis, [...] fizeram do Chile não somente o país mais afetado pela crise, mas também aquele em que o processo de substituição de importações enfrentaria maiores obstáculos” (Furtado, 1970, 136).

¹⁵ Por meio de um comunicado, Grove e seus companheiros, após tomarem o poder, definiam como objetivo de seu levante a instauração da República Socialista do Chile, “longe das influências de qualquer imperialismo, seja este dos grandes banqueiros estrangeiros ou do soviétismo russo”. Todavia, sob o pretexto de combater o “comunismo”, a Junta Revolucionária foi derrubada por outra sublevação militar, que constituiu uma nova junta de governo, sob a presidência de Carlos Dávila, ex-embaixador do Chile em Washington e apoiado pelo embaixador dos Estados Unidos em Santiago (In: Moniz Bandeira, 2008, 102).

2010, 46-7). Os comunistas, por sua vez, apresentariam uma atitude reticente ante a República de 1932, e tal fato iria definir, por um longo tempo, as relações entre os dois partidos (Moulian, 1982a, 24).

Além do mais, no seu nascimento, o Partido Socialista se constituiu com uma imagem mais popular do que operária, e que não provocava sensação de periculosidade, embora seu momento histórico constitutivo tenha sido a insurreição militar-populista de 1932. Aparecia assim como uma força capaz de incorporar-se às tramas de negociações e compromissos políticos via Estado (Drake, 1978). Ademais, o partido seria um importante fator para a incorporação da esquerda no sistema político (Moulian, 1982, 5), embora se deva notar também que o Partido Comunista do Chile já se constituía numa força política de esquerda com legitimidade própria diante dos trabalhadores¹⁶.

Com a deposição de Grove, outras duas juntas militares assumiriam o comando do Executivo, até a realização das eleições presidenciais de 1932, com a respectiva posse do presidente eleito em 1933. Ao todo, num período de apenas um ano, o Chile passou por quatro golpes de Estado e sete governos sucessivos (Rouquié, 1984, 134-5). O período posterior, contudo, seria marcado por uma estabilidade política novamente singular em relação aos demais países da região. Para dar conta de apreender as razões de tal estabilidade, se faz necessário lançar um olhar mais atento sobre as mudanças que vinham se processando no interior da sociedade chilena, bem como no seu reflexo necessário sobre o Estado.

1.2 ESTABILIDADE INSTITUCIONAL E CONSENSO VELADO: A DEMOCRACIA CHILENA (1932-1970)

No período que abrange o início dos anos 1930, com o segundo governo de Arturo Alessandri, até o fim do governo de Salvador Allende em 1973, o Chile se constituiu do ponto de vista político-institucional, novamente, como uma exceção em relação aos demais países latino-americanos. Embora tenha havido sérias crises econômico-sociais e fortes sobressaltos na institucionalidade política, nessas quatro décadas as “regras do jogo democrático” foram balizadas pela manutenção da Constituição da República de 1925, a

¹⁶ Em 1912, Luis Emilio Recabarren, tipógrafo e jornalista com fortes vínculos com os mineiros e suas organizações políticas, juntamente com demais membros da ala esquerda do Partido Democrático, fundam o Partido Operário Socialista (POS), em 1912. Dez anos depois, o POS se converte em Partido Comunista do Chile (PC), cujas raízes anteriores à Revolução Russa, com base e liderança na classe trabalhadora, lhe conferiam uma legitimidade frequentemente ausente nos partidos comunistas de outros países da América Latina (Winn, 2010, 42). Quando do seu surgimento, o PC vivia uma dupla realidade: por um lado, lhe pesava a influência de direção da III Internacional por outro, internamente, atuavam nos seus militantes raízes operárias, moralistas e anarquizantes, condizentes com sua própria tradição histórica (Moulian, 1982a, 10).

realização de eleições “livres” para a ocupação de postos eletivos na institucionalidade estatal, e efetiva alternância de governos e gabinetes civis.

Também a evolução das forças políticas da esquerda durante o período – nos centraremos nos dois principais partidos dessa tendência, o Comunista (PC) e o Socialista (PS) – ocupará um espaço destacado em nossa análise. Mais precisamente, nos interessa a relação descontínua e por vezes contraditória, que tais organizações estabeleceram com a institucionalidade vigente e com as forças políticas ao “centro” do espectro político, sua respectiva participação em governos “reformadores”, etc., bem como a sua relação, no âmbito da representação política, com as forças sociais concretas. No intuito de delimitar melhor alguns dos fatos de maior relevância desse período, apresentaremos uma periodização geral dos governos que assumiram o controle do Executivo político a partir de 1933.

1.2.1 Segunda Presidência de Arturo Alessandri, um Retorno pela Direita

Foi a partir do segundo governo de Arturo Alessandri que o sistema político chileno reiniciaria seu processo de estabilização, após toda a série de golpes e convulsões políticas que tiveram lugar no período precedente. Seu segundo governo foi apoiado, entre outros, pelos partidos Conservador e Liberal (os dois mais tradicionais da direita chilena e que, no passado, o haviam abandonado). Alessandri venceu as eleições de 1932, derrotando seu principal oponente, o ex-líder da República Socialista, Marmaduke Grove, por uma larga vantagem eleitoral.

Também vale ressaltar que a partir de 1933, o sistema partidário chileno entraria numa nova fase, marcada por um quadro multipartidário que tendia para um “espectro tripartido” (com forças a direita, esquerda e centro), além da emergência de uma esquerda (que se auto reivindicava marxista e revolucionária) competitiva, de tal sorte que: “En Chile, [...], la consolidación de un sistema con Parlamento, elecciones, sucesión regulada en el poder y contrabalance de poderes coincidió con la emergencia política de la izquierda marxista y con el aumento de sus oportunidades políticas [...]” (Dujisin & Moulian, s/d, 27).

O segundo período presidencial de Alessandri (1933-1938) apresentou características diversas em relação ao primeiro (1920-1925), que havia sido marcado por um viés reformador. Dessa vez, o antigo chefe do “liberalismo de esquerda”, derrubado pela oligarquia e reconduzido ao governo pelos militares progressistas de 1925 iria governar pela direita. Na prática, sua segunda presidência foi uma volta ao conservadorismo (Rouquié, 1984, 140). Em resumo, Alessandri deveria ser um fator político de restauração da ordem e,

por isso mesmo, seu segundo período presidencial foi marcadamente repressivo e regressivo (Aggio, 1993, 68-9).

Após os governos de Alessandri, a direita passaria a recusar o papel de força dirigente na modernização do país, perdendo a capacidade de compor politicamente com as representações políticas dos novos segmentos sociais emergentes da urbanização e industrialização (Dujisin & Moulian, 1993, 69). Nesse momento de instabilidade política, o “liberalismo das oligarquias”, pautado na recusa da intervenção estatal em questões econômicas e sociais, não conseguiria renovar-se social e politicamente, ao passo em que as alternativas políticas mediante golpes de força também não eram confiáveis (Aggio, 1993, 69).

No que diz respeito a possíveis soluções pela força em favor da direita, tal caminho estava bloqueado devido à existência no Chile de um “reformismo militar”, que pôde inclusive ensejar o *putsch* militar que deu origem a República Socialista em 1932 (Rouquié, 1984, 134). Além do mais, sob o segundo governo de Arturo Alessandri, o sistema político chileno seria desmilitarizado de forma duradoura, de tal modo que até 1969¹⁷ não houve, no Chile, rebeliões ou levantes militares. Eis que a partir de então se cria o mito de um Exército apolítico e profissional que durou cerca de quatro décadas (idem, 140).

Assim, a direita política chilena (economicamente liberal e socialmente conservadora) representada por Alessandri, não seria capaz devido mesmo aos seus vínculos e compromissos com a oligarquia interna, em avançar para além dos seus domínios tradicionais¹⁸, num período em que a expansão das chamadas classes médias já se fazia sentir social e politicamente. Indo além, devido a esses mesmos vínculos e compromissos, se veria também incapaz de impulsionar (por meio do Estado) algumas reformas econômicas básicas, bem como o próprio processo de industrialização via substituição de importações, num momento em que a crise do setor primário-exportador já se fazia sentir agudamente nas economias latino-americanas dependentes, sobretudo a partir da crise mundial de 1929.

¹⁷ Em 1969, o governo de Eduardo Frei da Democracia-Cristã sofreria uma tentativa de golpe, quando um regimento do Exército de Santiago se rebela contra o governo, sendo rapidamente desmobilizado (Rouquié, 1984, 275-6).

¹⁸ “Como força corporativa, sem apelos generalizantes e universais, a direita [...] fincou-se nos seus domínios ideológicos – o catolicismo tradicional e o aparato cultural e político da Igreja – que, aliados aos mecanismos eleitorais assentados na fraude, foram capazes de lhe assegurar reprodução política” (Aggio, 1993, 69). De acordo com Dujisin e Moulian: “La derecha que retomó el poder en 1933, nuevamente al alero de un Alessandri, que había abandonado sus ínfulas de reformador, era una fuerza defensiva, sin proyecciones de largo plazo y obsesionada por la amenaza popular. Era también una fuerza corporativa, que no tenía capacidad de plantearse en el terreno de los intereses generales y universales; por lo tanto, que no tuvo capacidad, en el terreno político de proyectar una imagen nacional. La única fuerzas ideológica de esa derecha residía en la vinculación de parte de ella con el catolicismo tradicional como ética y como concepción de mundo, y con la Iglesia como aparato cultural y político” (s/d, 38-9).

Mesmo tendo sofrido um duro golpe, o conglomerado mercantil estrangeiro cuja expressão sócio-política foi a oligarquia livre-cambista, mantinha uma influência política decisiva no governo Alessandri. Para Salazar Vergara, nesse período, o capitalismo chileno apresentava um “caráter reverso”, em que o “político” se impunha ao “econômico” e a ideologia se sobressaía aos imperativos próprios do processo produtivo. Em contraposição a um estado de cepa puramente liberal, todos os setores do empresariado (mercadores, produtores e banqueiros) se uniram na formação da Confederação da Produção e do Comércio em 1934. A partir de então, a velha (e também a nova) “classe política”¹⁹ chilena despertaria, oportunisticamente, sua vocação “produtivista” (Salazar Vergara, 2003, 138-9).

Com o fim do segundo governo de Alessandri, marcado pelo imobilismo econômico e pela letargia sócio-política, o Chile iniciaria um processo de reformas sociais, marcado pela atuação do Estado na economia visando promover o processo de industrialização por meio de substituição de importações, como forma de responder à profunda crise econômica na qual o país se encontrava.

1.2.2 O Triunfo da Frente Popular e a Guinada Reformista

Para as eleições presidenciais de 1938, se desenhava um cenário diverso. O Partido Radical (PR), de tendência moderada e reformista – e que participara do governo Alessandri –, passava a encabeçar a “Frente Popular”, fundada em 1936, e da qual também participavam o Partido Democrata e os dois principais partidos de esquerda; o Socialista e o Comunista.

Surgido em 1863, num primeiro momento, o PR expressou as exigências políticas de uma nova burguesia acomodada produzida pelo desenvolvimento da mineração no norte do país convertendo-se, posteriormente, em foco de resistência das províncias agrícolas do sul à centralização do poder na capital Santiago. Todavia, na medida em que começara a emergir nos centros urbanos uma classe média, o partido passou a identificar-se com esta²⁰ (Petras, 1969, 109-10). O Partido Democrata, fundado em 1887, também tinha

¹⁹ No que diz respeito ao termo “classe política”, utilizado pelo autor, convém destacarmos que, da nossa perspectiva, o mesmo é impertinente. Tal assertativa também é válida para um segundo termo que, na literatura política detém um sentido correlato, o de “elite política”. Abordaremos tais questões no capítulo seguinte.

²⁰ “Aunque en las reuniones del Partido Radical predominaba la clase media, eran los intereses financieros conservadores los que controlaban la dirección del partido y determinaban su política cotidiana. Estos intereses conservadores, en cuyo beneficio actuaba el partido, incluían adinerados propietarios de las minas del norte y hacendados del sur, que coincidían con la élite tradicional respecto de importantes problemas sociales y económicos, aunque los separaban de ella cuestiones secundarias de carácter religioso y regional”

uma identidade de classe média, embora à diferença dos radicais, tenha se mantido relativamente próximo às camadas populares, chegando até mesmo a conduzir algumas manifestações de massas. Na verdade, o Partido Democrata foi o primeiro a tentar organizar politicamente a classe trabalhadora²¹ (idem, 110).

Nas eleições parlamentares de 1937, portanto, um ano antes da eleição presidencial, os partidos Comunista e Socialista se fariam presentes, de forma conjunta, na cena político-eleitoral, fato esse que os teria projetado nacionalmente, ao passo em que os integrava ao sistema político. A partir de então, o tradicional Partido Radical seria empurrado da esquerda para o centro do espectro político nacional (Aggio, 1993, 70). Para as eleições de 1938, os socialistas abririam mão de indicar Marmaduke Grove temendo, ao ficar de fora da Frente, abrir espaço para o crescimento eleitoral do PC, em prejuízo próprio (idem, 71). Os comunistas, por sua vez, baseavam sua política nas orientações expressas em 1935 pelo *Comintern* soviético, que recomendava aos partidos comunistas de todo o mundo o estabelecimento de alianças com os partidos democráticos e burgueses, numa frente comum contra o fascismo²². Segundo Petras, tal política teria desviado o movimento operário do caminho de uma evolução política independente (Gil *apud* Petras, 1969, 114).

Assim sendo, o apoio tático dos dois principais partidos da esquerda chilena ao governo reformador de Aguirre Cerda em 1938, expressava um momento marcado pela contínua expansão das classes médias urbanas, que havia se iniciado em fins do século XIX. Seus principais traços sociais eram a condição de não proprietária, possuidora de formação universitária, dependente da oligarquia interna (ligada ao capital estrangeiro), e sua vinculação ao aparato administrativo do Estado, o que num plano político, se traduzia numa

(Petras, 1969, 114). Numa linha semelhante, Atilio Borón destacou que: “[...] si bien el Partido Radical expresó los intereses de sectores y clases sociales emergentes con el desarrollo económico (y sobre todo, de la burguesía industrial y minera) en pro de una democratización de la vida política y un mejoramiento de las condiciones materiales de los sectores populares, la heterogeneidad de su composición social en la que los grupos ligados a la oligarquía gobernante tenían decisiva influencia, eliminó buena parte de la agresividad anti *status-quo* del partido [...]” (Borón, 1972, 385).

²¹ O Partido Democrático nasce de setores do PR que estavam mais próximos às organizações operárias existentes em fins do século XIX e início do XX, algumas das quais ajudou a criar. Ainda que o partido não chegasse a desenvolver uma ideologia e programa de caráter propriamente socialista, chegou a ser membro correspondente da Segunda Internacional em 1903. Todavia, não conseguiria se converter em organização massivamente representante dos setores operários, ao não lograr uma maior aproximação com os sindicatos: “El contexto político y social chileno sencillamente no favoreció la consolidación de líderes sindicales políticamente reformistas y moderados, como lo eran característicamente los dirigentes democráticos” (Valenzuela, 1985, 46).

²² Segundo Tomás Moulian, tal orientação política dos comunistas começou em 1933, sob a influência das discussões fomentadas pelo bureau latino-americano da Internacional que propunha abandonar a linha da luta pela revolução socialista em favor da velha concepção das “etapas”, que pressupunha a necessidade de um momento democrático-burguês. Tal concepção seria aperfeiçoada em 1935, quando do lançamento da consigna das “Frentes Populares” pela Internacional (Moulian, 1982a, 11). O PC chileno manteria essa linha estratégica, em seus traços principais, até 1973.

aproximação em relação às massas pobres (buscando ser sua “porta-voz”), seu intento reformador radical e de cunho nacionalista (Petras, 1969, p. 110-1). Numa eleição profundamente polarizada, o candidato da coalizão de centro-esquerda venceria por uma diferença de apenas 4.111 votos, somando 50,35% dos sufrágios contra 49,40% de Gustavo Ross, candidato apoiado por liberais e conservadores (Dujisin & Moulian, s/d, 147).

De acordo com Henrique Moraga, é a partir da Frente Popular que se inicia, de forma efetiva, um processo político-social de caráter nacionalista no Chile, marcado pela particularidade de que cada uma das classes fundamentais, burguesia e proletariado, estariam representadas pelos seus próprios partidos, embora compartilhassem um programa estratégico comum. O acesso da Frente ao Executivo faria aparecer a pequena burguesia industrial e a classe operária como “classes governantes”, legitimando o bloco dominante que atuava por detrás destas, o que na prática, fortalecia o domínio das frações burguesas e industrial. Embora processo semelhante tenha tido lugar em diversas formações sociais dependentes na América Latina, no Chile o mesmo se deu por meio de uma colaboração de classes explícita e “democrática”, não trazendo prejuízos à forma de regime liberal-parlamentar (Moraga, 1977, 110-1).

É nesse contexto que ocorre, em 1939, a criação da Corporação de Fomento à Produção (CORFO) instituição estatal que, um decênio mais tarde, serviria de modelo a outros países da América Latina. Coube à CORFO elaborar e executar um plano de eletrificação para o país, criar as bases da produção e refino de petróleo, a instalação da moderna siderúrgica de Huachipato, etc., de modo que: “O Chile constitui, portanto, menos um caso de industrialização à base de substituição espontânea de importações, que de ação estatal visando a superar os obstáculos criados à economia do país pela desorganização de seu setor exportador” (Furtado, 1970, 139).²³ Em discurso comemorativo ao 1º de maio de 1939, data em que assumiu publicamente a defesa da criação da CORFO, Aguirre Cerda, ao caracterizar os fundamentos de seu governo, declarou:

²³ Como já assinalamos, de acordo com Salazar Vergara (2003, 107-8), é incorreta a tese muito difundida de que o processo de industrialização se inicia no Chile somente a partir da criação da CORFO em 1939. De acordo com o autor, já na primeira metade do século XIX, se desenvolviam processos de industrialização impulsionados pelo conglomerado mercantil financeiro que possuía negócios no país. Numa linha semelhante, Celso Furtado chamou atenção para o fato de que no Chile o processo de industrialização ocorreu, inicialmente, induzido pela expansão da demanda de matérias-primas no mercado mundial. Assim sendo, a criação da CORFO representaria uma “segunda fase” da industrialização chilena (Furtado, 1969, 123; 131-9).

Nuestra combinación de gobierno, quiero reiterarlo una vez más, no es pues, destructora, sino esencialmente constructiva y el proceder de los partidos que la forman convencerá a los capitalistas que su finalidad es la del interés de la patria por sobre toda otra consideración [...]. El gobierno popular no tiene fe en la “mano invisible” de que habla Adam Smith y confía en la acción directa, previsor, coordinadora y ejecutora del Estado. El Estado entra a desempeñar el papel dinámico y emprendedor que, en otros países, tuvo el empresario privado en la promoción del crecimiento económico y que, en el nuestro, no supo o no pudo asumir (In: Urzúa Valenzuela, 1987, 148).

Além da CORFO, outras importantes agências estatais de fomento seriam criadas nos anos subsequentes, como a Corporação de Reforma Agrária (CORA), o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (INDAP), o Serviço Agrícola e Pecuário (SAG), a Corporação de Reconstrução (CORVI), a Companhia de Habitação (CORHABIT), a Corporação Nacional do Cobre (CODELCO), entre outras (Cereceda, 1972, 243).

O futuro presidente socialista Salvador Allende havia feito campanha por Aguirre Cerda e foi um entusiasta da Frente Popular, assim como muitos dos jovens de sua geração. Aos 31 anos de idade Allende, já deputado, foi nomeado ministro da Saúde²⁴, sendo um dos três socialistas num gabinete repleto de radicais e sem nenhum comunista. Para ele, a Frente Popular desempenhou um importante papel, ao deslocar do governo a oligarquia chilena, por meio de uma aliança entre a classe média e os trabalhadores, embora sua grande debilidade se devesse ao fato de estar dominada pelos partidos burgueses, e não pelos partidos proletários (socialista e comunista) (cf. Winn, 2009, 48-51). Ademais, a experiência frentista e os acontecimentos políticos das décadas seguintes, convenceriam Allende da necessidade de unidade da esquerda em aliança com as classes médias (mas sob hegemonia dos trabalhadores), sendo que: “Dessa perspectiva, os anos entre a Frente Popular e a Unidade Popular formam uma era histórica unida por essa visão de mudança democrática, aliança de classe e política de coalizão, uma visão compartilhada por muitos esquerdistas da ‘Geração de 1938’” (idem, 50).

Para Alberto Aggio, a Frente Popular se constituiu e afirmou a partir de dois objetivos estratégicos: industrialização induzida pelo Estado e democratização. Diferentemente de outros países da América Latina nesse período, no Chile o processo de modernização econômica não teria lançado mão de um padrão autoritário de intervenção estatal, mas antes, ocorreu por meio da “institucionalização do conflito”. Assim sendo, não

²⁴ “Allende foi um ministro ativo e inovador: introduziu a indenização para o trabalhador e usou sua posição para instruir os chilenos sobre as causas sociais das doenças, por meio da publicação de seu premiado livro sobre o tema, que se tornou objeto de extrema importância nas casas pobres da maioria dos chilenos” (Winn, 2010, 49).

teria havido uma fratura decisiva entre as dimensões política e social da cidadania, ao contrário do que ocorrera em outros países da região (Aggio, 1993, 74-5). Logo, devido mesmo às alianças e compromissos de classe no interior da sociedade chilena (mediados pelo Estado), seu sistema político iria provar uma estabilidade institucional *sui generis*. É importante notar que diferentemente do que ocorrera no governo Balmaceda (1891) e no primeiro governo de Alessandri (1924), o intento reformista não seria abortado por golpes de força devido à premente necessidade, já percebida pelo conjunto da burguesia chilena, em promover reformas econômicas, a fim de dinamizar o próprio capitalismo chileno.

Embora, como vimos, as classes médias e suas representações partidárias tenham desempenhado um importante papel nesse processo de estabilização e cooptação democrática, é certo que elas sofreriam alterações econômicas e ideológicas importantes. De acordo com Petras, no período de 1939 a 1959, as classes médias vão sendo incorporadas ao sistema político e à burocracia estatal²⁵ (Petras, 1969, 127), ao passo em que a ideologia anticomunista do pós-Segunda Guerra, com a respectiva pressão político-econômica dos Estados Unidos sobre os governos radicais, exerceram efeitos ideológicos consideráveis sobre aquelas. Isso significou um progressivo afastamento em relação aos setores populares e a vinculação direta ou indireta com a “classe governante” tradicional; o abandono da sua política inicial de mobilização popular, por uma conservadora política de estabilização²⁶ (idem, 123-4). Como veremos logo mais, os governos radicais que surgiriam mais tarde assumiriam, por motivos vários, posições cada vez mais conservadoras.

1.2.3 Fim da Frente Popular e Aproximação dos Radicais com a Direita

Em função do falecimento de Aguirre Cerda, em novembro de 1941, as eleições presidenciais foram antecipadas dois anos em relação ao período constitucionalmente previsto. Para as eleições no início do ano seguinte, o Partido Radical decide pelo nome de Juan Antonio Rios, candidato que detinha o apoio dos setores mais conservadores no interior do radicalismo. Forte crítico do período frentista, bem como do comunismo, Rios postulava a necessidade da formação de um “governo nacional” acima dos interesses partidários. Embora

²⁵ Somente no que diz respeito ao funcionalismo ligado à administração central do Estado, seu número cresceu de 42.338 em 1937, para 118.723 em 1967, portanto, praticamente triplicou num período de apenas três décadas (Cereceda, 1972, 250). Em 1970, os funcionários do setor público (incluída aí a camada da burocracia estatal), representavam cerca de 14% da população ativa em 1970 (idem, 254).

²⁶ Embora se perceba na análise de Petras uma tendência no sentido de caracterizar a classe média pós-1939 como sendo conservadora, o autor também ressalta a existência de uma heterogeneidade social no interior desta, o que por vezes desembocava em atitudes diferentes ou até mesmo antagônicas frente a questões políticas fundamentais (Petras, 1969, 131).

o PS e o PC tenham apoiado a Rios, a aliança eleitoral que sustentou sua candidatura se expandiu ao centro e à direita, com as adesões dos partidos Democrático, Agrário Laborista e da Falange Nacional.

O apelo à construção de uma “unidade nacional” se constituía enquanto verdadeira ideia-força, para a qual apelavam todos os partidos da aliança em torno de Rios, por razões particulares cada um. Tal apelo ganhava especial força num contexto em que a Segunda Guerra Mundial estava no seu auge e a ameaça fascista sugeria a necessidade da formação de alianças político-sociais mais amplas. No que diz respeito aos partidos que anteriormente integraram a Frente, os radicais e socialistas denunciavam um duplo perigo ditatorial: o fascista e o comunista/estalinista (Dujisin & Moulian, s/d, 166). Já para os comunistas, fazia-se necessário a formação de uma amplíssima “frente democrática”, que integrasse até mesmo partidos da direita, contra a ameaça da candidatura do ex-ditador e anticomunista Carlos Ibañez, tida como expressão do fascismo, assim:

Esa idea de unidad nacional para la defensa de la democracia había estado presente en 1936 en la formación del Frente Popular y en 1938 en la candidatura de Aguirre Cerda [...]. En 1941 esa idea de unidad nacional permanecía vigente, pero en parte había modificado su carácter inicial. Uno de los cambios experimentados era la nítida emergencia de un sentimiento anticomunista, tanto entre los radicales, partidarios de Rios como también em el Partido Socialista (Dujisin & Moulian, s/d, 166).

Na realidade, desde os primeiros anos da Frente Popular houve divergências políticas significativas no interior da aliança. No governo de Aguirre Cerda, apesar da concordância entre os radicais e a esquerda sobre a necessidade de impulsionar a industrialização, havia uma tensão entre aumentar salários ou promover as taxas de lucro, o que foi potencializado com a escalada do processo inflacionário com o qual teve de lidar o governo. Além do mais, as discrepâncias ideológicas entre socialistas e comunistas contribuíram para a erosão da Frente. Em razão das contendas entre os partidos da esquerda no interior da Frente, a Confederação dos Trabalhadores do Chile (CTCH), receando o próprio fracionamento interno, afasta-se do governo (Dujisin & Moulian, s/d, 153-4).

Durante o governo Rios (1942-1946), o Chile entrou oficialmente na Segunda Guerra Mundial contra o nazi-fascismo ao lado dos países alinhados, no início de 1943. Apesar do inegável giro político-ideológico à direita expresso pela evolução no arco de suas alianças partidárias, do ponto de vista programático, o governo Rios seguiu as linhas gerais do governo predecessor, a saber, manteve a orientação de industrialização promovida

pelo Estado, via substituição de importações, deu prosseguimento aos projetos relativos às instituições de fomento econômico, etc.

O período posterior à Segunda Guerra Mundial marcaria uma nova fase nas relações de dependência econômica dos países latino-americanos no seu conjunto em relação às economias dos países capitalistas norte-atlânticos. Ocorre nesse momento, uma significativa evolução nos mecanismos de cooperação financeira internacional (Furtado, 1969, 241). De acordo com Celso Furtado, tal evolução teria se dado, inicialmente, em dois sentidos: primeiro, delimitou-se as áreas da economia em que se interditava a atuação de empresas estrangeiras, em detrimento da ação estatal (no Chile, predominou a orientação de estatização da indústria) e, em segundo lugar, houve um aumento na utilização de auxílios financeiros provenientes de instituições internacionais de crédito, tais como o Banco Mundial e o Banco Internacional de Desenvolvimento (Furtado, 1969, 241-3).

É dentro desse contexto que se inicia o terceiro governo radical, sob a presidência de Gabriel González Videla (1946-1952). À diferença das duas coalizões anteriores encabeçadas pelos radicais, a coalizão que sustentou a candidatura de González Videla era mais estreita e já não contava, no campo da esquerda, com o apoio do PS, embora ainda contasse com o apoio do PC²⁷ (Dujisin & Moulian, s/d., 297). Os socialistas decidiram lançar o nome de seu secretário geral Bernardo Ibáñez para as eleições presidenciais de 1946, uma vez que as negociações com setores minoritários do radicalismo que desejavam a candidatura de Alfredo Duhalde²⁸ se veriam frustradas (idem, 298-9).

Os comunistas, por sua vez, condicionavam seu apoio à González Videla a aprovação de um programa que deveria unir dois requisitos: superar o “seguidismo” até então característico dos governos radicais e realizar uma política de “unidade nacional”, capaz de representar os interesses da classe operária e dos setores mais “consequentes” da burguesia nacional. Por isso mesmo, o programa de governo assumia feições desenvolvimentistas e democratizantes, comuns às plataformas de centro-esquerda, porém com alguns acréscimos

²⁷ O nome de Gonzalez Videla foi apoiado desde o início pelos comunistas, para quem Videla representava o setor mais a esquerda no interior do radicalismo (Úrzuza Valenzuela, 1987, 287).

²⁸ Em troca do apaziguamento das mobilizações grevistas que tiveram lugar no imediato pós-guerra, Duhalde (ocupando a presidência interinamente, na condição de vice de Juan Antonio Ríos) incorporou membros do PS ao seu gabinete, em 1946. Nem mesmo o “setor Allende” do PS, ficou imune à “enfermidade ministerial” à qual o partido já havia sido subordinado em outras ocasiões (Petras, 1969, 119). Ademais, Petras assinalou que dos 38 parlamentares do PS eleitos de 1938 a 1953, somente 21% continuou apoiando o partido depois de abandonar o cargo, enquanto 18% se aproximou aos grupos moderados, outros 18% se converteu à direita, e 3% ingressou em outros grupos de esquerda. Os 40% restantes se retiraram da política, desapareceram ou faleceram. Para o autor, parece ter ocorrido, portanto, um importante processo de cooptação dos “rebeldes da esquerda”, de modo que: “Aparentemente, el sistema parlamentario – unido a la ambición individual – es un freno eficaz de la política revolucionária, por lo menos en cuanto se refiere ao Partido Socialista” (idem, 150).

significativos, dentre os quais, se destacavam as promessas de nacionalização da previdência, gás e energia elétrica, bem como a demanda por uma reforma agrária (Dujisin & Moulian, s/d., 297-8).

Na prática, entretanto, o governo de González Videla apresentou posições mais conservadoras do que aquelas assumidas pelos governos radicais precedentes. Isabel Dujisin e Tomás Moulian destacaram uma relativa precariedade na vitória eleitoral de González Videla, ante os resultados obtidos pelos candidatos da direita²⁹, o que teria influenciado nas negociações para a obtenção do apoio necessário para a ratificação da vitória eleitoral do candidato radical pelo Congresso Pleno³⁰ (s.d., 301-2) e, por conseguinte, subordinado desde o início o novo governo radical a negociações com os partidos de direita.

Por outro lado (e esse parece ter sido um motivo bem mais decisivo no que concerne à guinada conservadora do radicalismo, para além dos rearranjos no âmbito da cena política), no plano econômico internacional, a dependência do capital norte-americano exerceria efeitos consideráveis sobre a condução do governo Videla, num contexto marcado pela Guerra Fria. Assim, em 1947, após romper relações com o bloco soviético, o governo radical trabalhou para colocar na ilegalidade o PC (que a cerca de uma década vinha apoiando as candidaturas radicais), segundo a doutrina da “lei de defesa permanente da democracia” que, promulgada no ano seguinte, ficaria também conhecida como “lei maldita”. Além de colocar os comunistas na ilegalidade, essa lei impunha ainda uma série de restrições à atividade sindical³¹.

Após proscrever o PC, o governo passou a reprimir também a esquerda não comunista e o PS, muito debilitado por lutas internas, disputas com os comunistas e pela repressão governamental, se dividiria novamente, agora em relação à lei de defesa da democracia. O setor contrário a González Videla formou o Partido Socialista Popular (PSP), enquanto o PS ocupava cargos no governo (Petras, 1969, 123). Nesse momento Allende, na qualidade de deputado socialista, votou contra a lei de defesa da democracia no Parlamento,

²⁹ Somadas, as votações dos candidatos da direita – Eduardo Cruz-Coke do Partido Conservador (29,81%) e Fernando Alessandi do Partido Liberal (27,42%) –, sobrepunham tranquilamente a votação obtida por González Videla (40,23%). Bernardo Ibañez, candidato do Partido Socialista obteve 2,54% (Dujisin & Moulian, s/d, 300-1).

³⁰ A Constituição de 1925 estabelecia que caso o candidato melhor colocado nas eleições presidências não obtivesse mais de 50% do total dos votos válidos emitidos, caberia ao Congresso Pleno (Câmara de Deputados e Senado) escolher um dentre os dois candidatos mais votados.

³¹ É importante ter em conta que o bom desempenho alcançado pelo PC nas eleições municipais de 1947, quando o partido se estabeleceu como a maior força eleitoral da esquerda chilena e terceira maior de todo o país, juntamente com o aumento da atividade sindical e operária, foram fatores essenciais para a promulgação de tal lei (Torres, 1989, 20-1; Moulian, 1982a, 13).

aliando-se aos comunistas³², os quais o apoiariam clandestinamente nas eleições presidenciais de 1952, enquanto o PSP apoiaria a candidatura do ex-ditador Carlos Ibañez (Winn, 2010, 51)

Em troca das medidas tomadas pelo governo, o *Export-Import Bank* concedera um crédito, a muito esperado, de 25 milhões de dólares, destinados à instalação de uma siderurgia. Após esse empréstimo, seguiu-se mais um, no outono de 1949. Curiosamente, os Estados Unidos aumentaram repentinamente a importação de artigos chilenos (Petras, 1969, 123). A lei de defesa da democracia, que vigorou até 1958, surgia assim como um mecanismo que intentava ajustar as condições do desenvolvimento político com as exigências do desenvolvimento econômico (Bravo & Moulian, 1981, 5).

Entretanto, o que parece ter sido determinante para uma reorientação política mais a direita no campo do radicalismo foram algumas mudanças na estrutura econômica e social chilena que tiveram lugar no pós-guerra. Atílio Borón destacou o incremento de renda obtido pelos setores médios nesse período, enquanto a participação das classes populares na renda nacional decrescia e, ao mesmo tempo, aumentava o hiato entre as condições econômicas e sociais de ambos os setores. Tais mudanças, somadas às pressões externas derivadas da Guerra Fria e das exigências do governo norte-americano implicariam num rompimento, no âmbito da representação política, da aliança entre os extratos médios e as classes populares (Borón, 1972, 393).

Como forma de compensar a baixa na participação eleitoral³³ e a respectiva perda de popularidade do governo em função da aplicação da lei anti-comunista, promulgou-se uma outra lei eleitoral, em 1949, que concedia às mulheres o direito ao voto em eleições presidenciais (Torres, 1989, 24). Com efeito, a partir das eleições presidenciais de 1952, o número de eleitores potenciais e de votos emitidos mais do que duplica, e o número de eleitores inscritos no registro eleitoral quase dobra em relação às eleições parlamentares de 1949³⁴. Assim, o sistema eleitoral chileno ia adquirindo, gradualmente, uma amplitude notável.

³² De acordo com Peter Winn (2010, 51), Allende foi o único líder socialista democrático no Ocidente a apoiar os comunistas de seu país durante as perseguições sofridas na Guerra Fria. Para o futuro presidente socialista, o sucesso do movimento popular no Chile dependeria da unidade dos partidos da classe trabalhadora, a despeito de suas diferenças e rivalidades.

³³ O número de eleitores inscritos regrediu de 631.527 em 1946 para 591.994 em 1949, portanto, houve uma redução de pouco mais de 40 mil eleitores (Borón, 1972, 379). Se estimou que a lei anti-comunista privou de direitos políticos algo em torno de vinte e cinco e trinta mil cidadãos (ibidem, 392). Para Torres (1989, 23), teria havido um retrocesso no grau de representatividade do “sistema democrático”.

³⁴ O número de eleitores potenciais saltou de 1.473.000 para uma população total de cerca de 5.962.000, em 1949, para 3.267.105 frente uma população 6.295.000 em 1952. Ou seja, se em 1949 o número de eleitores potenciais correspondia a apenas cerca de 24,5% do total da população, em 1952, essa proporção passou a ser de 51,9% (embora o número de eleitores potenciais fosse muito inferior ao número de eleitores inscritos no

A respeito do sistema democrático chileno, interessa ter em conta que as configurações dos partidos e coalizões governantes no âmbito da cena política não alteravam, de modo fundamental, a composição do bloco no poder dominante. A grande novidade do período dos governos radicais, que incluíam de forma subordinada os dois principais partidos da esquerda, foi o avanço de uma orientação econômica de caráter mais estatista (intervencionista), “nacional” (melhor visando os interesses da burguesia em seu conjunto) e modernizadora com base, sobretudo, no processo de substituição de importações, caminho finalmente encontrado para superar a crise econômica pela qual o país se arrastava sob a liderança econômica de uma oligarquia decadente.

1.2.4 Do Populismo Ibañista ao Tecnocratismo Alessandrista

Do ponto de vista da esquerda, o fim dos governos radicais marcaria também, de uma vez por todas, o fim da estratégia das “frentes populares”. Num contexto de debilidade do sistema partidário chileno, é eleito presidente Carlos Ibañez del Campo (1952-1958), político e militar de procedência conservadora, e que já havia governado o Chile entre 1927 e 1931. Projetando uma imagem de “político apolítico” conciliada com um discurso fortemente populista, Ibañez prometia resolver os graves problemas políticos e econômicos do Chile, entre eles, combater a corrupção e a inflação. Num contexto de crescente descontentamento dos setores populares, as classes médias apartam-se do Partido Radical, e passam a buscar em Ibañez o seu “homem forte” (Petras, 1969, p. 129).

Como candidato independente, Ibañez foi eleito com uma confortável maioria relativa dos votos: 46,8% contra 27,8% de Arturo Matte Larraín candidato da direita, 20% do radical Pedro Enrique Alfonso, e 5,5% de Salvador Allende, candidato pela “Frente do Povo”, uma aliança comunista-socialista. A vitória eleitoral de Ibañez foi considerada um “terremoto” no sistema político-partidário chileno (Aggio, 1993, 79). Na condição de candidato independente, sua campanha foi um ataque a todos os partidos (de esquerda, direita e centro) que haviam governado durante os anos anteriores, o que se combinou com promessas de profundas reformas político-econômicas. De acordo com James Petras (1969,

registro eleitoral). Ademais, enquanto nas eleições de 1949 foram emitidos 470.376 votos, em 1952, esse número saltou para 957.102, ou seja, um aumento de cerca de 103% em apenas três anos. Dados extraídos a partir de Borón (1972, 379).

153), em muitos sentidos Ibañez foi uma figura bonapartista, que se projetava acima das classes e dos partidos³⁵.

Segundo Jorge Tapia Videla e Luis Quirós Varela, as eleições presidenciais de 1952 apresentaram a característica de serem “eleições críticas”, nas quais o eleitorado rompe (no âmbito da cena política), com determinadas realidades políticas, assinalando novos rumos e orientações, em suma, uma eleição em que se rompe uma linha de continuidade histórica. A eleição de Ibañez, segundo os autores, indicaria a manifestação de uma mudança dos valores do eleitorado a respeito das instituições políticas e do desenvolvimento socioeconômico do país (Varela & Videla, 1974, 6; 12).

Tomás Moulian sustentou que os governos radicais produziram quinze anos de uma política restrita que fortaleceu o desenvolvimento de uma elite profissional e consolidou o distanciamento entre as massas e a política, o que seria substituído pelo populismo ibañista. De certo, esse populismo constituía uma redefinição do campo de alianças a nível da cena política, em que o centro já não era mais considerado como a força política portadora dos apoios de classe necessários para a realização de um programa modernizador. O projeto “desenvolvimentista” (via Estado) foi mantido, embora o papel progressista do centrismo tenha sido deslocado (Moulian, 1982b, 12-3).

De nossa parte, acreditamos ser acertada a caracterização proposta por Enrique Moraga, segundo a qual, por volta da década de 1950, o Chile expressava um “Estado de aliança desenvolvimentista”, pois ancorado numa sólida aliança entre um bloco no poder relativamente homogêneo (que já incluía de forma subordinada a “classe média política”³⁶) e a pequena burguesia, com base nos acordos com o imperialismo. Segundo Moraga, embora houvesse profundas desconexões entre os diferentes níveis da realidade social chilena, a correspondência entre o sociopolítico e o socioeconômico seria maior do que em outros países da América Latina, devido à atuação particular do Estado, de tal maneira que: “A firmeza dessa aliança sociopolítica permitirá o enraizamento da forma de regime parlamentar –

³⁵ “En el vacío político e ideológico del período posterior al Frente Popular, Ibañez se presentó como la solución a un callejón sin salida [...]. Ibañez comprendió que Chile se hallaba ante una crisis de dirección política. Sabía también que la mayor parte de la nación buscaba un liderazgo capaz de rechazar el pasado y reorientar el país a través de un nuevo sistema institucional. No resulta incongruente que el símbolo de la campaña de Ibañez haya sido una escoba, con la cual se proponía barrer el desorden imperante en Santiago. La campaña de Ibañez puede ser tomada como una medida del sentimiento popular. Su aplastante victoria electoral indicó la existencia de un estado de ánimo favorable a profundos cambios” (Petras, 1969, 154). Como ressaltara Tomás Moulian (1982b, 14): “En verdad, Ibañez se ajustaba mal dentro de la institucionalidad demo-liberal y se dejaba llevar, como casi todos los populismos, por un lenguaje anti-parlamentario y especialmente anti-partidario”.

³⁶ “Ao colocar-se no executivo, sem pôr seriamente em causa a oligarquia, a ‘classe média’ não fará mais que, alternadamente, colocar as classes que formam seu corpo social bem no interior do bloco dominante” (Moraga, 1977, 88).

embora com a total exclusão política das classes exploradas –, enraizamento esse que atuará sobre o Estado, induzindo à manutenção de sua forma desenvolvimentista” (Moraga, 1977, 181).

Por parte da esquerda, o PC visualizou no ibañismo um enorme perigo, o de que fora uma espécie de peronismo, um populismo que arrancasse as classes populares dos “partidos revolucionários”. Não obstante, o partido mantinha-se dentro da mesma linha teórico-política que vinha sustentando desde 1933, e que apontava a modernização e a democratização como pré-condições da passagem ao socialismo e, assim sendo, continuou a defender uma política ampla de alianças capaz de atrair as forças de centro, opção que havia sido adotada a partir de 1936, com a adesão à Frente Popular (Moulian, 1982a, 20; 1982b, 14-6).

Os socialistas, por sua vez, estavam abandonando a noção gradualista e de nítida diferenciação entre uma etapa democrática e outra revolucionária, mudança que começou a se desenhar a partir do XII Congresso do partido, em 1950. Menos temerosos que os comunistas frente ao fenômeno ibañista, viram na capacidade convocatória de massas do populismo uma possibilidade objetiva para disputar a direção daquelas, no intuito de superar o marco democrático-burguês e criar uma “República democrática dos trabalhadores”. Embora os socialistas continuassem a sustentar a necessidade de uma etapa de transição ao socialismo, defendiam a formação de uma aliança classista de “frente dos trabalhadores”, conjugada com a ideia de que a revolução democrática deveria ser conduzida pelo proletariado. Diferentemente dos comunistas, tinham superado o discurso reformista característico do período da “Frente Popular” (Moulian 1982b, 14-7).

O fracasso dos resultados sociais e econômicos reais obtidos durante o governo Ibañez e o respectivo aumento das mobilizações populares, jogariam um papel decisivo para a rearticulação dos partidos e organizações de esquerda. Sob o governo Ibañez, o índice do custo de vida aumentou 56% em 1953, 70% em 1954, mais de 80% em 1955, 40% em 1956 e 20% em 1957 e, apesar dos aumentos salariais concedidos a partir de 1955, um estudo realizado em 1959 pelo Instituto de Economia da Universidade do Chile projetou que os níveis de vida correspondentes a 1952-3 não seriam recuperados muito antes de 1965, ao passo em que a produção agrícola permaneceu praticamente estagnada, obrigando o governo a comprometer cerca de um sexto das escassas divisas do país para importar alimentos, duplicando a magnitude dessas importações entre 1947-50 e 1951-54 (In: Petras, 1969, 155).

Em função da crise econômico-social que o Chile enfrentava, estouraram uma série de greves e mobilizações, e a repressão governamental não tardou a ser instaurada.

A repressão e perseguição política contra líderes de greves e jornalistas, bem como a proibição de publicações situadas à esquerda do espectro político, foi um expediente utilizado pelo governo a fim de criar um clima favorável aos investimentos estrangeiros, embora tal medida não tenha compensado a fuga de capitais ao exterior que ocorreu nesse período (Petras, 1969, 155-6). Petras propôs uma periodização segundo a qual os anos 1950 podem ser divididos em duas fases, que se entrecruzam e se complementam. A primeira, entre 1952 e 1956 foi marcada pelo esforço de unificação dos grupos operários, tanto no campo gremial (culminando com a formação de uma confederação sindical unificada, a CUT) e, na cena política, com a formação de um amplo bloco eleitoral, a “Frente de Ação Popular” (FRAP). Já a segunda fase, compreendida entre 1955 e meados da década de 1960, teria sido marcada pelo aumento da influência política dos partidos operários, bem como pelo aumento da coesão do movimento sindical e de sua combatividade³⁷ (Petras, 1969, 156).

Formada em 1956 pelos partidos Socialista Popular, Democrático do Povo, Democrático, Socialista, Comunista e do Trabalho, a FRAP experimentaria um crescimento eleitoral sustentado e ascendente nas eleições municipais de 1956 e nas parlamentares de 1957, culminando com a expressiva votação nas presidenciais de 1958, o que se deu de maneira concomitante à insatisfação popular com o governo Ibañez, que atingiu seu ápice no primeiro semestre de 1957 (Petras, 1969, 162). Também a relação entre o PS e o PC entraria numa nova fase, o que teria sido decisivo para a consolidação da FRAP. Na verdade, até o ano de 1956, havia na prática mais luta do que colaboração efetiva entre ambas as organizações (Moulian, 1982a, 20). Em 1958, ocorre uma reforma eleitoral que, dentre outras medidas, reestabelece os direitos políticos do PC, após dez anos.

Ademais, é necessário ter em conta que a política econômica do governo Ibañez em momento algum se chocou de maneira decisiva com os interesses dos investidores estrangeiros no país, sobretudo norte-americanos. Na verdade, seu governo seguiria à risca as orientações macroeconômicas de caráter monetarista da Missão Klein-Saks (1955-1957), que aconselhavam a adoção de drásticas medidas de austeridade fiscal para combater a inflação (Furtado, 1969, 251) o que, sem dúvida, impedia o governo de pôr em prática algumas medidas socioeconômicas de corte verdadeiramente “populista” ou nacionalista.

³⁷ O reagrupamento das organizações de esquerda (em especial do PS e PC) a partir da aliança para as eleições presidenciais de 1952, quando ambos os partidos apoiaram a candidatura de Allende com a posterior formação da FRAP em 1956, teria marcado uma nova etapa do movimento sindical chileno que, a partir de então, se apresentaria unido de forma mais orgânica. Não por acaso, esse novo contexto coincidia com a fundação da Central Única dos Trabalhadores do Chile (CUT), em 1953. A reconciliação entre socialistas e comunistas ocorreu, simultaneamente, no terreno político-eleitoral e no terreno sindical (Angell, 1974, 124-5; 129).

Com efeito, logo no início do período ibañista houve uma tendência intervencionista na economia mais forte do que aquelas que tiveram lugar durante os governos radicais, todavia, tal tendência seria rapidamente suplantada por medidas restritivas dotadas de um viés tecnocrático e com pretensões de racionalidade econômica (Dujisin & Moulian, s/d, 321-2). Não por acaso, José Sulbrandt destacou que durante o governo Ibañez, os setores burocráticos³⁸ realizaram políticas contraditórias. No início, vislumbraram-se algumas políticas redistributivas, bem como medidas de ampliação da participação popular, que foram posteriormente suplantadas por medidas de distribuição de renda regressiva, além de se avançarem medidas legais que abririam caminho para uma nova forma de dependência econômica nacional, não mais centrada nos enclaves mineiros de exploração cuprífera, mas sim no setor industrial (Sulbrandt, 1972, 249). Essa segunda tendência, sob a qual se articulam mais claramente os interesses de uma burocracia (em especial, de uma tecnocracia burocrática), com os interesses das classes dominantes, e que tem como efeito produzir um processo de desnacionalização da indústria nacional prossegue e se desenvolve no governo seguinte.

Apresentando a candidatura de Salvador Allende às eleições presidenciais de 1958, os partidos de esquerda organizados na FRAP perderam o pleito por uma diferença de apenas 33.449 votos³⁹. Um aspecto curioso daquelas eleições foi o baixo desempenho da candidatura de Allende perante o eleitorado feminino, devido à influência especial dos apelos da Igreja Católica sobre essa franja do eleitorado. Outras novidades daquelas eleições foram a expansão do número de eleitores e a garantia do voto secreto nas zonas rurais, devido a algumas reformas eleitorais, bem como a revogação da lei de defesa da democracia, que possibilitou o retorno do PC à legalidade. Dessa forma, a partir de então, o sistema político chileno ganhava ares de “democracia de massas”⁴⁰.

Nesse contexto, assumia a presidência Jorge Alessandri Rodríguez, filho do ex-presidente Arturo Alessandri, candidato independente apoiado por uma coalizão de direita

³⁸ Seguindo as indicações de Nicos Poulantzas, o autor define a “burocracia” como grupo ou camada social específica, cuja determinação social de seus agentes repousa – não somente, mas sobretudo –, na sua relação com o Estado e seus aparelhos (Sulbrandt, 1972, 251).

³⁹ Jorge Alessandri obteve 31,6% dos sufrágios contra 28,9% de Allende. Eduardo Frei Montalva da Democracia Cristã obteve 20,7% e Luis Bossay do PR 15,6%. Num momento em que sua força eleitoral vinha declinando, a tradicional direita política chilena vence as eleições de 1958, devido à nova forma de estruturação do campo eleitoral-partidário, que contava com várias candidaturas competitivas (Dujisin & Moulian, s/d, 325).

⁴⁰ A massa potencial de votos evoluiu de 20% em 1949 para 50% em 1970, e a taxa de eleitores inscritos cresceu 500% passando de 10% para 40% em relação à população. Durante esse período, além do voto feminino (1949) e da cédula única (1958), institui-se, em 1962, o voto obrigatório e, em 1970, o direito ao voto foi estendido aos maiores de 18 anos (Gazmuri, 1988, 19-20).

que incluía os partidos Liberal e Conservador. Personagem ligado ao mundo empresarial e defensor da “técnica” sobre a política, Alessandri buscou implantar um projeto que rompesse com o corporativismo característico da direita chilena, impondo assim uma racionalidade de classe acima de interesses imediatos (Dujisin & Moulian, s/d, 326).

Defendendo uma linha política modernizadora adaptada à lógica transnacional do capitalismo, o eixo da política alessandrista foi a liberalização do comércio exterior e a fixação do preço do dólar no mercado interno, com o intuito de criar condições favoráveis à incorporação de novas tecnologias e maquinários que, no futuro, permitissem à indústria chilena competir no mercado internacional; em suma, perseguiu uma política de corte livre-cambista (Dujisin & Moulian, s/d, 326). No seu conjunto, as drásticas medidas contra a inflação, conseguiram reduzi-la de 33,3% em 1959 para 9,7% em 1961 (Aggio, 1993, 92).

Todavia, os resultados gerais da política alessandrista se revelaram desastrosos. Houve déficits na balança comercial que impulsionaram crises da balança de pagamentos, fazendo com que a política do câmbio fixo caísse por terra, com a decretação de sucessivas desvalorizações da moeda. Na prática, os setores industriais utilizaram-se do câmbio fixo e das franquias creditícias mais como recurso especulativo do que como fator de dinamização da produção. Também a inflação não tardaria a retornar (Aggio, 1993, 93). Em 1961, as dificuldades econômicas obrigaram o governo a se aproximar do centro radical e a ceder a uma política de compromissos, abandonando assim os princípios tecnocráticos defendidos no período anterior (Dujisin & Moulian, s/d, 327).

No que se refere à esquerda, a FRAP aumentava sua influência, desde a fundação em 1956, ao mesmo tempo em que, no seu seio, também se intensificava um processo de integração e coesão organizativa (Petras, 1969, 176). Durante os anos do governo Alessandri, a unificação da esquerda no interior da Frente e no próprio sistema de partidos continuou, ao mesmo tempo em que praticamente desapareceram as organizações menores. A FRAP aumentou sua influência junto às classes baixas urbanas e penetrou de maneira profunda nas zonas rurais (idem, 177).

Outro acontecimento de grande relevância política para o período seria o triunfo da Revolução Cubana, em 1959, o que fez com que o espectro político no Chile, assim como em boa parte da América Latina, se deslocasse bastante para a esquerda (Winn, 2010, 52-3). Tal fato histórico exerceria efeitos políticos muito importantes, em especial sobre o PS, constituindo um fator fundamental para aquilo que Tomás Moulian (1982a, 28-30)

denominou enquanto um processo de “leninização” do partido⁴¹, que havia se iniciado no ano de 1958. A partir de então, muitos socialistas passaram a questionar a linha da “transição pacífica” à qual opuseram, em 1962, talvez sob a influência adicional da crítica chinesa ao “pacifismo”, sua tese de “combinação das formas de luta”. Mais adiante, em plena efervescência dos movimentos guerrilheiros, chamaram a atenção contra o parlamentarismo estreito e o ilusionismo eleitoral (Moulian, 1982a, 31).

Ainda em 1962, ocorre uma importante reforma eleitoral que estabeleceu a obrigatoriedade da inscrição eleitoral e seu caráter permanente, além de simplificar os procedimentos para a sua realização, o que implicava num forte aumento do eleitorado, incorporando à chamada “cidadania política” setores da sociedade chilena que até então se encontravam alijados daquela. Segundo Borón, as reformas eleitorais de 1958 (que marca o retorno do PC à legalidade) e de 1962 teriam expressado:

[...] los correlatos políticos de un intenso proceso de cambio social que se había acelerado en las últimas décadas pese al estancamiento del ritmo del desarrollo económico. Las manifestaciones externas y más visibles de este proceso permitían apreciar una radicalización política, que incluso se manifestaba en los fundos del Valle Central, asiento de los grandes latifundios tradicionales (Borón, 1972, 394).

Tendo feito a análise desse contexto político a partir de uma leitura cujo foco é o sistema partidário-institucional chileno, Gazmuri (1988, 65) chamou atenção para um processo de intensificação ideológica a partir de 1956, marcada pelo surgimento da FRAP naquele ano, e do Partido Democrata-Cristão (PDC) – expressão do social-cristianismo chileno –, no ano seguinte⁴². Assim, ambas as forças, FRAP e PDC, apesar de suas evidentes

⁴¹ De acordo com Tomás Moulian (1982a, 30-1), três processos nos permitem entender esse movimento de evolução ideológica do socialismo: a derrota eleitoral sofrida para a Democracia Cristã em 1964, com a respectiva entrada no governo de um partido reformista com grande capacidade hegemônica e um programa global e coerente que ameaçava minar a base popular da esquerda; o segundo aspecto relacionava simultaneamente dois fatores, a polêmica suscitada a propósito das teses da “transição pacífica”, que teve como consequência o racha chinês e a experiência da revolução cubana, a qual problematizava tanto a tese de uma etapa democrática prolongada como a tese das formas não violentas de luta e, por fim; a formação em 1967, do MIR (Movimento Esquerda Revolucionária) surgido de um pequeno contingente universitário que se desprende do socialismo. Suas críticas às práticas pacifistas e parlamentaristas do conjunto da esquerda ecoaram no interior do PS.

⁴² O PDC surge de uma fusão entre Falange Nacional (uma excisão da juventude social-cristã que se desliga oficialmente do Partido Conservador em 1938) e Partido Conservador Social Cristão. Na primeira convenção nacional do partido, em 1959, é aprovado seu programa, onde se declarava o objetivo de implantar uma ordem social cristã, em oposição tanto ao modelo vigente como ao sistema marxista-comunista (Guilisasti Tagle, 1964, 203). Numa entrevista concedida antes de ser eleito presidente em 1964, o ex-falangista e senador democrata-cristão Eduardo Frei declarava que a filosofia política do partido se baseava em dois princípios centrais: o personalismo e o comunitarismo ou, se quisermos, a defesa das noções mais tradicionais de “pessoa” e de “bem comum”. Ao defender uma espécie de “terceira via” entre o que seria um capitalismo

divergências, exprimiam uma visão política orientada por um projeto global de transformação da sociedade.

Em função da ascensão do apoio popular à esquerda reunida em torno da FRAP, liberais e conservadores abririam mão da candidatura própria, temendo uma possível vitória da esquerda nas eleições de 1964, em caso de um cenário tripartido, como quase ocorreu em 1958. Segundo Dujisin e Moulian, a chave das limitações políticas da direita nesse período foi a sua histórica incapacidade para propor programas modernizadores. Dessa feita, segundo os autores, se houvesse uma fração empresarial organizada capaz de propor um programa de reformas, talvez a situação tivesse sido outra. Numa manobra extremamente defensiva os partidos da tradicional direita sinalizaram, num primeiro momento, desistência da disputa pela sucessão e apoiaram a um candidato conservador e anticomunista do PR (Dujisin & Moulian, s/d, 328-9).

Todavia, o grande receio da direita chilena nesse período parecia mesmo ter um forte fundamento. A suposição de que, com um quadro tripartido a esquerda pudesse sair vitoriosa se confirmou de forma surpreendente numa eleição complementar para deputado na província (tradicionalmente conservadora) de Curicó, ao sul do Chile, onde a direita obteve 32,6%, o centro 27,2% e a esquerda 39,3% do apoio eleitoral (Gazmuri, 1988, 24). A partir daí, conservadores e liberais decidiram pelo apoio incondicional à contraditória candidatura reformadora de Eduardo Frei nas eleições presidenciais de 1964.

1.2.5 A Alternativa Democrata-Cristã: uma “Revolução em Liberdade”

Apresentando uma plataforma radicalmente diversa daquela defendida pelo governo Alessandri, a Democracia Cristã vence as eleições presidenciais de 1964 postulando uma alternativa global para a crise da sociedade chilena. Seu programa de governo propunha a realização de um conjunto de reformas estruturais, como as reformas agrária, bancária e urbana, a “chilenização” do cobre, o estímulo à industrialização, distribuição de renda e a integração social por meio da organização dos setores populares. Na sua primeira mensagem ao Congresso Nacional, o recém-empossado presidente Eduardo Frei afirmou que uma revolução havia começado (Aggio, 1993, 99).

Com a decisão da direita de não apresentar uma candidatura própria em proveito da candidatura democrata-cristã a disputa se centrou, efetivamente, entre Frei e

desumanizado e o comunismo marxista, Frei vislumbrava a possibilidade do desenvolvimento, em nível mundial, de um “capitalismo popular” (idem, 217-8).

Allende, que concorria à presidência pela terceira vez seguida. Prometendo realizar uma “revolução em liberdade”, esse foi o *slogan* de sua campanha, o candidato democrata-cristão obteve 56,1% dos sufrágios, contra 38,9% de Allende, candidato da FRAP e 5% do radical Julio Durán que concorreu pela Frente Democrática (Úrzua Valenzuela, 1992, 63). Embora tenha sido eleito com um discurso acentuadamente reformista, interessa notar que Frei seria o candidato agraciado com o apoio dos setores mais conservadores tanto interna, como externamente.

Internamente, obteve o apoio de uma coalizão bastante heterogênea de grupos sociais que incluía grandes terratenentes, agricultores de classe média, setores melhor remunerados da indústria do cobre e, nas cidades provincianas, pequenos empresários e empregados, além de um grande número de mulheres. O predomínio de Frei no eleitorado feminino equivaleria a 85% da margem pela qual o democrata-cristão foi eleito (a preferência das mulheres por Frei se explicava pela influência particular da Igreja Católica, mesmo fenômeno que prejudicou Allende em 1958). É provável ainda que o apoio direitista tenha contribuído muito para os resultados alcançados por Frei naqueles setores de classe média urbana zelosos de seu status social, bem como nas camadas mais submissas da população rural (Petras, 1969, 186-7). De tal sorte, um grande problema político que Frei teria de enfrentar seria o de como manter o apoio de uma base social e ideológica tão difusa (Petras, 1969, 188; Varela & Videla, 1974, 29).

Também no âmbito internacional, a candidatura de Frei contaria com o auxílio de forças poderosas. Em 1963, sob o governo Kennedy, a CIA, empresas privadas (sobretudo norte-americanas), organizações católicas, a *American Federation of Labour* e o *Congress of Industrial Organizations*, em conjunto, forneceram ajuda financeira que somou cerca de 20 milhões de dólares à campanha de Frei (US\$ 8 por voto), que ainda recebeu recursos do *Business Group of Latin America*, formado por corporações americanas e organizado, em 1963, por David Rockefeller, presidente do *Chase Manhattan Bank*, a pedido do presidente Kennedy (Moniz Bandeira, 2008, 106-8).

Interessa saber que entre 1962 e 1970, os EUA concederam ao Chile, um país com cerca de 11 milhões de habitantes, mais de 1,2 bilhão em subvenções e empréstimos nos valores da época. Somente a administração de Lyndon B. Johnson concedeu ao governo Frei, entre 1964 e 1969, um total de US\$ 783,6 milhões a título de doações e empréstimos, incluindo uma ajuda militar que somou US\$ 52,8 milhões, dos quais US\$ 11,7 milhões foram concedidos apenas no ano de 1969. Durante esses anos, o Chile foi o país que em todo mundo recebeu maior ajuda *per capita* dos Estados Unidos (Moniz Bandeira, 2008, 109).

Surgida em 1957, a Democracia Cristã consolidava-se, no rol do sistema partidário chileno, como uma espécie de “novo centro” ocupando um espaço semelhante ao que, no passado, ocupava o Partido Radical. Esse novo centro, com um apelo reformista, opunha-se tanto à direita conservadora, hegemônica por liberais e conservadores, como à esquerda marxista. Em oposição à leitura marxista da “luta de classes”, a DC apresentava como referencial a “teoria da marginalização”, centrando sua política na temática da “integração social”⁴³. Desse modo, ao mesmo tempo em que se contrapunha à direita, disputava com a esquerda marxista o apoio dos setores populares, conforme Aggio:

O horizonte da política da DC apontava, pois, para uma concepção ideal de sociedade, definida como uma ‘terceira via’ entre capitalismo e socialismo. Assim, da mesma forma que os partidos de inspiração socialista, a DC também pautava-se por uma teleologia. Constituíam-se num partido que ocupava o centro político e, simultaneamente, expressava uma visão finalista da política (Aggio, 1993, 101).

Assim, um partido novo que contava com menos de uma década de existência, conquistava a presidência da República. O êxito político experimentado pela DC, desde o seu surgimento, se deveu em grande medida à eficiência de seu discurso, apto para interpelar, simultaneamente, diversos setores sociais, em uma “cultura política” dominada pela temática das mudanças sociais, ao mesmo tempo em que se revestia de uma aura de seriedade tecnocrática e realismo (Gazmuri, 1988, 81).

Nas eleições parlamentares de 1965, o protagonismo democrata-cristão na cena política chilena se fazia ainda mais evidente. Nessas eleições, a DC conquistou maioria absoluta na Câmara de Deputados e aumentou seu número de senadores. O partido obteve 42% do total de votos, o que unido à sua maioria absoluta no Congresso, lhe dava um apoio eleitoral sem precedentes na história recente do país, enquanto a esquerda agrupada na FRAP, manteve sua proporção total de votos e conquistou algumas cadeiras a mais no Congresso (Gazmuri, 1988, 32). A grande derrotada dessas eleições seria a direita que, reunida nos partidos conservador e liberal, veria seu apoio eleitoral diminuir de quase um terço para um

⁴³ Elaborada pelo Centro para o Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina (DESAL), organismo internacional dirigido à época pelo padre Roger Vekemans, a doutrina da “marginalidade social” foi o fundamento ideológico da estratégia política democrata-cristã. Tal doutrina, basicamente defendia que a situação de marginalidade de vastos setores da população em todo o subcontinente seria resultado da falta de participação passiva (não recepção dos benefícios e recursos outorgados pela sociedade) e ativa (não participação na rede de decisões da sociedade), de modo que: “La no participación sería el resultado de la falta de integración interna de los grupos marginales. El hombre marginal se caracteriza por la incapacidad de modificar su situación por propia iniciativa. La única solución para salir del estado de marginalidad es la actuación de agentes externos que organicen a los marginales” (Pastrana & Threlfall, 1974, 21).

oitavo. Entre 1965 e 1966, desenvolveu-se no seio da direita (hegemonicamente representada pelos tradicionais partidos Liberal e Conservador) um debate crucial, cujas opções básicas eram manter-se como organização autônoma ou somar-se ao centro. Venceu a primeira opção e, em 1966, liberais e conservadores se uniram para fundar o Partido Nacional (PN)⁴⁴ (Moulian & Torres Dujisin, s/d, 329-30).

Ao colocar em prática seu programa de reformas, a Democracia Cristã contribuiu para o aumento das expectativas (posteriormente frustradas, em grande medida), e do desassossego popular, criando uma tensão que chegou a afetar instituições governamentais como o Exército e o Poder Judiciário (Varela & Videla, 1974, 28). Segundo Alain Rouquié:

Abrindo a caixa de Pandora da participação dos excluídos, Frei rompeu o ‘pacto social implícito’ sobre o qual repousa o modelo político chileno. A mobilização popular promovida pela democracia cristã agrava e generaliza as tensões sociais, sem conseguir mantê-las no quadro institucional em que elas estavam até então contidas. O frágil equilíbrio que permitia a ‘disjunção entre o sistema político e o sistema de desigualdade social’ é rompido com a entrada em cena de novos agentes, a movimentação de setores até então marginalizados e a irrupção no cenário político de confrontos sociais para os quais o compromisso é impossível (Rouquié, 1984, 274-5).

Embora a realização da reforma agrária fosse uma plataforma central da DC, e estivesse inclusive em concordância com os termos propostos pela “Aliança para o Progresso” capitaneada pelos Estados Unidos (Moniz Bandeira, 2008, 113), e embora o governo democrata-cristão tenha se comprometido com a questão da sindicalização camponesa (Aggio, 1993, 100), essas pautas saíram de seu controle político. O número de sindicatos agrícolas evoluiu de 201 em 1966 para 510 em 1970, e o número de filiados saltou de 10.647 para 114.112, um aumento de 971,8% num período de apenas quatro anos (Marini *apud* Bandeira, 2008, 112). Ao mesmo tempo, nos últimos anos do governo Frei, o movimento camponês radicalizou-se e passou a exigir a repartição de terras. Em diversas províncias houve greves gerais e ocupações (Moniz Bandeira, 2008, 112). Concomitantemente, os partidos e organizações de esquerda passaram a disputar com a DC a hegemonia no interior das novas organizações que foram sendo criadas (Petras, 1969, 200-1).

⁴⁴ Os principais elementos originais da nova organização, segundo Moulian e Torres Dujisin (s/d, 331-2) foram: a fusão das duas tendências históricas da direita numa única organização; a incorporação de elementos nacionalistas que nunca haviam participado dos partidos tradicionais da direita, pois os viam como expressão de um corporativismo classista e egoísta; a renovação de seus quadros dirigentes; e, por fim, a pretensão de constituir um partido que representasse os valores da defesa da ordem, iniciativa privada e valorização dos “homens de trabalho”, mais do que uma coletividade de caráter classista identificada com os grupos dominantes.

É importante considerar a magnitude alcançada pelo movimento sindical chileno. Segundo Alan Angell, o número total de trabalhadores sindicalizados no país praticamente dobrou entre 1967 e 1972, de modo que nesse último ano (já durante o governo de Salvador Allende), atingia uma cifra de aproximadamente um milhão⁴⁵ (incluídos aí os cerca de 300.000 trabalhadores vinculados a organizações do setor público que, embora não detivessem estatuto legal de sindicatos, na prática funcionavam como tais) para uma população economicamente ativa de cerca de 2,6 milhões, uma proporção relativamente elevada em termos internacionais (Angell, 1977, 287).

Nas cidades, o número de greves (legais e ilegais) salta de 566 no ano de 1964 (primeiro ano do governo democrata-cristão) para 1.819 em 1970 (último ano do governo da DC), e o número estimado de trabalhadores participantes das greves evoluiu de 138.000 para 647.000 nesse mesmo período (Marini *apud* Moniz Bandeira, 2008, 113). A partir de 1967, em parte pela atuação dos partidos de esquerda, em parte pelas condições habitacionais reais de largos setores da população urbana, houve um aumento substantivo do número de invasões e ocupações de terrenos nas periferias dos grandes centros bem como a politização, por parte dos partidos de esquerda, de muitos acampamentos e invasões (Pastrana & Threlfall, 1974, 56-7).

Devido mesmo ao aumento das mobilizações populares, a DC se veria frente a crises e divisões políticas internas. Delimitava-se claramente, sobretudo a partir da segunda metade do governo Frei, uma direita e uma esquerda democrata-cristã. Pela heterogeneidade social, política e ideológica no interior do governo da DC, Petras destacou duas linhas conflitivas principais de ação dos seus membros: a “corporativista” e a “populista”. A tendência corporativista, com posições mais conservadoras, dominava o executivo político, os organismos oficiais e o aparato administrativo nacional, regional e local (governadores, funcionalismo, etc.). Já os “populistas” contavam com o apoio de um restrito grupo de parlamentares governistas críticos da política de Frei, embora o verdadeiro eixo de sua força estivesse na atuação nos sindicatos e organizações camponesas (Petras, 1969, 190-4).

Haveria também um terceiro grupo, o da “tecnocracia”, composto pelos especialistas em reforma agrária, assessores técnicos, etc., no interior do qual surgiram

⁴⁵ Os dados fornecidos por Angell são aproximativos. Um segundo estudo indicou o número de 1.068.912 trabalhadores sindicalizados em 1972, o que correspondia a cerca de 38% da população chilena economicamente ativa (Borón *apud* Angell, 1977, 287).

inclusive alguns “tecnocratas de esquerda”⁴⁶. Estes últimos, por vezes, entraram em conflito com os populistas, sobretudo no que diz respeito aos melhores meios para impulsionar a reforma agrária, objetivo perseguido por ambos os grupos (Petras, 1969, 192-3). Além do impasse gerado entre corporativistas (ocupando a alta cúpula da burocracia estatal) e os populistas e tecnocratas de esquerda, a própria linha política “populista” que, em diversas conjunturas teria se sobressaído no governo Frei, encerrava no seu próprio interior, contradições fundamentais. Como sintetizou José Sulbrandt:

Las políticas populistas reflejan una gran ambigüedad de intereses, que tienen su origen en el policlasismo básico del partido gobernante, y en sus representantes en la administración pública. Así, por ejemplo, por una parte la política agraria articula los intereses de los sectores campesinos con los del grupo más progresista de la Administración, mientras que por otra parte, la política referente a construcción compatibiliza objetivos y metas de los grupos empresariales y de los sectores tecnocráticos de esa administración (Sulbrandt, 1972, 250).

Em função das contradições políticas que se evidenciavam durante o governo Frei, a DC sofreria alguns rachas organizados à esquerda de organizações que se incorporariam, posteriormente, ao governo da Unidade Popular, formado pela coalizão de esquerda vencedora das eleições presidenciais de 1970. Foi esse o caso do Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU) e da Esquerda Cristã (IC), partidos que integrariam, no futuro, o governo da esquerda.

Apesar de suas insuficiências, de acordo com Tomás Moulian (1982a, 19), até o governo democrata-cristão, nenhuma outra experiência reformista que se desenvolveu no Chile conseguiria pôr em xeque a imbricação existente entre o grande latifúndio e a burguesia manufatureira. Segundo Salazar Vergara (2003, 146), o governo Frei foi o único que até aquele momento havia desafiado de fato os interesses do conglomerado mercantil-financeiro internacional (hegemonizado pelo capital estadunidense), e questionado a obsessão livre cambista que, sob diferentes formas, havia atravessado todos os governos nacionais até aquele momento.

Para Castells, a DC se constituiu como uma espécie de aparelho político do grande capital e, ao mesmo tempo, enquanto força modernizante e populista. Expressou, antes de mais nada, uma política favorável aos interesses da burguesia monopolista pró-imperialista

⁴⁶ A maioria dos técnicos da esquerda democrata-cristã atuava em dois organismos oficiais destinados a promover a reforma agrária: a Corporação de Reforma Agrária (CORA) e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (INDAP). Nas suas atividades, os organismos governamentais vinculados à reforma agrária, INDAP e CORA, mesclavam uma ideologia populista com uma direção tecnocrática (Petras, 1969, 192-4).

em seus aspectos mais dinâmicos e modernizantes (o que lhe rendeu atritos com os setores oligárquicos), ao mesmo tempo em que defendia interesses imediatos dos setores populares mobilizando-os em torno de contradições estruturalmente secundárias. O fracasso da política reformista, o transbordamento do conflito político-social e o auge da luta de classes durante o governo democrata-cristão produziu três efeitos fundamentais em relação à DC: fez antagônicas suas contradições com os interesses da velha oligarquia; motivou uma reação defensiva do conjunto das classes dominantes (sobretudo dos setores ligados ao capitalismo monopolista dinâmico), menos em termos econômicos do que em termos político-ideológicos; radicalizou suas classes-apoio e, com isso, o governo se viu obrigado a acentuar seu aspecto populista, agudizando assim as contradições anteriores⁴⁷ (Castells, 1974, 375-6).

Ao mesmo tempo em que há uma forte ascensão do movimento popular de massas (acompanhado por um processo de polarização política que se aprofundaria nos anos subsequentes), e que o governo democrata-cristão ameaça revolver algumas estruturas sócio-políticas até então intocadas, se expandia junto à direita chilena uma “nova” ideologia antidemocrática que atribuía ao Exército um papel de intervenção ativa nos conflitos políticos. Ilustrando tal processo, em 1969 o regimento Tacna de Santiago se rebela (episódio que ficou conhecido como *tacnazo*), fato oficialmente apresentado como uma espécie de greve militar sem conotação política. A partir de então, já se podia verificar o início de um processo de erosão da mitificada neutralidade profissional das forças armadas que acompanharia *pari passu* as metamorfoses políticas do país (Rouquié, 1986, 275-6). Assim, o desenvolvimento da luta de classes no Chile durante o governo democrata-cristão se constitui numa referência de suma importância para compreender o período posterior, marcado pela vitória eleitoral do socialista Salvador Allende a frente da Unidade Popular.

1.2.6 Da Eleição Presidencial de 1970 à Posse de Allende

Para as eleições de 1970, se apresentou um cenário político-partidário bastante diverso em relação ao do pleito eleitoral de 1964, que resultou na vitória de Frei. Dessa vez a direita, agrupada no PN, apresentaria uma candidatura própria, a do ex-presidente Jorge Alessandri (1958-1964). Já o partido democrata-cristão apoiaria a Randomiro Tomic, candidato ligado aos setores mais a esquerda ou “progressistas” do partido, que propunha

⁴⁷ “Rechazada por la derecha, sufriendo escisión de izquierda en su seno, la DC intentó mantener su existencia autónoma como primer partido chileno jugando a la vez sobre dos tableros: sobre el del orden en tanto que partido de gobierno; y sobre el del reformismo anticapitalista en tanto que candidatura electoral” (Castells, 1974, 377).

aprofundar as reformas iniciadas com Frei. Os partidos de esquerda, por sua vez, apresentavam pela quarta vez o nome de Salvador Allende, senador pelo PS e figura histórica do socialismo chileno. Uma entre outras alternativas vislumbradas pela esquerda foi o poeta e escritor chileno Pablo Neruda que, no entanto, retirou sua candidatura em favor de Allende.

A esquerda estava agrupada em torno da Unidade Popular (UP), uma ampla coalizão partidária surgida em 1969, e que tinha como eixo principal os partidos comunista e socialista. Ademais, contava também com a participação do tradicional Partido Radical (historicamente ligado, como vimos, às classes médias urbanas); do Partido Social Democrata (PSD), surgido de uma divisão do PADENA (Partido Democrático Nacional), contrário à decisão do partido em abandonar a FRAP em 1965 devido ao seu caráter marxista; a Ação Popular Independente (API), formada por elementos independentes para dar suporte à eleição de Allende; e parte da esquerda católica agrupada no Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU). Portanto, temos que a Unidade Popular se conformou enquanto uma coalizão política bastante heterogênea e, em termos sociais, policlassista.

Uma análise dos programas eleitorais apresentados por cada uma das três candidaturas mostra uma clara oposição entre o de Alessandri, por um lado, e os de Tomic e Allende por outro, bem como uma relativa aproximação entre esses dois últimos (Debuyst & Garcés *apud* Castells, 1974, 375). Em nenhum momento Tomic buscara uma aliança com a direita nacional, mas sim com a esquerda, sendo inclusive ele quem forjou o termo “Unidade Popular”. Sua campanha foi marcada por um tom e uma temática anticapitalista, o que rendeu a desaprovação tática de Frei e grande parte do governo, de modo que o então presidente Frei em momento algum, durante as eleições, interveio em favor do candidato de seu partido (Castells, 1974, 375).

A UP inovara por meio da criação dos Comitês da Unidade Popular (CUP’s), que serviam como organismos de base para a orientação e mobilização político-eleitoral. Indo além, suas funções deveriam ser mais amplas, tendo por objetivo preparar as forças político-sociais para exercerem o poder e levar a cabo as transformações político-estruturais defendidas no programa da UP que institucionalizariam a participação em todos os níveis e áreas de política pública (Varela & Videla, 1974, 46). Assim sendo, os CUP’s eram entendidos enquanto organizações populares permanentes. Comitês desse tipo foram sendo criados (muitas vezes de forma “espontânea”, sem a influência e participação direta dos partidos da esquerda) por todo o país. Estima-se que 15.000 CUP’s tenham sido constituídos no ano de 1970 (Castells, 1974, 373).

Enquanto muitos previam uma vitória eleitoral relativamente tranquila de Alessandri⁴⁸, a UP surpreendeu conquistando a maior votação relativa por estreita margem de vantagem. Assim como em 1958, a diferença de votos entre Allende e Alessandri foi bastante estreita. Dessa vez, contudo, a vantagem era de Allende; uma vantagem de pouco menos de 40 mil votos.

Tabela 1 – Resultado das eleições presidenciais de 1970⁴⁹

Partido/coalizão	Candidato	Número de votos	Porcentagem
Unidade Popular	Salvador Allende	1.075.616	36,22%
Partido Nacional	Jorge Alessandri	1.036.278	34,9%
Democracia Cristã	Randomiro Tomic	824.849	27,1%
Branco e nulos		31.505	
Abstenção		584.958	

Não tendo conseguido uma maioria absoluta (superior a 50% do total de votos válidos), a vitória de Allende, segundo observava a Constituição, deveria passar pela aprovação do Congresso Pleno (Câmara de Deputados e Senado) que, em casos como esses, tinha a prerrogativa de escolher um dentre os dois candidatos mais votados. Alessandri procurou estabelecer um acordo com a DC, partido que detinha o maior número de parlamentares em ambas as casas legislativas, no qual os democrata-cristãos votariam em Alessandri para impedir a posse de Allende. Em troca, o candidato da direita propunha convocar uma nova eleição presidencial, na qual ele e seu partido, o PN, apoiariam um candidato escolhido pela DC, com o fito de impedir uma nova vitória eleitoral das forças de esquerda. Por sua vez, Allende advertia a DC sobre o risco de uma guerra civil, caso sua candidatura não fosse referendada. Embora, pela Constituição, o Congresso Pleno não tivesse obrigação de aceitar o candidato presidencial mais votado, nunca um presidencial eleito por maioria simples havia sido rejeitado.

Por fim, os democrata-cristãos, divididos, optaram por exigir de Allende o seu comprometimento com um “estatuto de garantias democráticas” e a aprovação de um conjunto de emendas constitucionais visando garantir as “liberdades civis” e a segurança dos

⁴⁸ A maioria das sondagens eleitorais apontavam a vitória de Alessandri por uma margem de cerca de 6% dos votos sobre Allende (Aggio, 1993, 106). Assim, a vitória do candidato da UP teria sido uma surpresa para largos setores da própria esquerda (Winn, 2010, 63; Úrzua Valenzuela, 1962, 640).

⁴⁹ Dados extraídos de Moniz Bandeira (2008, 153).

membros do governo Frei, com o que Allende consentira. Dessa forma, aos setores que desejavam impedir a posse de Allende, restava a opção de promover um golpe de Estado e, nesse sentido, não foram poucos os esforços feitos pelo governo norte-americano de Richard Nixon, sobretudo por meio da CIA, conjugados com o de setores no interior das Forças Armadas do Chile e grandes empresários chilenos, em deflagrar um golpe (Moniz Bandeira, 2008, 165).

Um obstáculo importante nesse sentido era a tradição e o ideário de não intervenção das Forças Armadas em assuntos políticos, expresso pelos seus setores denominados “legalistas”, que tinham à sua frente e como maior referência, o Comandante Chefe do Exército, General René Schneider⁵⁰. Logo, o plano arquitetado pela CIA em conluio com os militares golpistas foi o de sequestrar o General Schneider, e fazer com que a culpa recaísse sobre “radicais de esquerda”. Entretanto, Schneider resistiu à tentativa de sequestro, sendo assassinado por elementos neofascistas ligados ao ex-general Roberto Viaux, o mesmo que havia liderado uma sublevação militar na capital Santiago em 1969, contra o governo Frei. Apesar de tentar fazer crer à opinião pública que o assassinato de Schneider foi obra do MIR, ficou claro que a ação havia sido orquestrada por setores de extrema-direita, visando impedir a posse de Allende. Curiosamente, a ação teve o efeito oposto daquele planejado por seus mentores, reforçando a ideologia legalista no interior das Forças Armadas. Substituindo Schneider no Comando nas Forças Armadas, assumia o General Carlos Prats, firme adepto da doutrina legalista de seu antecessor.

Em outubro, o Congresso Pleno elegeu Allende por 153 votos contra 35 de Alessandri e 7 votos em branco. Dois meses após ter sido eleito nas urnas, Allende toma posse em 3 de novembro de 1970. Assim, o Chile, único país latino-americano a eleger um governo de “Frente Popular” nos anos 1930, e primeiro a eleger um presidente democrata-cristão, seria também o primeiro a eleger, pela via democrático-liberal, um presidente que se autodeclarava marxista⁵¹. A partir de então deveria ter início a chamada “via chilena” de transição para o socialismo, capitaneada pela UP.

⁵⁰ “A chamada doutrina Schneider consolidava o preceito, segundo o qual o Exército, de acordo com a Constituição, era uma instituição apolítica e não deliberante, obediente ao Poder Civil e respeitosa da Constituição e das leis da República e que, portanto, não lhe correspondia intervir nem se pronunciar sobre atos eleitorais” (Moniz Bandeira, 2008, 136).

⁵¹ Entrevistado pelo diário argentino *Clarín*, durante as eleições de 1970, ao ser perguntado se era marxista e se seu governo teria essa índole, Allende declarou: “Efetivamente sou marxista e o sou desde minha juventude. Toda minha vida se caracterizou pela consequência com meus princípios. Ser marxista significa atuar de acordo com a realidade de meu país, em consonância com a sua idiossincrasia e as suas necessidades”. Ademais, esclarecia que um governo seu estaria sustentado por forças sociais e políticas de diferentes orientações ideológicas, porquanto havia na Unidade Popular socialistas, comunistas, ex-democrata-cristãos, integrantes do MAPU, socialdemocratas e independentes. “Há marxistas, laicos e cristãos”, ressaltou, de

CAPÍTULO 2

O GOVERNO DA UNIDADE POPULAR E A “VIA CHILENA” DE TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA PROBLEMÁTICA DA AUTONOMIA RELATIVA DO ESTADO

O presente capítulo está dividido em duas partes principais. Num primeiro momento, procuramos desenvolver em linhas gerais, os principais traços constitutivos da “via chilena” de transição ao socialismo, sob o governo da Unidade Popular (1970-1973), suas pré-condições gerais, problemas e perspectivas fundamentais. Para isso, traçamos uma periodização geral dos três anos do governo popular a partir de três momentos principais: o primeiro abrange o início do governo e suas primeiras medidas tendentes à realização do programa político da UP; o segundo, marca o início da contraofensiva institucional e extra-institucional das classes dominantes ao governo popular, que começa a se desenvolver, de modo sistemático, a partir de meados do segundo semestre de 1971, culminando com a greve geral de outubro de 1972 e, por fim; no terceiro momento, destacamos a emergência do “poder popular” como forma autônoma de organização dos setores populares, cujo eixo foi a defesa do governo e a exigência de aprofundamento da experiência chilena; suas tensões com o governo e contradições fundamentais com o Estado chileno, se estendendo até o fim da experiência chilena, por ocasião do golpe militar de 11 de setembro de 1973.

Evidentemente, tal periodização constitui, antes de qualquer coisa, uma tentativa de síntese dos principais aspectos, sobretudo econômicos e políticos, que conformaram a experiência chilena. Também é evidente que na realização de sínteses de processos históricos de natureza complexa, sempre se corre o perigo de desconsiderar determinações importantes, risco o qual procuramos evitar, embora não deixemos de estar a ele sujeitos. Por fim, a periodização geral que apresentamos tem por objetivo facilitar uma sistematização e exposição gerais de conteúdo, não sendo nossa intenção principal a de traçar rigidamente datas ou eventos precisos. Procurou-se captar em linhas amplas os principais momentos da luta de classes durante o período analisado e sua evolução qualitativa, fazendo para isso, o uso de uma periodização flexível.

Num segundo momento, procuramos avançar uma leitura da experiência chilena a partir da problemática teórica da “autonomia relativa do Estado capitalista”,

modo que seu governo seria “intrinsecamente pluralista”. O socialismo seria implantado no Chile não por meios da violência, mas “com vinho e empanadas” (Moniz Bandeira, 2008, 156).

tomando como principal interlocutor Nicos Poulantzas. Mais precisamente, nessa segunda parte, procuramos mesclar considerações de caráter mais geral acerca do estatuto teórico da “autonomia relativa” do político e da própria teoria marxista do Estado, com questões de ordem “prática” (política) com a qual a experiência chilena e alguns de seus interpretes se depararam, a partir de uma leitura teórica.

2.1 IMPULSOS INICIAIS E PRIMEIRAS MEDIDAS

Tendo vencido as eleições presidenciais de 1970 por escassa margem de vantagem, Salvador Allende chamaria a atenção do mundo todo sobre a experiência chilena. É importante destacar que há, na vitória eleitoral da Unidade Popular (adiante referida como UP), um componente simbólico de extrema importância. A eleição para o posto de maior autoridade política da República, de um candidato autodeclarado marxista, por vias institucionais, à frente de uma ampla coalisão política hegemônica pelos dois principais partidos da esquerda chilena, que propunha dar início ao processo de transição socialista no Chile, reascenderia as esperanças das forças de esquerda nos países do capitalismo central, num contexto em que já era clara a crise política do antigo bloco soviético e o imperialismo norte-americano detinha forte influência nos países latino-americanos, patrocinando diversos regimes militares na região.

No que se refere às idiossincrasias políticas no interior da UP, o MAPU, a IC, o MIR (embora este mantivesse uma maior relação de independência ao governo, atuando enquanto força política extra institucional⁵²) e parcelas significativas do PS, apesar de operarem estratégias diversas, constituíam a alternativa do chamado “polo revolucionário” da UP, embora sem se contrapor de forma decisiva ao governo (Aggio, 1993, 50). Interessa ter em conta que Allende expressava, no interior do PS, uma fração do partido que se opunha à opção pela via insurrecional, de modo a posicionar-se abertamente contra as teses defendidas no Congresso de Chillán em 1967 (idem, 104-5), onde o partido declarou-se enquanto organização “marxista-leninista”, apontando para a inevitabilidade da luta armada (Partido Socialista de Chile, 2013). Em traços gerais, pode-se afirmar que a linha prevalecente no interior da UP, foi a linha do próprio presidente Allende.

No seu primeiro discurso ao Congresso Nacional Pleno (Câmara de Deputados e Senado), em 21 de maio de 1971, Allende sublinhava que a “via chilena” para a

⁵² Do MIR provinham os membros da guarda pessoal de Allende, denominada de Grupo de Amigos Pessoais (GAP).

transição socialista, não era a via soviética ou chinesa da “ditadura revolucionária do proletariado”, pondo ênfase na sua novidade e originalidade, bem como no desafio do projeto/processo socialista no Chile; a primeira nação chamada a pôr em prática o segundo modelo histórico de transição ao socialismo:

Este desafio desperta vivo interesse para além das fronteiras da pátria. Todos sabem, ou intuem, que aqui e agora a história começa a dar uma nova guinada, na medida em que nós, chilenos, estivermos conscientes da empreitada. Alguns de nós, talvez a minoria, vêem apenas grandes dificuldades na tarefa. Outros, a maioria, buscamos a possibilidade de enfrenta-la com sucesso. Por minha parte, tenho certeza que teremos a energia e a capacidade necessárias para realizar esse esforço, *modelando a primeira sociedade socialista edificada segundo um modelo democrático, pluralista e libertário* [grifo nosso] (Allende, 2006, 402).

Adiante, nesse mesmo discurso, Allende enfatizou a consciência patriótica e tradição profissional das Forças Armadas, bem como sua submissão ao poder civil, e também a confiança demonstrada no Congresso Nacional, que por ser uma instituição baseada no voto popular, poderia se renovar, transformando-se efetivamente em “Parlamento do Povo”. Cabe ainda destacar o propósito de se superar a condição de atraso e pobreza, derivados da dependência e subdesenvolvimento chilenos, oriundos do casamento entre as classes dominantes tradicionais com a subordinação externa e a exploração de classes interna (Allende, 2006, 402-3). Segundo Alberto Aggio, a esquerda chilena agrupada na UP:

[...] trabalhava com a ideia de que no Chile as condições ideológicas e institucionais davam margem à introdução de modificações substanciais na propriedade dos meios de produção, acompanhadas necessariamente pela intensificação da participação dos trabalhadores no poder. Acreditava-se que, iniciadas as transformações, abrir-se-iam as possibilidades para uma mudança qualitativa nas relações de poder da sociedade, acarretando uma mudança no caráter do Estado: o governo popular deveria abrir caminho para se alterar, através da construção do “poder popular”, a natureza de classe do Estado [...] *Pressupunham-se a institucionalidade vigente – e sua alteração –, a legalidade, as liberdades, a multiplicidade e o pluralismo de partidos, inclusive no governo* [...] [grifo nosso] (Aggio, 1993, 20-1).

São sob tais perspectivas que o governo da UP iria iniciar a realização de seu programa de reformas. Politicamente, o governo popular deveria pôr ênfase no combate ao capital monopolista nacional e estrangeiro, bem como ao latifúndio. Para isso, buscava agregar em torno de si o apoio não apenas dos operários e camponeses, mas também dos setores progressistas das chamadas “camadas médias”, bem como dos pequenos e médios

empresários (Unidad Popular, 2013a, 6). Ponto central do programa com o qual a UP foi eleita destacamos, no plano econômico, o intento de formação da Área de Propriedade Social (APS), por meio da nacionalização de empresas privadas oligopolistas ligadas a setores estratégicos da economia nacional⁵³. Além do mais, deixava-se claro que as expropriações necessárias não prejudicariam o interesse do pequeno acionista e que a área de propriedade privada, além de continuar existindo, constituiria o setor da economia concentrador do maior número de empresas, as quais seriam diretamente beneficiadas pela planificação geral da economia chilena (Unidad Popular, 2013a, 10-1). De tal sorte, a economia nacional seria composta por três setores: privado, misto (empresas com aporte de capital público e privado), e a área estatal, formada pela APS (ibidem).

De acordo com Sergio Bitar, a influência da CEPAL e dos estudos latino-americanos sobre a dependência, contribuíram para a elaboração do diagnóstico geral da economia chilena feito pela UP: propriedade concentrada dos meios de produção, dependência externa nas atividades essenciais e distribuição desigual de renda (Bitar, 1980, 69-70). De tal sorte, os principais enfoques que configuravam o programa econômico da UP teriam sido quatro: a) a ideia socialista de estatização dos meios de produção, como condição necessária para iniciar um verdadeiro processo de transformação; b) os estudos sobre a dependência, por meio dos quais se deduzia a necessidade de nacionalizar as empresas estrangeiras, enfrentar as multinacionais e reduzir a influência financeira norte-americana; c) o pensamento da CEPAL referente a uma estratégia de desenvolvimento apoiada nos bens de consumo essenciais e; d) uma orientação keynesiana que inspirou uma política fortemente redistributiva e de reativação econômica (idem, 73).

Assim, as primeiras medidas econômicas (de curto prazo), deveriam ter aplicação imediata. Do ponto de vista da adesão popular ao governo Allende, a política de reativação da economia deveria obter o apoio dos setores mais pobres da população (periferia das grandes cidades, camponeses e operários) e, ao mesmo tempo, captar a confiança dos médios e pequenos empresários, tendo em vista a realização de eleições municipais em abril de 1971 (Bitar, 1980, 88). Tal objetivo seria perseguido por meio de políticas globais de redistribuição de renda e expansão do gasto público, de tal modo que o aumento da demanda

⁵³ Tais setores estariam integrados pela grande mineração de cobre, salitre, iodo, ferro e carvão mineral; o sistema financeiro do país, com destaque para os bancos privados e seguros; o comércio exterior; as grandes empresas e monopólios de distribuição; os monopólios industriais estratégicos; demais atividades que condicionam o desenvolvimento econômico e social do país, tais como a produção e distribuição de energia elétrica, o transporte ferroviário, aéreo e marítimo, as comunicações, a produção, refino e distribuição de petróleo e seus derivados, incluindo o gás líquido, a siderurgia, o cimento, a petroquímica e química pesada, a celulose e o papel (Unidad Popular, 2013a, 10).

consumidora incentivasse a expansão do setor produtivo público e privado (pequenas e médias unidades produtivas). Os dois principais fatores contribuintes ao incremento da demanda global deveriam ser a utilização total da capacidade produtiva instalada no setor industrial e de construção, e o uso das reservas internacionais disponíveis (idem, 89-90).

De pronto, um acordo do governo com a CUT estabeleceu que, para o ano de 1971, os trabalhadores do setor público teriam um forte reajuste de salários. Somente aqueles funcionários que ganhavam mais de 20 salários vitais⁵⁴ mensais não teriam reajustes além da reposição salarial relativa às perdas com a alta do custo de vida no ano anterior. Por sua vez, quem recebia até um salário vital (cerca de 5% do total dos funcionários públicos) teria um aumento de 5%, após compensadas suas perdas reais com a inflação de 1970, e aqueles que recebiam entre 1 e 2 salários vitais (32,5% do funcionalismo público), obteriam um aumento de 3%. Como a inflação de 1971 ficou bem abaixo da do ano de 1970 como já esperava o governo, todo o funcionalismo público, no seu conjunto, havia se beneficiado com as medidas. De resto, cabe assinalar que a discriminação relativa aos salários mais elevados, na prática, foi bastante débil (León & Serra, 1976, 37).

Em relação aos estratos de renda mais baixos, alguns importantes instrumentos da política econômica do governo foram a política de emprego e provisão direta de bens e serviços. Assim, as pensões mínimas (das quais dependiam aposentados, viúvas e inválidos) do Serviço de Seguro Social (SSS) aumentaram 70% em 1971, o salário mínimo, urbano e rural, recebeu um aumento de quase dois terços, e a atribuição familiar do SSS, destinada a operários foi duplicada⁵⁵ (León & Serra, 1976, 47). A possibilidade de combinação da elevação de renda dos grupos mais pobres da população (amplamente maioritários entre os desocupados) com o aumento da produção de bens e serviços deveria contribuir para a expansão do nível de emprego. Todavia, tal expansão não seria apenas resultado do crescimento da demanda agregada, mas também da expansão do gasto fiscal, por meio da criação de novos postos de trabalho no setor público⁵⁶ (idem, 48-50).

⁵⁴ O “salário vital” correspondia a uma soma, fixada administrativamente, relativa à renda mínima que deveria receber cada trabalhador (Bitar, 1980, 91).

⁵⁵ Já as pensões superiores ao mínimo, teriam sido reajustadas em 47,8%, porcentagem quase um quinto acima da inflação de 1970, e muito superior à de 1971 (León & Serra, 1976, 47). De acordo com Altamirano, as pensões mínimas de aposentadoria, invalidez e viuvez do SSS cresceram aproximadamente 550% entre 1970 e 1972. Houve nivelamento dos “salários-família”, e trezentos mil aposentados tiveram suas rendas aumentadas desde um terço até um salário mínimo (o referido “salário vital”) completo. Ademais, a previdência estendeu-se a 130 mil pequenos comerciantes, 200 mil feirantes, 30 mil pequenos industriais e artesãos, aos desportistas profissionais, atividades correlatas e transportadores (Altamirano, 1979, 46).

⁵⁶ “Así es como un 35% de los nuevos empleos creados em 1971 – en relación al nivel de junio-septiembre de 1970 – tuvieron su origen en la expansión autónoma de las actividades del Sector Público, mientras que casi

De imediato se iniciou a nacionalização e estatização de empresas e bancos, e a reforma agrária. Em 2 de dezembro de 1970, o governo anunciou a primeira expropriação, na indústria têxtil, a que seguiram outras expropriações em indústrias do ramo nos meses seguintes. Também passaram para o controle do Estado as companhias nacionais de carvão. Posteriormente, avançou-se sobre o setor mais rentável da economia chilena, a produção cuprífera, com a aprovação pelo Congresso Pleno (por unanimidade e com poucas alterações em relação ao projeto encaminhado por Allende), de uma reforma constitucional decretando a nacionalização da grande mineração do cobre em 16 de julho de 1971, o que evidentemente contrariava o interesse de grandes corporações americanas que há décadas operavam no Chile (Moniz Bandeira, 2008, 260).

A nacionalização dos bancos também progrediu a largos passos. Já no primeiro semestre de 1971, todos os bancos estrangeiros haviam sido adquiridos pelo Estado que, ao mesmo tempo, iniciou a compra de ações dos bancos privados nacionais, obtendo participação majoritária em 11 dos 23 bancos chilenos, com o que estabeleceu um controle direto sobre cerca de 90% do total das aplicações. As grandes comercializadoras de bens de consumo e materiais de construção seriam adquiridas ainda no primeiro semestre de 1971, ao passo em que se avançava no controle estatal sobre o comércio exterior, por meio das nacionalizações a pouco citadas, e da centralização de importações de alimentos e matérias-primas para as empresas que passavam para a APS (Bitar, 1980, 95-6).

Por fim, buscou-se o estímulo inicial à participação dos trabalhadores nas empresas da Área de Produção Social e Mista, por dois caminhos principais: a criação de órgãos setoriais, regionais ou nacionais, implantados diretamente pelo governo, como também pelo estabelecimento de normas de participação, resolvidas de comum acordo entre representantes dos trabalhadores e do governo nas fábricas, minas e estabelecimentos agrários⁵⁷. Nas empresas privadas, os partidos da UP e a CUT incentivaram a criação de “Comitês de Vigilância” para prevenir irregularidades, uma vez que numerosas empresas suspenderam trabalhos de manutenção, reduziram a compra de peças de reposição e começaram a vender sem fatura, para evitar o pagamento de impostos e aumentar sua liquidez

40% de la diferencia entre el déficit público de 1971 y el correspondiente a 1970 se destinó directamente a crear nuevas ocupaciones” (León & Serra, 1976, 50).

⁵⁷ “Para o primeiro caminho optou-se por decreto e procurou-se incorporar os trabalhadores à discussão das políticas a serem seguidas. Isto ocorreu no Conselho Nacional de Desenvolvimento, Conselhos Mineiros, Conselhos Camponeses, Conselhos Locais de Saúde, Juntas de Abastecimento e Preços. O segundo caminho engendrou-se a partir das denominadas normas básicas de Participação elaboradas pela Comissão CUT-Governo. Os resultados foram mais promissores no segundo caso, pois aí a presença dos trabalhadores manifestou-se num nível mais específico e traduziu-se na solução de problemas concretos” (Bitar, 1980, 96-7).

(Bitar, 1980, 96-7). Entre os trabalhadores das empresas privadas ganha força o intento de incluir a empresa na qual trabalhavam na lista prioritária do governo para constituição da APS, o que resultava numa forte pressão social, liderada pelos sindicatos (Borges, 2011, 34). A prioridade dada pelo governo às mudanças na forma de propriedade, somada a uma ampla mobilização popular conduziu as estatizações muito além do programado (Bitar, 1980, 97).

Outra evolução notável se deu no plano da reforma agrária, um dos pilares do programa da UP, e à qual o governo Frei dera considerável atenção. Somente no primeiro ano do governo Allende, expropriou-se um número de propriedades rurais equivalente às expropriações de todo o período Frei (Bitar, 1980, 95). Já em meados de 1972, o governo havia expropriado mais de três mil fazendas concluindo em apenas dezoito meses, ao invés de seis anos, suas metas referentes à reforma agrária. De tal sorte, podia-se dizer que a propriedade latifundiária já não existia mais no Chile⁵⁸. Também no caso da reforma agrária, as mobilizações dos setores populares conduziram o governo além de suas metas, e ajudam a explicar a rapidez do processo⁵⁹ (Winn, 2010, 99-100).

Mesmo tendo em vista as dificuldades econômicas em âmbito nacional e internacional pelas quais passou a experiência chilena desde seus primeiros dias (depressão econômica, baixa do preço do cobre no mercado mundial, evasão de capitais e episódios de sabotagem perpetrados pela burguesia, pelo imperialismo e os grandes proprietários agrários), às quais se somavam dificuldades políticas; minoria parlamentar em ambas as casas

⁵⁸ Todavia, tal como pontua Alejandro Saavedra, a distinção entre “latifundiários” e “produtores médios”, uma vez reduzida ao critério da quantidade de terras que cada grupo possui, remetia a um critério economicista, ele próprio insuficiente para apreender a dinâmica das relações de classes no campo chileno. Tal distinção, adotada por importantes setores da UP, teria tido como consequência o encobrimento da fração mais importante da burguesia agrária. Com efeito, a quantidade de terras em mãos da burguesia, poderia ser reduzida sem com isso alterar seu predomínio econômico, uma vez que se mantem outros mecanismos, tais como: a sobre-exploração do trabalho, a reinversão de capital em setores mais dinâmicos da economia, o controle das terras de melhor qualidade para a produção, o baixo nível técnico e de capitalização das propriedades reformadas, bem como o “mercado negro” e a especulação, derivados do monopólio extra-econômico sobre boa parte do processo de circulação de mercadorias no campo (Saavedra, 1975, 129-36).

⁵⁹ Tomando por base dados referentes ao número de ocupações de propriedades rurais, Morales afirmou que o auge da mobilização camponesa se deu entre novembro de 1970 (quando da posse de Allende) e março de 1971, para depois iniciar um processo de refluxo, conforme avançavam as expropriações feitas pela Corporação de Reforma Agrária, sendo que a tendência de decréscimo da mobilização camponesa manter-se-ia até a derrocada da UP em setembro de 1973 (Morales, 1983, 39). Vale destacar a criação de Conselhos Camponeses, a maior parte amparados em decretos legais, a partir de janeiro de 1971 (Saavedra, 1975, 289), organizações que exerceram um importante papel de apoio ao governo no campo. Já na capital Santiago ocorre um movimento inverso. Durante o primeiro ano de governo, em função de melhoras objetivas logradas pelos setores populares e perspectivas gerais favoráveis ao avanço das medidas de caráter social que vinham sendo implementadas pelo governo, o número de ocupações de terrenos por *pobladores* diminuem, para voltar a crescer em fins de 1971, quando o boicote institucional às iniciativas do governo se fizeram sentir de forma aguda. Reivindicava-se em geral, a aceleração da construção de moradias populares e a melhora das condições gerais de infraestrutura na periferia da cidade (Pastrana & Threlfall, 1974, 64).

legislativas, um aparelho judicial e administrativo ligados à legalidade burguesa, em suma, uma estrutura institucional desfavorável, Castells assinalou que:

[...] las grandes líneas de la estrategia esbozada se cumplieron con un éxito rotundo [...] se golpeó en forma decisiva la propiedad privada de los medios de producción en todos los sectores y empresas clave. La oligarquía y el imperialismo fueron sacudidos en su base a *nivel económico* [...]. En el primer período del Gobierno Popular, con una intervención conjunta de la política económica y la acción sindical se cubrieran plenamente los objetivos económicos fijados, aunque sólo parcialmente los políticos (Castells, 1974, 158-9).

Os notáveis sucessos do governo na condução econômica e política de curto prazo, somados à desarticulação da oposição em seu conjunto, permitiriam à UP conquistar uma expressiva vitória nas eleições municipais de 4 de abril de 1971. Ao todo, os partidos da coalizão governista obtiveram 49,8% dos sufrágios, que somados à votação obtida pela União Socialista Popular (USP), que não integrava o governo, concedia ao conjunto da esquerda um apoio total de 50,86% do eleitorado. No interior da UP, o partido que obteve o maior crescimento eleitoral (em comparação à votação alcançada nas eleições parlamentares de 1969) foi o PS. Já no campo opositor, a maior derrotada foi a DC, que continuava, entretanto, a ser a maior força eleitoral do país; também o PN teve sua votação reduzida (Aggio, 1993, 117-8). No dia seguinte às eleições, o Comitê Político da UP lançava uma nota na qual, ao avaliar os resultados gerais, traçava o seguinte panorama:

Apreciando la elección del 4 de setiembre, la Unidad Popular sostuvo que la inmensa mayoría de los chilenos quiere cambios profundos, que conduzcan al socialismo. Ahora, este 4 de abril, el país acentuó inequívocamente su definición de izquierda. Interpretamos nuestra elevada votación de ayer como manifestación de respaldo al programa que nuestros partidos y movimientos se han comprometido a cumplir integralmente, como expresión de apoyo al Gobierno del Presidente Allende y como exteriorización de la confianza de la mayoría en la Unidad Popular (Unidad Popular, 2013b, 2).

Nesse momento, o clima de otimismo da esquerda e de confiança política em Allende e na UP, era de tal modo que o veterano líder comunista Volodia Teltelboim, arguto observador da política chilena, concluía que os cinco primeiros meses de governo foram “os mais brilhantemente desempenhados em toda a história chilena”⁶⁰ (Winn, 2009,

⁶⁰ “Em grande parte da Unidade Popular, as eleições de abril de 1971 beiraram uma euforia que conduziu a uma crença de que qualquer coisa agora era possível – e a uma estratégia ‘maximalista’ de pressionar as mudanças até o limite”. Tal clima de euforia teria permitido a Allende rejeitar a proposta dos setores mais à esquerda do

86). É interessante notar que, juntamente com o acréscimo do apoio eleitoral ao conjunto dos partidos de esquerda, os dois principais partidos possuidores de uma imagem mais vinculada às classes médias, o PR (governista) e o PDC (oposicionista), tiveram uma perda eleitoral considerável⁶¹. Com isso, é possível afirmar que parte das classes médias que, até então não votava nos partidos da esquerda, apoiou eleitoralmente o governo popular em 1971.

Em seu primeiro ano de governo, a UP realizou um eficiente manejo do vasto arsenal jurídico-legal, para ir logrando avanços na área econômica, explorando algumas atribuições conferidas ao Executivo (Castells, 1974, 398; Urzua Valenzuela, 1992, 650). Assim, por exemplo, fez uso de normas ditadas no curto período da “República Socialista” de 1932, mas ainda em vigência, que autorizavam a expropriação de empresas e concedia boa margem de manobra para uma intervenção visando arbitrar conflitos laborais, além de permitir ao Presidente da República designar funcionários administrativos para atuarem nas unidades sob intervenção (Urzua Valenzuela, 1992, 650-1). O chamado “decreto de insistência”, uma prerrogativa do chefe do Executivo para impor medidas sem ter de legislas pelo Parlamento, também foi reiteradamente utilizado (Castells, 1974, 398).

Embora, como veremos logo mais, o ano de 1971 não tenha sido isento de sobressaltos para a UP, muito pelo contrário aliás, os dados econômicos globais daquele ano seriam sem dúvida extremamente exitosos. Teve-se um aumento de 14% da produção industrial e de 8,5% do PIB, e a capacidade ociosa da indústria diminuiu de mais de 8% para cerca de 4%. A participação dos assalariados na renda nacional subiu de 53% para 61%. A inflação, que havia sido de 36% em 1970, fechou 1971 em 22% (Garcés, 1993, 134-5). Como veremos, a crise econômica só começa a ser sentida de fato a partir de 1972, embora a crise política já tivesse se manifestado antes.

2.2 CONTRAOFENSIVA BURGUESA E CRISE

Apesar dos inegáveis avanços econômicos a curto prazo e do aumento participação trabalhadores, sobretudo por meio da constituição da APS, já por volta do segundo semestre de 1971, o modelo expansionista adotado pelo governo mostraria sérios

PDC para uma “aliança de todas as esquerdas”, que os democratas-cristãos haviam rejeitado anos antes, mas que estariam dispostos a aceitar sob as circunstâncias políticas de abril de 1971 (Winn, 2009, 87-8).

⁶¹ O tradicional PR declinou de 12,09% de sufrágios recebidos nas eleições parlamentares de 1969, para 8,18% em 1971, enquanto o PDC naquelas eleições municipais conquistou 26,21% dos sufrágios e, embora se mantivesse como a maior força político-eleitoral do Chile, amargava um declínio de 6% em relação ao apoio obtido nas urnas nas eleições parlamentares de 1969 e de 10% em relação às eleições municipais de 1967 (In: Aggio, 1993, 118).

desgastes a nível econômico, assim como o aumento geral da mobilização popular (à direita e à esquerda), e uma inegável politização do conjunto da sociedade chilena, precipitariam uma série de crises que se arrastariam, com períodos de maior ou menor intensidade, até a derrocada de Allende. Esse é um período de desenvolvimento de uma ampla ofensiva (econômica, política e ideológica) da burguesia chilena e do imperialismo que se encontravam até então na defensiva, e que se intensifica de forma decisiva a partir de fins de 1971 e início de 1972.

Como resultado, no plano da cena política, as relações entre DC (principal “representante” das classes médias) e UP sofreriam um esfriamento decisivo. Todavia, deve-se notar que, desde o início de 1971, a DC obstaculizava avanços do governo no campo institucional (obrigando-o, por exemplo, a retirar os projetos referentes aos *Tribunales Vecinales*⁶², e a proposta de criação, por meio de reforma constitucional, de uma “Câmara Única”, ponto político-institucional central do programa político da UP). Também as iniciativas, mesmo que indiretas, referentes aos aparelhos ideológicos (imprensa, rádio, TV, Universidade, sistema educacional, etc.) encontraram sempre uma dura resposta democrata-cristã nas ruas e no Parlamento.

Dessa forma, a DC fazia da “batalha institucional” (defensiva) seu ponto forte para, posteriormente, passar à ofensiva política, atacando os avanços logrados pelo governo no plano econômico. Tal ofensiva econômica se expressou de forma clara com a aprovação no Congresso, em fins de 1971, de um projeto de lei de iniciativa democrata-cristã que regulava as três áreas da economia (estatal, privada e mista), impondo limites à política de estatização exercida pelo Executivo (obrigando-o a legislar no Parlamento, onde não contava com maioria, toda proposta de expropriação de novas empresas) além de tornar ilegais todas as estatizações e requisições efetuadas anteriormente pelo governo. Allende vetou o projeto. A partir desse episódio se criaria um conflito constitucional entre Executivo e Legislativo de amplas proporções (Castells, 1974, 399), e que se arrastaria por meses sem lograr uma

⁶² Os *Tribunales Vecinales* seriam, basicamente, tribunais populares de bairro, compostos por seis membros, sendo três titulares e três suplentes. O presidente do tribunal e seu suplente seriam escolhidos pelo governador da província na qual o tribunal se localizasse e os quatro demais membros seriam escolhidos por meio de sorteio dos 10 nomes mais votados pela própria população residente. Os tribunais deveriam ser fixos, conhecidos de todos os vizinhos, gratuitos e de fácil acesso ao público, além de responsáveis perante a população. O mandato de seus membros se esgotaria ao final de dois anos, podendo ser renovado uma vez, por meio de eleições. Os juízes deveriam ser pessoas residentes no território jurisdicional do tribunal e pertencentes a algum organismo ou instituição laboral ou de base, local ou nacional (como sindicatos, associações de trabalhadores, juntas de vizinhos, centros de mães, assentamentos ou cooperativas camponesas, etc.). Os cargos não seriam remunerados. Não poderiam desempenhar as funções de juiz ministros de Estado, intendentes, governadores, subdelegados e inspetores de polícia, membros do Poder Judiciário, pessoas que desempenhassem cargos públicos eletivos, nem dirigentes partidários (*Tribunales Vecinales*, 2013, 3-7).

solução definitiva. Com efeito, as divergências referentes à constituição da APS conformariam o maior ponto de atrito entre governistas e democrata-cristãos.

Também o assassinato, em 8 de junho de 1971, de Edmundo Pérez Zujovic, ex-ministro do interior de Eduardo Frei e importante figura política do PDC – episódio amplamente explorado pela direita – contribuiu para produzir um esfriamento decisivo das relações entre DC e UP. Atribui-se o atentado que resultou na morte de Zujovic a um grupo de extrema-esquerda denominado Vanguarda Organizada do Povo (VOP), informação que foi contestada por diversos setores da esquerda e pelo próprio Allende. A essa altura, os atentados terroristas (promovidos por organizações de extrema-direita com o fito de desestabilizar o governo) contra pessoas e instalações no Chile, já não eram nenhuma novidade. Havia indicações de que o episódio se tratou de uma operação promovida pela CIA, por meio da qual manipulou extremistas de esquerda com a intenção de atemorizar diversos setores sociais (Moniz Bandeira, 2008, 279). A partir desse momento, a ala mais conservadora do PDC (denominada “freista”), recuperaria sua liderança no interior do partido (Harnecker, 1998, 35), para não mais perdê-la. Insatisfeitos com a guinada à direita empreendida pela DC, setores do partido formaram a Esquerda Cristã (IC), que passou a integrar o governo popular a partir de finais de julho. Levaram consigo alguns congressistas, além de lideranças juvenis e religiosos ligados à Teologia da Libertação.

Parece claro que o assassinato de Zujovic veio a calhar politicamente ao PDC, uma vez que fornecia elementos justificadores para que passasse a realizar uma oposição decidida ao governo, que gozava de amplo apoio popular (como ficou demonstrado nas eleições municipais do mês anterior) e, por isso mesmo, avançava sobre a própria base político-eleitoral democrata-cristã⁶³. Começava então a se desenvolver de forma inequívoca uma unidade política entre as forças opositoras que passariam à ofensiva política⁶⁴. Tanto foi que nas eleições municipais complementares ocorridas em várias províncias, a partir do mês de julho, a oposição unificada pôde imprimir algumas importantes derrotas à UP.

⁶³ Conta Joan Garcés que por ocasião do episódio Zujovic, um integrante do governo afirmara: “Aquí están buscando un Calvo Sotelo”, em referência ao líder da oposição antirrepublicana, cujo assassinato teria propiciado a Guerra Civil que pôs fim à Segunda República espanhola (Garcés, 1974, 57).

⁶⁴ Segundo Marta Harnecker, apesar das diferenças estratégicas, a oposição (unificada) à Allende passou a compartilhar os mesmos objetivos táticos: 1. Dividir a UP, estimulando uma suposta linha demarcatória entre partidos “marxistas” e “democráticos”; 2. Campanha pela manutenção do controle dos meios de comunicação; 3. Defesa da propriedade privada, utilizando-se de métodos variados para fazer recuar a APS; 4. Criação (e estímulo, agregamos) de uma consciência anti-UP nas Forças Armadas, explorando por todos os meios possíveis, as imagens de um país caótico, anárquico e com um governo totalitário; 5. Conquistar as camadas médias, apoiando os supervisores que boicotavam a produção nas minas de cobre, mobilizando os colégios profissionais, a Universidade, e o principal; 6. Perseguir o fracasso econômico do governo, visando produzir um estancamento econômico a médio prazo (Harnecker, 1998, 35-6).

Em fins de novembro, em meio à visita de Fidel Castro ao Chile, cuidadosamente planejada pelo governo, ocorria em Santiago a primeira Marcha das Panelas Vazias, que contou com a participação de mulheres bem vestidas provenientes dos bairros mais ricos da cidade, que batiam panelas vazias em protesto ao desabastecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade da qual seriam, supostamente, vítimas (Moniz Bandeira, 2008, 292). A tática de fazer uso político de manifestações femininas teve como molde as Marchas da Família com Deus pela Propriedade, orquestradas pela CIA contra o governo de João Goulart no Brasil (idem, 287-8; 294).

No dia 1º de dezembro um novo “panelaço” organizado pela Frente Nacional de las Dueñas de Casa (FRIENDUC), vinculada a um movimento de caráter fascista denominado Pátria e Liberdade⁶⁵ reuniu cerca de 80.000 mulheres, na sua imensa maioria provenientes das classes altas e médias contra o governo. O protesto que contou com a “escolta” do Pátria e Liberdade e de brigadas de choque do PN e do PDC, terminaria numa confrontação violenta com grupos de esquerda e com os Carabineiros; barricadas foram erguidas. A situação chegou a tal ponto que o governo se viu obrigado a decretar toque de recolher, declarando Estado de Emergência em Santiago (Moniz Bandeira, 2008, 293-4).

No plano econômico, as medidas expansivas adotadas durante o primeiro ano do governo mostravam sérios sinais de desgaste, devido ao esgotamento das reservas internacionais capazes de impulsionar um crescimento a curto prazo, o que somou-se ao fim da capacidade instalada ociosa na indústria e ao esgotamento dos estoques de matérias-primas. Foi nesse cenário que ocorreu, no início do mês de fevereiro de 1972, a reunião de *El Arrayán*, na qual o Presidente Allende, chefes de partidos pertencentes a UP e técnicos do governo discutiram o prosseguimento da política econômica do governo (Bitar, 1980, 146-8).

Embora todos os representantes de partidos tivessem, nesse momento, enfatizado sua preocupação com os fenômenos de escassez, pressões inflacionárias e bloqueio institucional ao governo, havia duas posições gerais no interior da UP: a daqueles que defendiam que o governo deveria manter a política expansionista-redistributiva até então

⁶⁵ Interessa ter em conta que os militantes do Pátria e Liberdade não agiam isoladamente. Além de receberem ajuda financeira e orientação militar norte-americana por meio da CIA, essa organização mantinha, desde a sua fundação, conexões com grandes empresários, importantes membros do PN e com parte da oficialidade de alto coturno das Forças Armadas chilenas. Além do mais também contavam, ocasionalmente, com o suporte de governos militares da região, como os de Brasil, Argentina e Bolívia. Tais ligações são demonstradas com grande detalhamento na obra de Moniz Bandeira, à qual fazemos referência ao longo do nosso trabalho. Além do Pátria e Liberdade, se produziram outras organizações de perfil semelhante, como o Comando Rolando Matus, vinculado ao PN; o Solidariedade, Ordem e Liberdade (SOL); a União Cívica Democrática, que contava com oficiais reformados das Forças Armadas; o Partido Viauxista; e a Junta Unificadora Nacionalista, ambos comandados por oficiais das Forças Armadas, além de outros grupos (Moniz Bandeira, 2008, 377).

adotada com a mesma intensidade; e a dos que defendiam a consolidação das posições já alcançadas, procurando evitar um posicionamento maciço das “camadas médias” contra o governo, postulando que eram necessárias medidas corretivas, a fim de acumular forças antes de continuar avançando. Por fim, não tendo prevalecido de forma decisiva nenhuma das posições acima referidas, adotou-se uma linha política que tentou conciliar ambos os pontos de vista, visando garantir um consenso interno (Bitar, 1980, 150).⁶⁶

O debate no interior da UP acerca da necessidade de, se não obter o apoio, ao menos conseguir a anulação das iniciativas frontais da DC visando paralisar o governo, atingiriam a partir do “Caso Tohá”, em janeiro de 1972, uma premência fundamental, que se arrastaria até o final da experiência chilena. José Tohá González, ministro do interior de Allende (segunda figura na hierarquia político-institucional, depois do Presidente) seria alvo de uma acusação constitucional apresentada pela DC e aprovada pelo Congresso e pelo Senado. Em suma, acusava-se a Tohá de leniência com a formação de organizações paramilitares de esquerda, o que, todavia, ficou insuficientemente demonstrado⁶⁷.

A partir de então, teria início uma série de denúncias contra ministros de Allende. Para além de buscar sua paralização institucional, o objetivo central passava a ser atacar a própria existência do governo, constituindo o que alguns denominariam como a “via legal para o golpe de Estado”. Nessa toada, o Parlamento pretendeu inclusive mudar as regras do jogo político propondo que por maioria simples (ao invés dos dois terços estabelecidos constitucionalmente), fosse possível vetar e rechaçar os vetos presidenciais, e com isso, paralisar o governo (Castells, 1974, 400).

É também a partir de 1972, que a disparada inflacionária se faria sentir de forma decisivamente aguda, confirmando os receios demonstrados pela UP. Por esse motivo, após ter atingido, em janeiro deste ano, sua fase de maior bonanza econômica, o amplo conjunto do setor assalariado chileno sofreria uma perda de poder aquisitivo irre recuperável, mesmo com os reajustes salariais posteriormente concedidos (León & Serra, 39-40). Tal

⁶⁶ “Assim, por exemplo, pretendia-se atingir simultaneamente, os seguintes objetivos: a) diminuir a escassez e o mercado negro; b) evitar uma disparada inflacionária; c) não retroceder na distribuição da renda; d) manter condições propícias para progredir na área social; e) não provocar efeitos negativos nos empresários pequenos e médios” (Bitar, 1980, 148). Para Bitar, o episódio de “El Arrayán” evidenciou a falta de direção política no interior da UP, bem como a total ausência de um esquema alternativo, de modo que as questões político-econômicas fundamentais teriam ficado pendentes: “Não houve definição em relação à DC, nem a como continuar configurando a área social, nem com respeito ao MIR e sua política de ocupações. Houve uma defasagem de seis meses entre a reavaliação da situação e a mudança política em junho de 1972” (idem, 152). Interessa ter em conta que o autor (ex-ministro de Allende) era partidário da adoção de medidas tendentes a corrigir os desequilíbrios financeiros e a inflação, em prejuízo das medidas expansionistas e redistributivas de curto prazo.

⁶⁷ Um relato detalhado sobre os artifícios institucionais envolvendo esse episódio pode ser encontrado em Joan Garcés: *Revolución, congreso y constitución: el caso Tohá*. Santiago: Quimantú, 1972.

quadro afetou tanto os operários do setor industrial produtivo (que constituíam a base político-social do governo popular), quanto os denominados *empleados*⁶⁸ dos setores público e privado embora, a partir de então, tenha se produzido uma maior discriminação entre ambos os setores (operários e *empleados*), no que diz respeito à concessão de reajustes salariais, o que desfavoreceria os últimos e dentre esses, em especial, àqueles melhor remunerados⁶⁹ (idem, 41-2).

No setor privado da economia chilena, os *empleados* eram constituídos, basicamente, pelos gerentes, técnicos e supervisores das médias e grandes empresas manufatureiras, além dos chamados “trabalhadores de escritório” em geral. Seriam estes em suma, trabalhadores que cumprem, de forma simultânea, as funções do capital e do trabalho (Cavalcante, 2012, 248-9). Nas indústrias nacionalizadas durante o governo Allende, e que passaram à APS, muitos destes se veriam solapados pela coadministração operária, aferrando-se assim cada vez mais à sua identidade de classe média, e à linha política democrata-cristã (Winn, 2010, 131).

Todavia, é no setor público que os *empleados* se concentravam em maior número. Estimou-se que no ano de 1970, havia 423.751 trabalhadores no setor público⁷⁰, para uma população economicamente ativa de pouco mais de 2,6 milhões, ou seja, aqueles representavam algo em torno de 16,7% da força de trabalho empregada (Sánchez, 1974, 57-9). Interessa notar que o grosso da burocracia estatal propriamente dita (os funcionários “administrativos”) havia sido, no Chile, tradicionalmente recrutada dentre os assim chamados “setores médios” da sociedade⁷¹.

Outro elemento merecedor de destaque é o fato de que, no setor público, a distinção entre operários e *empleados* teve pouca significação quando comparado à atividade privada, pois a maior parte dos trabalhadores do Estado compartilhavam os mesmos níveis de

⁶⁸ A livre tradução do termo *empleados* para a língua portuguesa (“empregados”), não satisfaz. Na verdade, esse se aproxima mais daquilo que, em língua inglesa, foi caracterizado como *white-collar workers* (trabalhadores de colarinho branco), em oposição aos *blue-collar workers* (operários) (Angell, 2010, 6). Tendo em vista tal especificidade terminológica e suas consequências teórico-analíticas, optamos pela manutenção, ao longo do texto, do termo original em espanhol.

⁶⁹ “La diferencia entre los aumentos de ingresos obtenidos por obreros y empleados parece explicarse fundamentalmente por la mayor gavitación de los primeros en el sector de empresas y los segundos en el sector fiscal. Obsérvese que cerca de dos tercios de los trabajadores manufactureros eran obreros. Sin contar al Magisterio y al Servicio Nacional de Salud, tres cuartos de los funcionarios públicos eran empleados [...] y es lógico que en el sector fiscal las remuneraciones no llegaran a ser tan elásticas respecto a la inflación como las remuneraciones en las empresas privadas o del Area de Propiedad Social y Mista, sobre todo cuando el alza de precios se aceleró bruscamente a partir del primer semestre de 1972” (Arturo & Serra, 1978, 41-2).

⁷⁰ Destes, 313.837 poderiam ser considerados “funcionários governamentais”, divididos entre administração central (133.700) e desenvolvimento social (180.137), e o restante (109.914) estava empregado em empresas estatais (Sánchez, 1974, 59).

⁷¹ A esse respeito, pode-se consultar Anamaria García Barzelatto e German Urzua Valenzuela: *Diagnostico de la burocracia chilena (1818-1969)*. Santiago: Editorial jurídica de Chile, 1971.

salário e mecanismos de seguridade dos *empleados* do setor privado (Angell, 1974, 78). Todavia, desde o Código Laboral de 1924, a distinção entre “trabalho manual” e “trabalho intelectual” (operários x *empleados*) vinha sendo formalmente (juridicamente) reforçada, o que contribuía para cristalizar uma situação de oposição social entre ambos os grupos. Ademais, a própria sindicalização dos trabalhadores do setor público era tida como ilegal, embora ocorresse na prática (idem, 76-8). Não é por acaso que em seu programa de governo, a UP reivindicava a abolição da distinção legal entre operários e *empleados*, estabelecendo para ambos os grupos ocupacionais a qualidade comum de “trabalhadores”, assim como a extensão do direito sindical àqueles trabalhadores que até então não o detinham (Unidad Popular, 2013a, 14).

Dados referentes ao ano de 1970 dão conta que dentre os *empleados*, a maior parte estava ocupada no setor de serviços (algo em torno de 346.955 trabalhadores, de um total de 709.502, ou se quisermos, 48,9% da força de trabalho nesse segmento). Em relação a esse setor da economia (que empregava o maior número de trabalhadores, algo em torno de 27,2%), embora Sánchez (1974) não se aprofunde nas suas ramificações internas, deixa antever que é no seu interior que estavam alocados, em boa parte, os funcionários públicos, na medida em que destaca a relação entre o forte aumento do número da força de trabalho do setor (cerca 170.000 pessoas empregadas na década de 1960-70), com a pressão sobre o Estado para a absorção de parte dessa força de trabalho (não produtivo)⁷².

A maior presença proporcional de *empleados* estava no setor de transporte, armazenagem e comunicações, 52%, cerca de 80.870 trabalhadores. No comércio, encontrava-se algo como 88.202 trabalhadores, 29,1% dos empregados nesse setor; 99.705 trabalhadores na indústria manufatureira (24%), e; 33.692 no setor de agricultura, silvicultura, caça e pesca (6,1%). Os dados sobre a composição interna de cada setor, segundo a categoria ocupacional, estão disponíveis apenas para os cinco setores já citados (serviços; transporte, armazenagem e comunicações; comércio; indústria manufatureira; agricultura, silvicultura, caça e pesca)⁷³, que totalizam um montante de 2.135.920 trabalhadores (81, 9% da população

⁷² Embora se registrasse o incremento da participação do setor de indústrias manufatureiras na formação do Produto Nacional Bruto, teve-se ao mesmo tempo uma retração no número de trabalhadores empregados (em 1960, eram 428.622 trabalhadores, ou 18% da população economicamente ativa e, no ano de 1970, apenas 415.440 ou 15,9%, respectivamente). A causa de tal fenômeno seria devida, segundo o autor, ao avanço técnico na produção (Sánchez, 1974, 57). Os dados referentes a estratificação ocupacional chilena utilizados pelo autor, e do qual lançamos mão foram extraídos do trabalho de Dagmar Raczynski: “La estratificación ocupacional en Chile”, presente em *Los actores de la realidad chilena*, vários autores, Editora del Pacífico, 1974.

⁷³ Os demais setores não citados eram os de eletricidade, gás, água e serviços sanitários (0,8%); exploração de minas e pedreiras (2,9%); construção (5,7%); atividades não especificadas (8,7%) (Sánchez, 1974, 57).

economicamente ativa do país), dentre os quais, 649.424 trabalhadores estão qualificados enquanto *empleados*. Se tomássemos o montante de trabalhadores contabilizados como sendo absolutos em relação à população trabalhadora ocupada, então teríamos que 30,4% dos trabalhadores chilenos eram *empleados* e, em caso contrário, mesmo considerando que não houvesse nenhum *empleado* entre os 18,1% trabalhadores restantes, estes ainda seriam 24,9% da população economicamente ativa.

Uma vez considerada a importância numérica e estratégica dos *empleados* para a economia chilena, bem como para o êxito da estratégia política da UP, fazem-se necessárias algumas considerações de vital importância. A principal delas segue no sentido de realizar uma diferenciação entre função ocupacional e classe, ou ainda, entre estratificação social (níveis de renda) e classe. Com isso, queremos afirmar que a luta de classes não se resume ao embate entre “operário” x “patrão”, ou então, entre “pobres” x “ricos”, tal como acreditou (e ainda acredita) toda uma tradição sociológica e política. Em suma, se o “lugar” objetivamente ocupado na produção da riqueza social é um fator fundamental para a definição das classes, não o é, por si mesmo, suficiente⁷⁴.

A partir do que foi exposto acima, vale ressaltar que um tema constante nas análises feitas sobre a experiência chilena (a partir das mais variadas problematizações teórico-políticas), é o dos denominados “setores médios” da sociedade. Com efeito, Sánchez (1974, 52) tinha razão em apontar o problema de que por vezes, as análises do tema que aqui nos interessa, abusaram de termos como “setores médios”, “camadas médias”, “classe média”, “pequena burguesia”, etc.⁷⁵. A partir daqui, também nós procuraremos tratar do tema com uma maior acuidade teórica, exigida pelo nosso objeto.

De nossa parte, trabalharemos com o conceito de “classes médias”, ao qual faremos referência por diante. Com Cavalcante, entendemos que as classes médias não são alheias à relação fundamental de contradição entre burguesia e proletariado, sendo tão pouco externas à relação capitalista de produção, por serem constituídas, principalmente, de trabalhadores assalariados (ou formas disfarçadas de assalariamento) fora da produção

⁷⁴ As classes sociais são aqui entendidas, basicamente, enquanto o efeito de um conjunto de estruturas e suas relações, a nível econômico, político e ideológico. A definição de uma classe enquanto tal e sua conceitualização reportam-se ao conjunto dos diversos níveis da realidade social, da qual constitui o efeito (Poulantzas, 1977b, 61).

⁷⁵ Para contornar esse problema, o autor em questão lançou mão do conceito de “camadas médias” (*capas medias*). Estas estariam compostas pela burocracia, pequena burguesia e proletariado não produtivo, realidade que pressupunha a superposição de diversos grupos sociais nucleados em torno da pequena burguesia. Pela falta de uma base material (econômica) comum, considerações de ordem política e ideológica seriam fundamentais para a sua unidade de ação (e só quando há tal unidade poder-se-ia falar, efetivamente, em ‘*capas medias*’). Daí que sua apreciação dependa muito mais de uma análise conjuntural concreta do que de considerações teóricas generalizantes (Sánchez, 1974, 55-6).

material ou improditivos (esfera de circulação), formalmente submetidos ao capital (Cavalcante, 2011, 26-7).

Portanto, a categoria ocupacional dos *empleados* poderia ser pensada, nesse primeiro momento, como *potencialmente* propensa às classes médias, assim como uma parcela dos chamados trabalhadores por “conta própria”. Os *empleados* totalizavam, para os cinco setores da economia levantados por Sánchez, algo em torno 22,42% da força de trabalho empregada em 1970 sendo que, em números absolutos, estavam mais ocupados no setor de agricultura, etc. (162.940 trabalhadores) e, em números relativos, a maior ocupação era no setor de comércio (42,7%). Somados, os *empleados* (30,4%), trabalhadores por conta própria (22,42%) e operários (39,82%), contabilizavam cerca de 92,65% da força de trabalho ocupada, enquanto os empregadores eram cerca de 3,47% e outros, 2,13%.

Contudo, a mera definição das classes médias no plano das relações econômicas de produção, embora fundamental, não é por si só suficiente. Há de se considerar a constituição dessas classes médias também no nível da ideologia. Assim, o receio quase que latente da “proletarização”, sua identificação com o trabalho “intelectual” em oposição ao trabalho “manual” (divisão que é essencialmente social, e não orgânica), a valorização da ideologia meritocrática, etc. (Cavalcante, 2012, 336-56), exercem efeitos ideológicos sobre esses setores sociais, compostos em sua larga maioria por trabalhadores assalariados. No caso do Chile sob a UP, parece claro que exerceram efeitos ideológicos e políticos concretos e, embora o apoio político e eleitoral das classes médias à esquerda fosse tradicionalmente muito reduzido (Angell, 1977, 282), a situação se agravaria conforme o processo político se desenvolvia.

Assim, em abril de 1972, um setor do PR descontente com a condução do partido (e de seu “marxismo”) forma o PIR (*Partido de Izquierda Radical*), participando por breve lapso de tempo do governo Allende com dois ministros, para então retirar-se da UP definitivamente. O motivo alegado foi a “marxistização” do governo, com a respectiva subestimação das “camadas médias” da população e de seus partidos; a consideração prevalecente na UP de que o protagonismo político do processo chileno estaria restrito ao proletariado e campesinato, sendo que as camadas médias, por falta de gravitação própria, acabariam por inclinar-se em favor do bloco político mais poderoso (Urzúa Valenzuela, 1992, 655-6).

Na primeira semana daquele mês ocorreria uma grande “Marcha da Democracia”, convocada pelos setores oposicionistas, à qual teve como resposta, no dia 18, a maior concentração popular jamais registrada na capital Santiago, em defesa do governo

Allende (Harnecker, 1998, 37). Para a autora, embora tamanha demonstração de força tenha sido suficiente para quebrantar a unidade política da frente opositora, fazendo a DC vacilar por um breve momento, a “crise de direção” da qual padecia a esquerda chilena, na prática, impossibilitou-a de aproveitar o imenso apoio popular demonstrado nas ruas e partir para a ofensiva. O dilema entre as opções de consolidar as conquistas para depois avançar ou continuar avançando para consolidar o já conquistado, fraturava o conjunto da esquerda chilena, impedindo-a de definir com clareza quais seriam seus próximos passos (idem).

Por volta de junho, verificava-se um preocupante cenário de desaceleração do crescimento, diminuição do estoque de bens finais para a comercialização, perda de parte do poder de compra anteriormente acumulado e aumento do monopólio e especulação que acompanhavam o mercado negro, o que fazia com que as margens de redistribuição se fizessem muito mais estreitas e conflitantes (León & Serra, 29-30). Embora a produção industrial permanecesse em alta (registrou-se uma elevação de 13,7% entre janeiro e junho de 1972, em relação ao ano anterior), a alta da disponibilidade interna de bens (com a indústria trabalhando a toda capacidade) não era suficiente para abastecer toda a demanda (Bitar, 1980, 157-8)⁷⁶.

É nesse contexto que ocorre em fins de maio e início de junho, o conclave de *Lo curro* (zona de Santiago), outro ciclo de reuniões entre o Presidente da República e os líderes dos partidos políticos integrantes da UP. Mais uma vez, apresentaram-se duas grandes posições; de um lado, tinha-se a linha capitaneada pelo PC, PR e por Allende; de outro, encontrava-se a posição defendida principalmente pelo PS. Nas questões de maior importância, as duas opções apresentadas propunham:

⁷⁶ Sem desconsiderar que os principais problemas que afetaram a economia chilena a partir do segundo ano de governo da Unidade popular tiveram como causa fundamental as represálias dos setores sociais que se opunham à UP, Arturo León e José Serra defenderam a tese de que o fator propriamente “econômico” que mais contribuiu à crise econômica foi a desmesurada elevação da renda de praticamente todos os setores da população durante o primeiro ano do governo popular, com exceção de apenas uma ínfima parcela daqueles que recebia os maiores rendimentos. Por esse motivo, teria havido um fortíssimo aumento de demanda que não pôde ser satisfeita mesmo com a elevação da produtividade no setor industrial. Isso explicaria, em grande medida, a vigorosa escalada inflacionária que teve início a partir de 1972 (León & Serra, 1978, 55-7).

Tabela 2 – Opções gerais apresentadas pelos setores da UP em *Lo Curro*⁷⁷

Opção 1	Opção 2
1. Consolidar o conseguido na área social e avançar somente no referente às empresas contidas na lista tornada pública pelo Governo. Concentrar o esforço em corrigir as falhas de direção das empresas da área social. Procurar um acordo com a DC no Parlamento.	1. Continuar avançando com rapidez a fim de conservar e aumentar o apoio popular. Ampliar com celeridade a área social, para incrementar os mecanismos de controle administrativo. Os desajustes econômicos (inflação, especulação, desabastecimento) requerem uma crescente intervenção estatal.
2. Efetuar um grande esforço para aumentar a produção das empresas da área social, no cobre e na agricultura. Realizar uma poupança máxima de divisas.	2. Idem, mas menos ênfase na produção, caso as medidas necessárias provoquem uma menor mobilização dos trabalhadores.
3. Reajuste financeiro. Subidas de preços dando prioridade aos produtos e serviços elaborados pela área social, a fim de diminuir seus déficits. Controle estrito de remunerações. Nova taxa de câmbio.	3. Idem, mas se confere menor importância aos mecanismos de mercado. Mais ênfase no controle administrativo e na organização direta da população, para supervisionar abastecimentos e preços. Menos ênfase em controle de remuneração e mais na extração de recursos líquidos dos grupos de rendas médias e altas.
4. Maior disciplina trabalhista, asseguramento da linha hierárquica. Participação trabalhista gradual.	4. Mais ênfase na participação. Confiança na iniciativa dos trabalhadores, que criarão suas próprias firmas para superar as dificuldades.

Por tudo que já foi aqui exposto, é justa a afirmação de que os debates travados pela UP em *Lo Curro* poderiam resumir-se, em suas linhas gerais, entre as opções de “consolidar para avançar” (linha capitaneada, sobretudo pelo PC) ou “avançar para consolidar” (perspectiva defendida com certas ambiguidades por PS e MAPU) (Castells, 1974, 236). No fim, a primeira opção se sobressairia com firmeza. Em 19 de junho, Allende designou um novo gabinete, substituindo os ministros da Economia e da Fazenda (Bitar, 1980, 166). Para Castells, *Lo Curro* teria sido uma espécie de “NEP chilena”, com a diferença de que quando Lenin propôs a NEP soviética, a burguesia russa e internacional já havia sido aplastrada por uma sangrenta guerra civil, e que a ditadura do proletariado, mesmo que em fase inicial, já havia sido implantada pelos trabalhadores⁷⁸ (Castells, 1974, 242).

⁷⁷ Dados extraídos de Bitar (1980, 165).

⁷⁸ Embora o paralelo traçado por Castells entre as experiências chilena e soviética seja interessante, pois em ambos os casos, pode-se notar uma mudança drástica da política econômica, como medida conjuntural tática, discordamos da noção de que na Rússia, em março de 1921, as burguesias nativa e internacional haviam sido aplastradas. Ao que nos parece, a NEP soviética foi o marco decisivo para o fortalecimento do capitalismo de Estado na URSS (para nós, o modo de produção capitalista nunca deixou de ser o dominante no interior da

A partir de então, os esforços do governo concentrar-se-iam em duas principais direções: procurar um acordo com a DC, em relação à legislação sobre a APS; e tratando de modificar a política econômica, a partir da nova orientação prevalecente. Ao estourar a crise de outubro, ficava claro que a nova política econômica do governo não havia surtido o efeito desejado (Bitar, 1980, 167-8). Após *Lo Curro*, as principais medidas do governo foram no sentido de desvalorizar a moeda, com respectiva alteração na taxa de câmbio (desvalorização de 85% para importações e 33% para exportações); autorização do aumento de preços, a começar por produtos alimentícios, agropecuários e alguns industriais, que oscilou entre 30% e 150%⁷⁹; aprovação do aumento dos preços de bens e serviços de empresas da APS, como ocorreu com as tarifas de transporte coletivo, aéreo e ferroviário (idem, 174-5).

Em agosto, os partidos da oposição, PDC, PIR, PN, DR e PADENA se uniram para formar a Confederação Democrática (CODE), cujo objetivo consistia em barrar qualquer reforma constitucional proposta pelo Executivo e eleger, nas eleições parlamentares de março de 1973, dois terços da Câmara, o que permitiria derrubar Allende constitucionalmente, de tal sorte que, a essa altura dos acontecimentos: “A luta de classes levava a sociedade chilena a tal nível de polarização que nenhuma política econômica poderia evitar o agravamento da situação, antes que a questão do poder fosse resolvida” (Moniz Bandeira, 2008, 343). Além do mais, segundo León e Serra (1978, 64), por volta do terceiro trimestre de 1972, o quadro econômico já era praticamente irreversível, restando muito pouco a se fazer para evitar o rápido e progressivo avanço dos caos econômico, atestado pela disparada inflacionária e pelo mercado negro.

Do lado dos setores populares, organizaram-se entre os meses de junho e setembro os primeiros “Comandos Comuns”, a partir da comunicação e troca de experiência entre organizações funcionais até então separadas, como sindicatos, JAP’s⁸⁰ e

formação social soviética, apesar da tentativa de transição socialista). É interessante notar que o próprio Lenin considerava as medidas tomadas enquanto um “recuo tático” necessário.

⁷⁹ “Em agosto, foram subidos, entre outros, os preços dos cigarros em perto de 100%; produtos agrícolas, entre 36 e 110%; têxteis, entre 60% e 90%; café e chá em 100%; pão, em 78%; açúcar, em 100%; leite em 105%. Nos primeiros dias de setembro foram atribuídos novos preços à farinha, vidros, detergentes, calçado, vestuário e outros” (Bitar, 1980, 175). A brutal alta dos preços de produtos básicos havia causado desconcerto entre as massas e estranhamento em certos dirigentes da UP, até mesmo entre alguns comunistas. Grupos de esquerda que não compunham o governo, como o MIR e o PCR (Partido Comunista Revolucionário), denunciavam os reajustes como sendo medidas antipopulares (Castells, 1974, 241). A partir de setembro, a DC e o PN convocaram manifestações públicas em diversas províncias para protestar contra as altas e, curiosamente, exigir maiores remunerações para os trabalhadores (Bitar, 1980, 175).

⁸⁰ As Juntas de Abastecimento e Preços (JAP’s) se formam em fins de 1971, incentivadas pelo PC, para fiscalizar o aqumbarcamento de mercadorias e a especulação. Em abril de 1972, o governo estabelece sua existência legal (Pastrana & Threlfall, 1974, 91). Um mês após a sua regulamentação pelo governo, havia 675

*campamientos*⁸¹, cujas aspirações começavam a transcender os problemas particulares de cada organização tendo em vista objetivos mais gerais (Pastrana & Threlfall, 1974, 110). A raiz de sua criação estava na vinculação (irregular) do movimento *poblacional* (referente à luta por moradia) com o movimento operário organizado, e o acirramento dos conflitos daquele com a burguesia e o Estado, que tiveram lugar a partir do último ano e meio do governo Allende. Os Comandos Comunais deveriam funcionar como organismos locais de “poder popular”, semelhantes ao que deveriam ter sido os CUP’s (idem, 106-7).

A radicalização da luta política, e o imobilismo ao qual o governo se encontrava submetido em função do total bloqueio da oposição levaria a um episódio curioso, ocorrido em meados de julho na província de Concepción ao sul do Chile, conhecido como “Assembleia do Povo de Concepción”. Dela participaram 139 organizações representando operários, camponeses, *pobladores*, estudantes, além de cinco partidos políticos. O MIR, MAPU e o PS afirmaram que intenção era transformar a Assembleia num organismo de agitação, propaganda e mobilização que permitisse romper com o isolamento entre diferentes organizações populares (Troncoso *apud* Borges, 87).

Basicamente, a Assembleia propunha a dissolução do Congresso Nacional e sua substituição por uma “Assembleia do Povo”, que fazia lembrar a proposta apresentada por Allende, em 1971, e derrubada pelo Parlamento, de supressão das duas casas legislativas e sua substituição por uma Câmara Única, com eleição simultânea à do Presidente da República. Contudo, evidenciava-se um fato novo: a defesa explícita da instauração de um “duplo poder”⁸², o que obrigaria a UP a romper com a institucionalidade vigente. A iniciativa foi dura e publicamente rechaçada por Allende e pelo PC, tornando ainda mais públicas as divergências existentes no seio da esquerda e do governo (Aggio, 1993, 136).

Entretanto, a maior prova de força pela qual o governo da UP teria de passar, seria a paralização geral de outubro. No dia 10 desse mês, a Confederação dos Donos de Caminhões do Chile decretou uma greve por tempo indeterminado. Imediatamente, somaram-se à greve a Confederação do Comércio Detalhista (varejo), Federação de Sindicatos de Choferes de Táxi, Confederação da Produção e Comércio e a Confederação Nacional da Pequena Indústria e Artesanato. As entidades empresariais anti-Allende

JAP’s, e no início de 1973, estas já eram cerca 2.200, devido à grande adesão popular a essa iniciativa, que chegou a ser apontada como uma forma de poder popular (Borges, 2011, 77).

⁸¹ Assentamentos formados a partir de ocupações organizadas de terrenos urbanos. Essa forma de ocupação de terrenos urbanos para fins de moradia se inicia na década de 1940, embora passem a desenvolver uma importância política e organizacional decisiva a partir de 1967 (Pastrana & Threlfall, 1974, 56-7).

⁸² “A Assembleia de Concepción se constituiu como uma forma de expressar a linha política de massas do MIR e de parte do PS, que acreditavam poder iniciar um processo próximo ao que viveu a Rússia entre fevereiro e outubro de 1917, com a chamada dualidade de poderes” (Borges, 2011, 87).

receberam da CIA cerca de US\$ 24.000, autorizados como “apoio de emergência” no mês de setembro, por meio do *40 Committee*, que em outubro voltou a liberar mais US\$ 100.000. Ao todo, o *40 Committee* autorizou a liberação de US\$ 2,54 milhões para custear as chamadas “ações encobertas” no Chile, durante o ano de 1972. Todavia, a situação ainda foi agravada quando médicos, engenheiros, estudantes universitários e secundaristas, empregados de banco, entre outros, pararam suas atividades. Assim, o Chile experimentava uma paralização quase absoluta, com a adesão de cerca de 100% do transporte, 97% do comércio, 80% dos profissionais e 85% das cooperativas camponesas (Moniz Bandeira, 2008, 359-61).

Para que o movimento grevista conseguisse alcançar tal patamar de mobilização, a atuação conjunta dos grêmios patronais e associações de profissionais e empresários foi essencial. Como demonstra Alan Angell, embora essas organizações já existissem muito antes do governo Allende, é fato que somente a partir de seu início que elas cresceriam em número, organização e militância⁸³. Os fundos oriundos do estrangeiro (para sustentar a paralização), e a visceral ligação com os maiores grupos econômicos do país, não devem fazer perder de vista o intenso apoio que tais organizações receberam de muitos de seus membros e da “classe média” chilena (Angell, 1977, 284). Na sua luta comum contra o governo Allende e a UP, o movimento gremial de outubro pôde ultrapassar interesses corporativos e contraditórios existentes no seio do empresariado, em razão de uma ampla articulação política conseguida a partir das próprias organizações patronais (Aggio, 1993, 137).

Aos partidos e organizações da direita, interessava colocar as lideranças patronais como lideranças efetivas do movimento, evitando assim uma identificação política precisa (Aggio, 1993, 137-8), ainda mais tendo em conta a ocorrência de diversos episódios de aberta violência civil, sabotagem e terrorismo que visavam a criação de um clima de desordem tal, capaz de propiciar um golpe de Estado, desencadeados pelo Pátria e Liberdade, organização de extrema-direita que ia adquirindo maior capilaridade e influência política (Moniz Bandeira, 2008, 364). A tática decisiva das organizações políticas mais à direita teria sido, portanto, identificar a paralização patronal com o interesse geral dos diversos setores empresariais do país, e da classe média, o que foi decisivo para a atração das bases e da

⁸³ Quando da paralização nacional, os pequenos comerciantes estavam organizados num grêmio com cerca de 160.000 membros (que se afirmava, representavam cerca de 90% do total do país), comandado por um membro do PN; os camionistas que na sua maioria não possuía mais que um ou dois veículos, conseguiram agrupar mais de 25.000 sócios, sob o comando de León Villarín, que se sagrou como um dos mais famosos opositores do governo; a confederação de colégios profissionais agregava vinte associações profissionais, como a do grêmio dos contabilistas com 20.000 membros e dos médicos com 7.000 membros (Angell, 1977, 284).

cúpula democrata-cristã. Com a adesão da DC, pretendeu-se atribuir ao movimento um caráter de oposição popular visando isolar ainda mais o governo o que, entretanto, como veremos logo mais, não foi possível (Aggio, 1993, 138).

Durante os episódios de outubro o governo decretou, ao todo, Estado de emergência em 11 das 25 províncias chilenas. De fato, houve a intervenção militar, mas, no entanto, o golpe de Estado esperado pela direita não ocorreu. Em relação às Forças Armadas, essas passariam a desempenhar um novo papel na engenharia político-institucional arquitetada pela UP. Quanto à burguesia em seu conjunto, pode-se afirmar que havia solidificado em torno de si, de uma vez por todas, o apoio majoritário das classes médias e adquirido um altíssimo grau de consciência de classe. A partir de então, a luta de classes no Chile se daria num patamar qualitativamente diverso.

2.3 ENTRE A INSTITUCIONALIDADE ESTATAL E O “PODER POPULAR”

Se as classes dominantes e largas parcelas das classes médias cerraram fileiras em outubro contra Allende e a UP, também os setores populares intensificaram e diversificaram, por diversos meios, suas formas de organização e de luta. Antes de qualquer coisa, deve-se notar que, desde o início da greve patronal de outubro, pareceu claro aos setores populares a intencionalidade política do movimento, mesmo que recoberto por demandas “gremiais” (Morales, 1983, 69). De acordo com Eduardo Morales:

A la luz de esta experiencia, los sectores populares liberan gran parte de su potencial creativo y se multiplican las organizaciones de apoyo al gobierno, como los Frentes Patrióticos (femenino, profesionales, transportistas, comerciantes), que buscan nuclear a todos aquellos que están por la continuidad institucional del proceso, a la vez que se fortalecen aquellos organismos ya existentes como los Comités de Salud, las JAP, los Cordones Industriales, etc. Además, y como una forma de mantener los niveles productivos se procedió a la requisición de numerosas industrias lo que es sentido como una indicación de la capacidad de seguir avanzando en el proceso de incorporación y participación en el proceso de cambios estructurales (Morales, 1983, 70).

Ocorria, a partir de então, uma redefinição das organizações, tanto das que já existiam, como das que vieram a ser criadas⁸⁴ que, a partir de então, passam a ser

⁸⁴ Altamirano pontuou que embora promovidas pela UP, organizações como as Frentes Patrióticas das Mulheres, de Profissionais e da Juventude; o Movimento Patriótico de Renovação dos Transportes; os Conselhos de Administração e Comitês de Produção foram uma expressão característica do “poder popular”,

percebidas como verdadeiros organismos de poder. Criaram-se Comandos Comunais que incluíam sindicatos, JAP's, Juntas de Vizinhos, Comitês de Proteção e Vigilância por empresas, Centros de Mães, Conselhos de Saúde, organismos de autodefesa por *manzanas* (regiões residenciais urbanas) e organizações estudantis (Morales, 1983, 71). Tamanho potencial de mobilização popular pela base era algo inédito no Chile e de difícil mensuração de sua dimensão total, tendo em vista a multiplicidade de organizações surgidas e desenvolvidas naquele período.

Curiosamente, houve apoio de setores sequer imaginados pela UP. Assim, por exemplo, há relatos de que muitos trabalhadores vinculados a sindicatos controlados pela DC⁸⁵, ou pertencentes a esse partido, desobedecendo a orientação de seus representantes, se recusaram a paralisar a produção (Bitar, 1980, 189; Morales, 1983, 72; Borges, 2011, 96), em apoio à maioria dos operários que atenderam aos apelos da UP para continuarem produzindo, numa clara demonstração de identidade de classe. Além dos operários, camponeses e populações marginalizadas da cidade e do campo, até mesmo setores da pequena burguesia constituídos por transportadores, professores, comerciantes, mulheres e pequenos agricultores estruturaram suas organizações defensivas, num esforço que teria sido subestimado pelo próprio governo⁸⁶ (Altamirano, 1979, 104).

Dentre as diversas organizações populares surgidas ou cuja atuação seria ampliada a partir de outubro, uma em especial se destacava, eram os Cordões Industriais. Essas organizações caracterizavam-se pela articulação e coordenação de sindicatos de uma mesma zona territorial (superando assim a tradicional divisão sindical por ramos produtivas), que assumiam a ocupação de indústrias e a manutenção da produção, com o respectivo controle operário. Na prática, tais organizações já existiam, mas passam a se destacar de

estruturadas à margem das organizações tradicionais da classe operária (CUT, sindicatos, confederações camponesas, etc.) e que preencheram, de certo modo, um vazio por elas deixado (Altamirano, 1979, 104).

⁸⁵ A DC apresentava uma força sindical bastante considerável. Nas eleições nacionais da CUT, em maio/junho de 1972, os representantes democrata-cristãos obtiveram cerca 24,78% do total dos votos (108.400 votos entre sindicatos operários e de *empleados*). Quando consideramos somente os sindicatos de *empleados*, o apoio aos dirigentes democrata-cristãos foi de 41% (61.000 votos), sendo o partido que, isoladamente, obteve o maior apoio nesse segmento, enquanto nos sindicatos operários foi de apenas 16% (47.400 votos) (Angell, 1977, 290). Os dados apresentados por Castells (1974, 427), embora divirjam muito em relação ao número total de votantes quando comparados com os dados levantados por Angell (341.132 contra 437.400, respectivamente), apresentam uma proporcionalidade, na representação partidária, bastante aproximada. Nos dados dispostos por Castells, a oposição de direita (hegemonizada pela DC) obteve 24% do total de votos dos trabalhadores sindicalizados, contra 4% da oposição de esquerda ao governo e 72% dos representantes dos partidos que compunham a UP.

⁸⁶ Para Morales (1983, 73), apesar da heterogeneidade das formas de organização observadas em outubro, e a confluência de setores que compartilhavam de diferentes visões estratégicas, num momento em que o que estava em jogo era a defesa do governo e da constitucionalidade, teria havido um *acento obrerista* elevado, o que dificultaria a aliança com outros setores sociais no futuro.

forma acentuada a partir de outubro⁸⁷. Integraram uma rede de resistência à paralização organizada pelo governo e por partidos de esquerda para desenvolver atividades de abastecimento e transporte. É difícil precisar o número de Cordões Industriais, devido a sua diversidade organizativa. Haviam se organizado em grande número em Santiago e Valparaíso, além de outras cidades (Borges, 2011, 96-8).

Como demonstra Borges, num primeiro momento, os Cordões foram vistos com desconfiança por setores da UP, pois era inegável a influência política que traziam do MIR e do setor mais radicalizado do PS. Não por acaso, até meados de junho de 1973, o PC se recusava a orientar os trabalhadores a participar desses organismos (Borges, 2011, 114). Permanecia entre o governo e os Cordões uma contradição latente: embora os primeiros apoiassem publicamente a Allende nos momentos mais difíceis, sem esboçar qualquer tentativa de ultrapassar os limites da via “não-armada”, também organizavam canais de mobilização alternativos ao governo, incentivando a radicalização popular, para além dos limites que o governo estava disposto a aceitar (idem, 101).

Também os Comandos Comunais, organizações que como pontuamos previamente, já existiam antes de outubro, desenvolveram-se como numa amplitude inédita. Durante cerca de três semanas, grandes concentrações saíam às ruas em favor do governo, mobilizando como nunca antes suas principais palavras de ordem: *‘Allende, Allende, el pueblo te defende’* e *‘Crear; Crear; Poder popularj’*. Assim, o intento da direita de dar ao paro de outubro uma feição popular, havia fracassado. Dessa forma, como ressalta Borges (2011, 107), embora seja correto que menções ao “poder popular” viessem sendo feitas pelo governo, desde há muito tempo (vale lembrar que a constituição do “poder popular” era uma exigência central do programa da UP), não havia uma definição clara do que este seria. A partir de outubro, o tema da constituição do “poder popular” ganharia efetiva relevância, reascendendo as controvérsias no interior da coalizão governista.

⁸⁷ Se considera o Comando de Coordenação de Luta dos Trabalhadores de Cerrillos-Maipu, constituído em julho de 1972, o primeiro Cordão Industrial. A região de Cerrillos-Maipu comportava 250 indústrias nas quais trabalhavam cerca de 46 mil operários, além de possuir um grande centro de distribuição de combustível para Santiago. Era uma localidade de grande mobilização operária (ali ocorreram 9% do total de greves do ano de 1972), e que unificava as três bases dos movimentos populares de maior tradição do Chile: sindicatos industriais, sindicatos camponeses e movimento de pobladores (Borges, 2011, 78). O Comando de Coordenação divulgou uma plataforma com 12 pontos, buscando articular pautas comuns a camponeses, *pobladores* e operários, na qual diziam apoiar o governo e o Presidente na medida em que representasse as lutas e mobilizações dos trabalhadores; exigiam a expropriação das empresas monopólicas e daquelas que não cumpriam obrigações laborais; controle operário da produção por meio de delegados escolhidos na base; aumento salarial; dissolução do Parlamento; instauração de uma Assembleia Popular; criação da Empresa Estatal de Construção controlada por pobladores e operários; ocupação dos fundos expropriados e controle camponês mediante conselho de delegados; solução imediata à questão das moradias nos acampamentos; além de expressarem repúdio aos patrões, burguesia, Poder Judicial, Controladoria da República, Parlamento e burocratas de Estado (idem, 82).

Vivenciando o impacto dos acontecimentos de outubro, e cedendo à pressão de setores oposicionistas, o governo promulga a chamada “lei de controle de armas”, no dia 20 de outubro. Tal lei previa que as Forças Armadas poderiam averiguar o interior de prédios e instalações sem licença prévia, com o fito de averiguar se haviam armas em posse de civis. Na prática, contudo, essa lei seria aplicada contra as incipientes organizações paramilitares de esquerda, e não contra os grupos de extrema-direita, muito melhor equipados (Moniz Bandeira, 2008, 375).

Duas semanas mais tarde, no início de novembro, o governo cederia novamente aos setores oposicionistas (sobretudo democrata-cristãos) e aos apelos de parte da oficialidade das Forças Armadas, ao formar seu primeiro ministério com presença de militares. O general Carlos Prats, comandante-em-chefe do Exército, e homem de confiança de Allende, assume o ministério do Interior e a vice-presidência, sendo substituído interinamente no comando do Exército pelo general Augusto Pinochet. Outros dois oficiais de alta patente da Aeronáutica assumiam o comando dos ministérios de Minas e Obras Públicas e Transportes. O objetivo de tal manobra era conter parte da oficialidade que estava impaciente ante a situação política do país e buscar um acordo mínimo com as forças de direita, a fim de se evitar uma guerra civil (Moniz Bandeira, 2008, 386).

Como era de se supor, tal medida alimentaria mais uma fonte de debates no interior do governo e da esquerda chilena, que continuavam dar evidências de desacordo político em questões de grande importância. Outro dilema enfrentado pelo governo era a devolução (ou não) das empresas tomadas e incorporadas à APS, durante outubro. Ao todo, haviam sido adquiridas 65 novas empresas, sendo que muitas dessas eram consideradas pequenas e médias não se enquadrando, portanto, dentro dos critérios legais para serem incorporadas à área social. Por um lado, a devolução dessas empresas sob intervenção era uma exigência da oposição para reestabelecer a normalidade; por outro, se assim o fizesse, o governo arriscava-se em frustrar os trabalhadores, que até então o defendiam com resoluta firmeza (Bitar, 1980, 189). Finalmente, inicia-se o processo de devolução dessas empresas aos antigos donos.

São essas as principais condições pelas quais, o governo logra recobrar uma estabilidade mínima, uma “trégua” (momentânea) com os setores opositores. A partir de então, o conflito político entre direita e esquerda no Chile (após os acontecimentos de outubro, a polarização político-ideológica foi tal, que os dois blocos haviam melhorado sua capacidade de organização e mobilização, e a margem de negociação tornava-se quase

nula⁸⁸), voltava a enquadrar-se dentro de marcos institucionais, tendo em vista as eleições legislativas de março de 1973. Todavia, o grau e a variedade das experiências de organização popular que tiveram lugar em outubro, fariam com que tal processo se estranhasse com as forças institucionalizadoras (Morales, 1983, 73-4). A título de breve exemplo, o discurso proferido por Allende, já em abril de 1973, por ocasião dos quarentas anos de fundação do PS é elucidativo:

Debe entender el pueblo, que necesitamos una mayor organización, y menos paros ocasionales. Debe entender el pueblo y esto no es transar que los problemas no se solucionan tomando las viviendas de otros trabajadores, ocupando los caminos o las oficinas publicas. Yo sé lo que es la movilización de las masas; yo sé lo que es un Gobierno Revolucionario, y la base fundamental la constituye el Pueblo. Pero yo sé también lo que es la demagogia y la irresponsabilidad. Y los trabajadores de mi patria tienen que tener conciencia de que estamos escribiendo un pedazo de la historia revolucionaria (Allende, 2013, 5-6).

E, justamente tendo em vista as eleições legislativas marcadas para março, o governo optou por não realizar grandes mudanças na área econômica, no intento de evitar que ocorressem oscilações ainda mais bruscas, num contexto de falta de uma política econômica alternativa global e coerente (Bitar, 1980, 236-7). Assim, os dois principais critérios orientadores das decisões econômicas teriam sido puramente defensivos: impedir uma maior disparada da inflação, e; evitar uma maior deterioração dos salários (idem, 230).

Entretanto, o quadro econômico geral ainda se agravaria. Alguns dados de referência são a baixa de 10,5% da produção industrial no primeiro semestre de 1973, em relação ao mesmo período de 1972, com o crescimento do déficit fiscal e da APS. A inflação continuava crescendo⁸⁹ e, para piorar, o governo não obteve êxito no seu intento de adiantamento de reajustes salariais, acarretando numa deterioração salarial ainda maior (Bitar, 1980, 236). A essa altura, já estava claro que todos os ganhos econômicos obtidos pelos trabalhadores assalariados ao longo do governo Allende se haviam perdido por conta da inflação, e também que o processo de redistribuição da renda nacional havia sido revertido. Cálculos sobre os coeficientes de concentração de Gini (fórmula comumente utilizada no cálculo da desigualdade da distribuição de renda) para a Grande Santiago revelam claros

⁸⁸ Na perspectiva de Aggio: “Nesta fase, o centro político foi definitivamente neutralizado, com um avanço sem precedentes da polarização ideológica, o que se expressaria nas mudanças efetivadas no interior da DC. As divergências no seio da UP se tornariam cada vez mais insustentáveis, dificultando enormemente qualquer perspectiva de manutenção da unidade da coalizão como ator governante” (Aggio, 1993, 142).

⁸⁹ Um estudo do Ministério da Fazenda de março de 1973 havia calculado uma inflação da ordem de 300% para aquele ano, e que poderia ser ainda mais elevada, caso não se adotassem novas medidas corretivas (Bitar, 1980, 239).

aumentos no índice de concentração para 1973 em comparação com o ano anterior, após dois anos seguidos de diminuição do coeficiente de concentração⁹⁰ (León & Serra, 1978, 49).

É nesse cenário geral que em março de 1973 iriam ocorrer as eleições parlamentares, num contexto imensamente desfavorável para a UP, quando comparado com o das eleições municipais dois anos antes, quando obteve praticamente a metade do total dos sufrágios. No entanto, uma diferença fundamental em relação ao pleito de 1971, é que agora a oposição de direita estava unificada em torno da CODE, que contava com os dois principais partidos de oposição à Allende, o nacional e o democrata-cristão, além de outras agremiações menores.

Em relação à aliança entre PDC e PN, é interessante notar que esta se deu em torno de um interesse eleitoral comum, e não por meio da construção de um programa único, prevalecendo dessa forma, táticas diversas. Para o PN interessava obter dois terços dos votos em ambas as casas legislativas, com o que poderia remover Allende da presidência constitucionalmente, enquanto para a DC, a meta principal seria a conquista de uma maioria absoluta que demonstrasse o descontentamento com o governo, impondo a esse uma mudança drástica de rumos. Os planos da UP, por sua vez, eram bem mais modestos; conquistar uma votação que impedisse a obtenção dos dois terços que permitiriam à oposição unida remover Allende (Varela & Videla, 1974, 91-2).

O resultado das urnas, todavia, excedia os prognósticos mais otimistas do governo⁹¹. Ao todo, a UP conquistou o apoio de 44% do eleitorado, contra 55% dos partidos de oposição agrupados na CODE. Tal votação era superior à que tinha obtido em 1970, quando da eleição de Allende demonstrando que, ao longo do período da UP, o apoio ao popular ao governo havia aumentado. O quadro fica ainda mais interessante quando se leva em conta o fato de que nunca na história chilena um governo havia alcançado maior apoio nas eleições parlamentares do que nas presidenciais (Pastrana & Threlfall, 1974, 38).

Todavia, o impasse político permanecia. Allende não poderia ser legalmente removido da presidência pela oposição e, ao mesmo tempo, a UP permanecia em minoria nas

⁹⁰ Após se registrar uma diminuição de 7,6% para o ano de 1971; e 7,5% para 1972, no ano de 1973 registra-se uma elevação de 4,3% nos coeficientes de concentração de renda para a Grande Santiago (León & Serra, 1978, 49).

⁹¹ Segundo Bitar (1980, 240-1), a hipótese corrente nos meios políticos era a de uma correlação direta entre a qualidade da conjuntura econômica e o resultado das urnas. A explicação para o surpreendente apoio obtido pela UP estaria na maior organização e conscientização política dos trabalhadores, desenvolvida durante suas próprias lutas. De acordo com Harnecker (1998, 39), as expectativas pró-UP mais otimistas, esperavam um apoio eleitoral em torno de 40%. Um episódio sintomático dessa conjuntura política e que se tornou famosa nos meios da esquerda, teve lugar numa manifestação popular perante Allende, na qual se via um operário carregar um grande cartaz com os dizeres: “Este é um governo de merda, mas é *meu* governo” (Bitar, 1980, 241).

duas casas legislativas, o que significava a continuação do embargo legal do Congresso ao Executivo político. Para que o impasse político pudesse ser resolvido de maneira constitucional, seria preciso esperar até as eleições presidenciais de 1976, o que evidentemente, as classes dominantes, parte das classes médias e da alta oficialidade militar, não estavam dispostas a aceitar. Assim, parecia ficar mais claro (análise feita por diversos setores de direita e esquerda), que somente um golpe de força poderia “resolver” tal impasse. A partir desse momento, a situação político-institucional ficaria cada vez mais dramática.

Após um breve momento de desconcerto, a oposição à Allende passa novamente a ofensiva, buscando atacar justamente a principal base política da UP, os operários, por meio da promoção da greve na mina cuprífera de *El Teniente*, no norte do país, que se iniciaria no dia 17 abril e terminaria apenas no mês de agosto. Operacionalizada pelos partidos de oposição, em especial pela DC e seus dirigentes sindicais, a greve de *El Teniente* tinha um duplo objetivo: parar a produção e exportação cuprífera, justamente no período em que o preço do cobre se recuperava no mercado internacional (Bitar, 1980, 166) debilitando ainda mais as receitas do país e, politicamente, dar a entender que um governo que se dizia dos trabalhadores, agia contra eles, ao não conceder de imediato os aumentos salariais pleiteados.

Alguns dias depois, numa ação inédita, o grêmio dos médicos anunciou uma paralização de 24 horas, em solidariedade aos mineiros (Moniz Bandeira, 2008, 447). Os trabalhadores de *El Teniente* se mostraram divididos; nem todos aderiram à greve, e houveram atos terroristas, capitaneados por grupos cada vez mais ousados de extrema-direita, visando paralisar totalmente a produção da mina. Em função dos episódios de *El Teniente*, ocorreram conflitos de rua entre militantes de direita e esquerda e o governo decreta Estado de sítio (idem, 448-9). Há uma grave impaciência nos setores militares.

Em 29 de junho, ocorre uma tentativa de golpe frustrada, que ficaria conhecida como *Tancazo*. Uma unidade blindada do Exército de Santiago atacou o Ministério da Defesa e cercou o Palácio do governo, o que resultou na morte de 22 pessoas, na maioria civis (Harnecker, 1998, 41). Vários militantes do Pátria e Liberdade estiveram envolvidos na tentativa de golpe e, com seu fracasso, asilaram-se na embaixada equatoriana. Apesar da sua gravidade, este episódio de sublevação militar durou apenas uma manhã, não obtendo apoio de outros regimentos do Exército. Pareceu assim uma manifestação isolada no interior das Forças Armadas, e obteve uma enérgica resposta do Comandante-em-Chefe do Exército, Carlos Prats, que mobilizando as forças disponíveis isolou os rebeldes e abortou o movimento. Prats chegou a percorrer o local dos combates com uma metralhadora em mãos,

obtendo pessoalmente a rendição dos militares envolvidos na tentativa de golpe (Aggio, 1993, 148). Esse desfecho renovou a esperança de setores do governo na eficiência da hierarquia e obediência à legalidade no interior das Forças Armadas (Moniz Bandeira, 2008, 466).

No mês seguinte, julho, a violência terrorista por parte da direita atingiu níveis sem precedentes. Foram realizados cerca de 140 atentados, inclusive com o assassinato de um membro do governo. Concomitantemente, a direita desencadeou outra onda de greves, envolvendo estudantes e transportadores, e o motivo das paralizações não se justificava mais em função de reivindicações gremiais; o que se exigia a renúncia do Presidente e a intervenção imediata das Forças Armadas. Ocorreram prisões e torturas na Marinha (tradicionalmente o ramo mais conservador das Forças Armadas), contra cerca de cem marinheiros, de várias unidades, que proferiam ideias consideradas de esquerda e denunciavam preparativos para um golpe militar (Harnecker, 1998, 38).

Em agosto, Prats se vê obrigado a renunciar, devido à pressão no interior das Forças Armadas ao comando do Exército e ao ministério ocupado no governo. Allende forma um novo ministério sem presença de militares, e o General Augusto Pinochet substitui Prats como novo Comandante-em-Chefe do Exército, se comprometendo a defender a legalidade e a Constituição. Curiosamente, os protestos da direita antes destinados a Prats (por defender um governo marxista), passam a ser dirigidos a Pinochet. Em comunicado de 22 de agosto, o Parlamento declarava a ilegalidade do governo, num momento em que o setor legalista das Forças Armadas se encontrava já desarticulado. Na imprensa oposicionista e no Parlamento já se falava abertamente em intervenção militar.

Uma semana antes da concretização do golpe, em 4 de setembro, ocorre uma imensa manifestação popular de massas convocada pela UP em frente ao Palácio presidencial. No dia seguinte, como resposta, as mulheres da oposição realizam uma concentração bastante numerosa, embora muito inferior à do dia anterior. Allende decide convocar os generais mais próximos a Prats e anunciar sua decisão de convocar um plebiscito para resolver a querela política com o Parlamento; o anúncio do plebiscito foi marcado para as 11h. do dia 11 de setembro, quando o golpe de Estado já estava em marcha e os militares golpistas cerceavam o *La Moneda*, exigindo a renúncia de Allende. Houve poucos e desarticulados focos de resistência armada nos quartéis e em alguns Cordões Industriais, rapidamente aplastrados pelos militares golpistas. Uma junta de governo, composta por militares, tendo à sua testa o General Pinochet assumia o governo.

2.4 A AUTONOMIA RELATIVA NA EXPERIÊNCIA CHILENA

Passados 40 anos do trágico fim da experiência de tentativa de transição ao socialismo, encampada pela Unidade Popular, e que ficou conhecida como a “via chilena” de transição ao socialismo, seu legado ainda desperta em muitos grande interesse político e intelectual, haja vista a publicação de diversos trabalhos sobre a temática nos últimos anos. Nessa segunda metade do capítulo, propomos uma leitura da experiência chilena sob a UP, a partir da perspectiva teórica da autonomia relativa do Estado capitalista, desenvolvida por Nicos Poulantzas, a partir da obra *Poder político e classes sociais* (1968). Aqui, o que nos interessa é basicamente problematizar como, dentro dos marcos do capitalismo e de um Estado burguês, pôde uma profunda experiência como a chilena (revolucionária?), que propunha abertamente a transformação do sistema social vigente germinar, avançar e se sustentar por três anos.

Para isso, elencaremos muito brevemente nos próximos parágrafos algumas questões que nos parecem fundamentais, acerca do desenvolvimento teórico da noção de autonomia relativa do Estado, bem como do seu lugar no interior do marxismo, e da relação deste com a chamada “teoria do Estado” e sua superação. Tendo isso sido possível, avançaremos nos próximos tópicos algumas questões adjacentes à problemática teórica da qual lançamos mão, e que nos parecem centrais para jogar alguma luz na questão do Estado capitalista durante o governo Allende.

Em *Poder político* o cientista político marxista greco-francês, Nicos Poulantzas, assumiria o desafio de elaborar uma “teoria regional do político” (Estado) no modo de produção capitalista. Seu objetivo era a formulação, a partir de textos clássicos do marxismo – sobretudo de Marx, Engels, Lenin e Gramsci –, de uma elaboração sistemática dessa teoria regional, a saber, a superestrutura do Estado, no MPC. Seu trabalho contribuiria de forma decisiva para uma reoxigenação do debate sobre o Estado no interior do marxismo tendo em conta que, tal como afirmara Ralph Miliband em 1969, desde Antonio Gramsci não se havia produzido, no campo marxista, nenhuma contribuição significativamente importante e/ou original à teoria do Estado (Miliband, 1982, 15-7).

A esse respeito, Perry Anderson sublinhou a predominância, no interior do marxismo, de uma corrente por ele denominada de “marxismo ocidental”, a qual exerceu absoluto protagonismo no cenário intelectual marxista durante quatro décadas (1918-1968), e que teria privilegiado como objeto de reflexão teórica as “superestruturas” culturais e ideológicas, relegando problemas caros ao marxismo “clássico” como a questão do Estado, a

um segundo plano (Anderson, 2004, 153). Nesse sentido, para Anderson, o conjunto das obras de Poulantzas a respeito das estruturas próprias do Estado capitalista moderno, vinha preencher uma lacuna importante (idem, 157).

No campo da disputa teórico-ideológica, é sintomática a afirmação feita por Norberto Bobbio na primeira metade dos anos 1970, de que o marxismo não dispunha de uma “teoria política”, ou então, a verificação da inexistência de uma “doutrina marxista do Estado” capaz de se contrapor à teoria política burguesa (2001, 37), e que geraria toda uma série de debates. A essa ausência da traição marxista, Bobbio relacionou três motivos: o interesse dos teóricos do socialismo pelo problema da conquista do poder e a atenção dedicada à questão do Partido, em detrimento do Estado; a convicção de que uma vez conquistado o poder político, o Estado tornar-se-ia um fenômeno de “transição”, destinado cedo ou tarde a desaparecer, e por fim; a existência de um “modo de ser” marxista herdeiro da III Internacional, um marxismo que se dividiu numa série de escolas de pensamento, ocupando-se de temas diversos, o que teria em grande medida, desviado a atenção dos teóricos marxistas em relação ao problema do Estado (idem, 37-8)

Na linha poulantziana, uma afirmação como a de Bobbio, acerca da inexistência de uma “teoria do Estado” no marxismo não faria sentido, na medida em que não seria possível uma formulação geral acerca da questão do Estado, antes de se levar em conta as particularidades históricas dos diferentes modos de produção. Assim, em *Poder político...* o autor faz um alerta contra a elaboração de teorizações gerais (do tipo: “teoria do Estado”), que não levem em conta as particularidades históricas das formações sociais concretas e singulares, às quais se pretende analisar.

Influenciado, nessa fase de sua produção intelectual, pelo pensamento de Louis Althusser, Poulantzas considerava que todo modo de produção social é composto por diversos “níveis” ou “instâncias”, entre os quais, o econômico, o político (Estado), o ideológico, etc. Para Poulantzas, a “teoria geral do materialismo histórico”⁹² definiria um tipo geral de relações entre essas diversas instâncias (distintas e unidas), que teriam de ser apreendidas, no plano da abstração teórica, em sua relação necessária com os conceitos de modo de produção, formação social, estrutura com dominante, de modo a captar a articulação entre as instâncias, definindo seu campo de extensão e limites:

⁹² Seguindo Althusser, Poulantzas realizará a distinção entre materialismo histórico (ciência da História) e materialismo dialético (filosofia marxista) (Poulantzas, 1977b, 16-7). Como pano fundo dessa distinção, deve-se ter em conta a polêmica dos althusserianos com o marxismo de corte hegeliano, que não faria a devida diferenciação entre “ciência” e “filosofia”.

O econômico, o político, o ideológico, não constituem essências prévias que entrem em seguida em relações externas de acordo com o esquema ambíguo – se tomado à letra – da base e da superestrutura. A articulação, própria à estrutura do todo de um modo de produção, comanda a constituição das instâncias regionais. Em suma, construir o objeto da ciência política, passando das determinações teóricas mais pobres às determinações teóricas mais ricas, supõe a definição rigorosa do político como nível, instância ou região de um modo de produção determinado (Poulantzas, 1977, 16).

É nesse sentido que não se poderia, ao gosto da Ciência Política burguesa, estabelecer uma “teoria geral do Estado” igualmente válida para todos os modos de produção históricos o que resultaria em colocar, por assim dizer, “o carro na frente dos bois” (Poulantzas, 1977, 24). Por isso a ênfase do autor na necessidade da elaboração de uma “teoria regional” do político (Estado) no MPC, na qual embora se devam compreender tais instâncias sob o prisma da articulação que lhes é conferida por um modo de produção específico, considere-se também a autonomia relativa de cada uma das instâncias componentes da totalidade social.

Como sublinhou Décio Saes, embora as formulações de Poulantzas estivessem, nesse período, intimamente ligadas à problemática teórico-epistemológica althusseriana, haveria na abordagem poulantziana uma diferença fundamental. Para os demais althusserianos, fixar as estruturas (níveis/instâncias) do MPC como objetos dependentes correspondia a atribuir-lhes tratamento teórico autônomo. Inversamente, para Poulantzas, o tratamento autônomo dado às estruturas seria uma expressão da *autonomia real* das diversas instâncias na totalidade social. Assim, Poulantzas chegaria à conclusão de que a autonomia (real) do Estado em relação à economia (dominação econômica de classe) no MPC permitiria que, ao menos no curto prazo, certos interesses (econômicos imediatos) das classes dominadas pudessem ser, objetivamente, representados pelo Estado, sem que este perca a sua identidade de classe (burguesa):

A característica própria do Estado capitalista, de representar o interesse geral de um conjunto nacional-popular não constitui assim uma simples mistificação enganadora, no sentido de que esse Estado pode efetivamente satisfazer, abaixo desses limites, certos interesses econômicos de certas classes dominadas; ainda mais: pode fazê-lo, sem que, no entanto, o poder político seja atingido (Poulantzas, 1977, 187).

Dupla característica, portanto, do Estado capitalista: por um lado, a sua autonomia relativa ao econômico implica a possibilidade, segundo a relação de forças concretas, de uma política “social”, de sacrifícios econômicos em proveito de certas classes dominadas; por outro lado, é esta autonomia do poder político institucionalizado que permite cercar por vezes o poder

econômico das classes dominantes, sem jamais ameaçar seu poder político. É aqui que reside, por exemplo, todo o problema do chamado *Welfare State*, que de fato não é senão um termo que mascara a forma da “política social” de um Estado capitalista no estágio do capitalismo monopolista de Estado. A estratégia política da classe operária depende da decifração adequada na conjuntura concreta, desse limite que fixa o equilíbrio dos compromissos, e que constitui a linha de demarcação entre o poder econômico e o poder político (Poulantzas, 1977, 188).

Dessa forma, ficava claro o corte realizado entre interesses e econômicos e interesses políticos das classes dominadas, o que levou grande parte dos comentadores de *Poder político...* a indicar que nessa obra o autor traria, mesmo que de forma implícita, uma estratégia leninista de transição ao socialismo, em suma, da necessidade de um embate frontal entre as classes capaz de destruir o aparelho estatal burguês e sua substituição por um contrapoder revolucionário. Já na última fase de sua obra, marcada pela produção de *O Estado, o poder, o socialismo* (1978), para além de uma autonomia relativa do Estado face os interesses econômicos das classes dominantes, o autor destacaria que essa autonomia relativa poderia constituir-se como propriamente política, num momento em que este se aproximava politicamente do eurocomunismo. Logo, portanto, a noção de autonomia relativa do Estado permanece, embora o enfoque sobre a temática seja diverso, o que teria sido decisivo para que fossem feitas diferentes leituras acerca do conjunto da obra de Poulantzas. Trataremos de algumas dessas leituras em outro momento.

Importa ainda ter em conta que a problemática da autonomia relativa do Estado capitalista buscou uma maior sofisticação e precisão conceitual (podemos até mesmo dizer uma reelaboração) de certas análises marxianas. Um texto de referência, nesse sentido, é *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, no qual Marx afirmou que foi somente a partir da Segunda República Francesa (1848-1852) que o Estado aparenta tornar-se completamente autônomo em relação à sociedade, embora seu poder não esteja “suspenso no ar” (Marx, 1977, 114-5). Assim, n’*O Dezoito Brumário...*, a questão do Estado parece ascender a um novo patamar teórico, enriquecendo a visão contida, por exemplo, no *Manifesto do Partido Comunista*, de que o Estado moderno nada mais seria do que um comitê para gerir os negócios comuns da burguesia em seu conjunto (Marx & Engels, 1993, 68). Em outras palavras, parece estar contida n’*O Dezoito Brumário...* uma problemática distinta acerca da questão do Estado⁹³ (burguês) e de seu desenvolvimento ou “complexificação”, que pode ser

⁹³ Tanto é assim, que diferentemente da tese contida no *Manifesto...* de que o Estado poderia ser utilizado pela classe trabalhadora para realizar seus objetivos políticos, n’*O Dezoito Brumário...* Marx assinala a necessidade de destruir a máquina estatal, que todas as revoluções, historicamente, vinham aperfeiçoando (Marx, 1977, 114). Embora seja com a experiência histórica da Comuna de Paris (1871), que tal tese ganharia

traduzida por meio da questão de sua “autonomia relativa”⁹⁴. Com isso, queremos dizer que a autonomia – não apenas “aparente”, embora sempre relativa – do Estado frente à sociedade notada por Marx, não constituía somente uma especificidade da conjuntura francesa do período 1848-1852, mas uma tendência ou característica que passaria a ser inerente ao Estado e à sociedade capitalistas, acorde seu desenvolvimento. É somente nesse sentido que poderia ser aceita a polêmica fórmula proposta por Engels de que o bonapartismo tornava-se uma espécie de “religião” da burguesia⁹⁵.

Por fim, uma última observação preliminar sobre a questão da autonomia relativa em Poulantzas. Como destacou Décio Saes, seria um erro de leitura relacionar a “teoria regional do político” no MPC a um “conceito” de autonomia relativa do Estado, uma vez que em Poulantzas, o núcleo da “teoria regional do político” é um atributo do conceito de estrutura jurídico-política capitalista, que se configura como um sistema articulado de quatro outros conceitos: direito capitalista, burocratismo, efeito de isolamento e efeito de representação da unidade. Assim, a autonomia relativa do político (Estado) não seria propriamente um conceito, mas antes um “índice temático” (Saes, 1997, 51-2)⁹⁶. Decorre daí

fôlego, já n’*O Dezoito Brumário...* essa pré-condição para o estabelecimento de um Estado socialista de transição se faz presente. O próprio Marx chamou atenção para isso numa correspondência pessoal enviada a Ludwig Kugelmann, quando dos acontecimentos da Comuna (Marx, 2011, 208).

⁹⁴ Além da extensão do poder Executivo por meio de uma imensa e engenhosa organização burocrática civil e militar (Marx, 1977, 113), o autor chama atenção também para a constituição do crédito público e sua importância para a reprodução do capital, seja financeiro, comercial ou industrial (idem, 97). Com efeito, a dívida pública é um importante instrumento para o domínio comum (mas não sem conflitos internos) das diferentes frações de classe burguesas ou, se quisermos, para o estabelecimento de um “bloco no poder”, segundo Poulantzas. Também Lenin, seguindo algumas indicações de Engels, chamou a atenção para o papel desempenhado pela arrecadação de impostos e estabelecimento de uma dívida pública para a manutenção de um “poder público especial, colocado acima da sociedade” (Lenin, 1988, 229).

⁹⁵ Numa correspondência enviada a Marx, datada de 13 de abril de 1866, quando da instauração do sufrágio universal na Prússia por Bismarck, Engels afirmara: “Parece que, depois de uma breve resistência, os cidadãos alemães concordarão, pois o bonapartismo é, no limite, a verdadeira religião da burguesia moderna. Vejo ainda mais claramente que a burguesia não é capaz de dominar diretamente, e que onde não existe oligarquia, diferentemente do que ocorre na Inglaterra, uma semiditadura bonapartista é a forma normal para assumir a tarefa de conduzir o Estado e a sociedade nos marcos do interesse da burguesia por uma remuneração apropriada; tal ditadura toma em suas mãos os grandes interesses materiais da burguesia ainda que contra a burguesia, mas não concede a ela nenhuma parte de poder de governo. De outro lado, essa ditadura se vê forçada a adotar contra a sua vontade os interesses materiais da burguesia” (In: Miliband, 2008, 101-2). Utilizando-se, desse texto, entre outros, Poulantzas defendeu a tese de que, além de um fenômeno político concreto (situado num tempo e espaço precisos), o bonapartismo constitui um traço teórico próprio do tipo capitalista de Estado (Poulantzas, 1977, 254), posição com a qual concordamos. Numa de suas polêmicas com Poulantzas, Ralph Miliband afirmou que considerar o bonapartismo uma característica constitutiva da forma capitalista de Estado, invocando uma leitura de Marx/Engels que corrobore com tal percepção, incorreria em negligenciar a diferença entre a forma de Estado bonapartista e a democrático-burguesa, o que poderia trazer graves consequências políticas (Miliband, 2008, 103). É necessário, entretanto, lembrar que para Poulantzas (1977, 143-6), o “tipo histórico de Estado” (capitalista) comporta “formas de Estado” diferenciadas (“democráticas” e “ditatoriais”).

⁹⁶ Embora a análise de Saes diga respeito somente à *Poder político...*, pensamos que tal observação seja válida para o conjunto das obras de Poulantzas. A questão da autonomia relativa do Estado se faz sempre presente em suas obras, enquanto um tema, a ser abordado por meio de conceitos específicos.

que trataremos a questão da autonomia relativa na experiência chilena como uma temática geral para a qual mobilizaremos, acorde a exigência da análise proposta, demais conceitos e problematizações.

2.4.1 O Político e o Econômico

Sendo a separação relativa entre o “político” e o “econômico” sob o capitalismo o atributo principal da noção de autonomia relativa do Estado, cabe aqui nos determos sobre esse ponto. De início, uma primeira consideração, e que será de extrema relevância para pensarmos a experiência chilena, é pontuar os riscos de estabelecimento de uma divisão absoluta entre ambos os níveis ou dimensões da realidade social⁹⁷. Se, por um lado, não conferir nenhum grau de autonomia ao Estado capitalista consiste em erro, por outro, atribuir-lhe uma autonomia absoluta seria um flagrante contrassenso, tendo em vista uma perspectiva teórica (e política) marxista. A primeira alternativa poderia levar a que se caísse num “esquemismo” teoricamente infrutífero (determinação mecânica do tipo: base-superestrutura) que se traduzisse, no campo da luta política, num “esquerdismo” inconsequente. Já a segunda, numa linha diametralmente oposta, não seria capaz de vislumbrar no Estado uma estrutura social de classe, aproximando-se da concepção de um Estado “neutro” e, portanto, “acima” das classes, como bem ao gosto de uma Ciência Social de matriz funcional-positivista e que se traduziria para o plano político, na melhor das hipóteses, num reformismo vazio.

Como pontuou Atilio Borón, não é possível, numa perspectiva marxista, teorizar sobre a “política” (e o Estado), assumindo que esta reside numa espécie de limbo, salvaguardada das realidades prosaicas da vida econômica (Borón, 2007, 177). Por isso mesmo, o questionamento pela ausência de uma teoria política (ou de uma teoria do Estado) marxista, na chave proposta por Bobbio (como comentamos anteriormente), só faria sentido partindo de pressupostos epistemológicos de matriz positivista, que consideram a realidade social a partir de uma perspectiva fragmentadora e não totalizante⁹⁸ (idem, 169-70).

⁹⁷ Temos em Max Weber e toda a tradição sociológica por ele influenciada, uma perspectiva que aponta nesse sentido. A esse respeito, basta consultar a separação operada, com alto grau de sofisticação teórica, entre os conceitos de “dominação” (política) e “exploração” (econômica) (Weber, 2012, 695-705).

⁹⁸ Num interessante texto, onde demonstra uma preocupação teórica nesse ponto semelhante à de Borón, Ellen Wood sublinhou que a esfera econômica traz consigo uma dimensão jurídica e política, ao passo em que o Estado tem sido historicamente essencial para a realização do processo de expropriação constitutivo do capitalismo. Todavia, a autora não adjetiva (como cremos importante), o Estado enquanto *capitalista*. Desse modo, trata de um Estado *no* capitalismo. Assim, por exemplo, Wood tecerá considerações sobre a “privatização do poder político” (privatização do Estado), como uma característica própria das sociedades

Dito isso, e passando a análise do caso chileno, restaria discutir se a autonomia relativa do Estado se constituiu ali de forma mais acentuada na sua dimensão econômica (interesses econômicos das classes populares) ou política (interesses políticos das classes populares). Nesse sentido, afirmar que a “via chilena” de transição ao socialismo constituiu uma experiência de reformismo econômico, além de esbarrar numa separação arbitrária porque estanque entre econômico/político, tal como já foi sublinhado, levaria também a uma leitura economicista dos processos sócio-políticos. Ademais, o limite concreto entre interesses materiais imediatos e interesses políticos fundamentais, só é dado em momentos conjunturais da própria luta política. Assim, de acordo com Poulantzas, o Estado capitalista apresenta uma dupla característica:

[...] por um lado, a sua autonomia relativa ao econômico implica a possibilidade, segundo a relação de forças concretas, de uma política “social”, de sacrifícios econômicos em proveito de certas classes dominadas; por outro lado, é esta autonomia do poder político institucionalizado que permite cercar por vezes o poder econômico das classes dominantes, sem jamais ameaçar seu poder político [...]. A estratégia política da classe operária depende da decifração adequada na conjuntura concreta, desse limite que fixa o equilíbrio dos compromissos, e que constitui a linha de demarcação entre o poder econômico e o poder político (Poulantzas, 1977, 188).

Não há lugar para dúvidas que, do ponto de vista econômico, a UP pôde ensejar reformas econômicas bastante avançadas, a citar sumariamente: a nacionalização dos bancos, minas e principais indústrias oligopólicas, o avanço do processo de reforma agrária, distribuição de renda, diminuição da taxa de desemprego, etc. Também não é preciso muito esforço, para além do que já foi dito na primeira parte desse capítulo, para sustentar que o programa econômico do governo Allende contava com a oposição das classes econômica e politicamente dominantes no Chile; o latifúndio, a grande burguesia industrial e de serviços, o grande capital financeiro e o imperialismo estadunidense, sem falar das demais classes e frações que lhes eram subordinadas.

Assim, pode-se dizer que o Estado chileno deu conta de, num primeiro momento, absorver diversas demandas econômicas das classes populares a contragosto do conjunto do bloco no poder, sem por isso perder sua estrutura política de classe. Todavia, a experiência chilena demonstraria que as transformações econômicas de curto prazo não

capitalistas (Wood, 2011, 43-4). De tal sorte, parece haver uma acentuação analítica da função coercitiva do Estado sob o capitalismo (e sua função de extração de excedentes), e uma não consideração devida às suas mudanças qualitativas sob o MPC, em suma, desse Estado como uma estrutura política, ou se quisermos, jurídico-política de tipo novo.

poderiam avançar, a não ser que se aprofundasse o processo de reformas por vias não institucionais (o que se evidencia a partir do segundo semestre de 1971, quando o conjunto da burguesia nacional sai da defensiva e parte para a ofensiva política). As próprias reformas econômicas (pró-populares), contariam ademais, com dificuldades próprias da dinâmica de mercado capitalista (controle da produção, matérias primas e conhecimento técnico por parte de setores opostos à “via chilena”, o processo inflacionário, etc.), embora tais aspectos tenham tido um aspecto secundário, sobre o qual trataremos adiante.

Tendo aceito essa tese de que o Estado chileno pôde, num primeiro momento e, a curto prazo, satisfazer interesses econômicos das classes dominadas, e não sendo a separação entre o econômico e o político algo estanque, poderíamos pensar que esse Estado pudesse, também no curto prazo, satisfazer interesses políticos, mesmo que imediatos dos setores populares? Pensamos que a resposta a essa questão é negativa. Na experiência chilena, o Estado enquanto estrutura jurídico-política⁹⁹ não pôde satisfazer interesses propriamente “políticos”, mesmo que imediatos das classes populares. Nesse ponto, observa-se uma confusão – que pode ser observada por meio da literatura sobre o caso chileno e também do posicionamento de forças da esquerda chilena – entre “poder de Estado” e “aparelhos de Estado”, tema que abordaremos logo mais.

Com isso, queremos assinalar apenas que, embora o controle de parte do aparelho estatal (Executivo) tenha tido importância efetiva para não prejudicar a organização político-social dos setores dominados ao evitar, ou ao menos “neutralizar” parte do aparelho repressivo, por exemplo. Mas essa realidade, precisamos ter em conta, não alterou os limites jurídico-políticos fixados por esse Estado. Para além de tais limites, haveria uma quebra da própria institucionalidade estatal, o que a chamada “via chilena” não previa.

É nesse ponto que residia o impasse do chamado “poder popular”, sobretudo após o episódio da paralização patronal de outubro de 1972, quando este passou a se colocar, de forma mais orgânica, como uma organização de poder político autossustentado. Em suma,

⁹⁹ Num diálogo, ao que nos parece implícito, com as formulações de Poulantzas, sobretudo em *Poder Político...*, Mascaro sustenta que a relação entre “forma política” e “forma jurídica” é de *conformação* e não de identidade, de modo que tratar genericamente de uma forma jurídico-política como um complexo funcional, só pode ser feito em termos bastante didáticos, jungindo regiões próximas do todo social, uma vez que a própria noção de sujeito de direito guarda vínculo necessário e direto não com o Estado, mas antes, com as relações de produção capitalistas (Mascaro, 2013, 40-1). Temos acordo com a ponderação do autor, mas manteremos a noção de Estado enquanto estrutura jurídico-política, na medida em que, ao que nos parece, a “regulação” tanto do nível jurídico, como do político, numa formação social capitalista, passa pelo crivo do Estado burguês. Tal enfoque prioriza mais a função ou papel objetivo do Estado em geral, e do Estado burguês em específico – a manutenção da coesão global de uma formação social cindida em classes (Poulantzas, 1977b, 48-9) –, do que os processos propriamente de “gênese” das formas do Estado e do direito. É verdade também que o papel próprio do direito no Estado capitalista foi desconsiderado pela maioria dos comentaristas de Poulantzas (Saes *apud* Motta, 210, 382).

ou se avançava decisivamente com o “poder popular”, o que significaria intensificar as organizações sociais de base e sustentar as tomadas de indústrias, prédios, terras, armazéns, áreas urbanas nas periferias, etc., ou se enquadraria esse poder dentro de alguns marcos institucionais claros. Na raiz do problema, podemos situar os dois grandes blocos políticos da UP; um que procurava “avançar para consolidar” e outro que desejava “consolidar para avançar”, sendo essa a questão fundamental que dividia estratégica e taticamente a esquerda chilena¹⁰⁰.

Ainda no que toca à dinâmica entre o político e o econômico na experiência chilena, mesmo que tenhamos dado algum destaque, na primeira parte do capítulo, a diversos aspectos econômicos que conformaram a experiência chilena (programas de governo, contraofensiva econômica da burguesia, desabastecimento, inflação, etc.) não atribuímos a tais aspectos, enquanto conformadores de uma “crise econômica”, o papel predominante. Contrariamente, partilhamos da visão de que no Chile sob a UP, teve lugar uma *crise política*, que antecedeu qualquer crise econômica (Poulantzas, 1977a, 11). O conceito de crise política aqui mobilizado, diz respeito basicamente a uma série de modificações substanciais das relações de forças da luta de classes. Tal crise é também uma crise do Estado (e de seus aparelhos), mas não se resume a uma crise de Estado, no sentido em que é antes de tudo uma crise de hegemonia/crise orgânica ou crise estrutural¹⁰¹. A crise política engendra sempre uma crise ideológica, elemento que a constitui (Poulantzas, 1977a, 10-3).

Isso não significa desconhecer ou negar elementos “econômicos” próprios à realidade chilena do período 1970-1973, ou seja, a existência de mecanismos efetivos de mercado tais como as pressões inflacionárias, etc., possuidores de uma dinâmica interna própria e relativamente autônoma. Também é certo que a crise econômica teve influência sobre a crise política, propriamente dita. Todavia, num contexto de larga crise política de hegemonia do bloco no poder, com respectiva ascensão da luta de classes e mobilização política dos setores dominados, todas as dimensões da realidade social, incluindo a

¹⁰⁰ Guardadas as devidas proporções históricas, o impasse político enfrentado pela UP era de semelhante natureza àquele que, segundo Marx, os *montagnards* franceses tiveram pela frente durante a II República: “Se a montanha queria vencer no Parlamento, não devia ter apelado para as armas. Se apelou para as armas no Parlamento, não devia ter-se comportado nas ruas de maneira parlamentar” (Marx, 1977, 50). À diferença da Montanha, partido vacilante da pequena burguesia, a UP como vimos, em função de suas divergências internas, jamais foi capaz de agir de forma unificada, como “um só homem” (idem, 49).

¹⁰¹ O conceito de crise estrutural diz respeito a uma crise profunda que afeta o conjunto das relações sociais e que se manifesta numa dada conjuntura específica, como uma situação de desvendamento e condensação das contradições inerentes à estrutura social. Esse conceito de crise estrutural é distinto de uma noção de crise estrutural permanente (cíclica) do capitalismo, na medida em que as crises econômicas inerentes à própria necessidade de valorização do valor não se traduzem, necessariamente, em crises de hegemonia ou crises orgânicas, nos termos de Gramsci (Poulantzas, 1977, 10).

econômica, sofreriam uma politização intensa. Em suma, em contextos excepcionais de aberta luta política de classes, onde se colocam em choque projetos antagônicos, a “determinação em última instância” (para tomar de empréstimo o termo de Poulantzas), pode deslocar-se do “econômico” para o “político/ideológico”.

No mais, pensamos que a dialética entre as crises econômica, política e ideológica que tiveram lugar na sociedade chilena, poderiam ser bem captadas, do ponto de vista da análise teórica, a partir do conceito de “complexidade estrutural” oriundo do marxismo althusseriano¹⁰². Daí a pertinência de se pensar que os diferentes níveis da totalidade social comportam temporalidades diferenciais e que de sua dinâmica no interior dessa totalidade complexa, possam emergir relações de sobreposição (o político sobre o econômico) ou de defasagem (não correspondência entre o político e o econômico) desses níveis, numa determinada conjuntura concreta. Isso implicaria considerar a autonomia desses “níveis” da realidade social enquanto *real* e não apenas teórica; não como mero procedimento para se estabelecer objetos de conhecimento teoricamente autônomos, como por exemplo, “o político” (Estado) enquanto objeto de estudo por excelência da Ciência Política, etc.

E, finalmente se, como vimos, o grau de autonomia relativa do Estado no capitalismo não está traçado de uma vez por todas, dependendo da conjuntura concreta da luta de classes, também depende do estágio próprio alcançado pelo modo de produção capitalista. Assim:

[...] l’espace, l’objet, et le contenu des concepts respectifs du politique et de l’économie se modifient non seulement en fonction des divers modes de production, mais également en fonction des divers stades et phases du capitalisme *lui-même*, dans la mesure précisément où il constitue un mode de production présentant une *reproducción élargie* (Poulantzas, 1980, 115)¹⁰³.

Devemos ter em conta que, ao avançar seus estudos e primeiros trabalhos sobre a questão do Estado, Poulantzas fazia frente, enquanto um estudioso europeu, ao contexto do *Welfare State* tendo, posteriormente, de refletir sobre a crise desse próprio Estado. A experiência chilena e, mais precisamente, o seu desfecho, ocorre num contexto histórico crucial que marcou o início do neoliberalismo (enquanto política econômica

¹⁰² “Cuando se introdujo este concepto de la complejidad estructural, se trataba de la complejidad de la estructura social global, en cuanto en ella se articulaban varios niveles relativamente autónomos” (Althusser & Balibar, 2010, 235).

¹⁰³ “[...] o espaço, objeto e conteúdo dos conceitos respectivos do político e do econômico se modificam não somente em função dos diversos modos de produção, mas igualmente em função dos diversos estágios e fases do capitalismo em si, precisamente na medida em que este constitui um modo de produção que apresenta uma reprodução ampliada”. Livre tradução nossa do original em francês.

implantada sistematicamente e em larga escala) e, por isso mesmo, a crise do *Welfare State*¹⁰⁴ nos países de capitalismo avançado (em especial europeus) e, ao mesmo tempo, a crise do antigo bloco soviético, composto pelos países que receberiam a alcunha de “socialistas”. Embora o Chile, país capitalista dependente, não tenha vivenciado nenhuma daquelas experiências, nem por isso deixou de sentir seus efeitos. Sendo assim, o Chile sob a ditadura Pinochet seria o primeiro país a implementar e levar adiante o receituário neoliberal¹⁰⁵.

Com o fim da “via chilena” pela “via do golpe”, a própria relação entre Estado e economia passa por uma reconfiguração, abrindo espaço para um processo de financeirização econômica extremamente agudo, que se fazia acompanhar do estabelecimento de uma burguesia financeira enquanto classe hegemônica no interior do bloco no poder. O fim da democracia política (enquanto forma de regime), e a acentuação do papel repressivo do Estado, por meio de seus aparelhos especializados, foram um reflexo necessário dessa reconfiguração. Às classes populares ficava vedada a possibilidade de qualquer avanço econômico ou político, mesmo que de curto alcance, por meio do Estado.

2.4.2 Poder de Estado e Aparelhos de Estado

A temática da diferenciação (ou não) entre poder de Estado e aparelhos de Estado geraria grandes divergências de natureza não apenas teórica, mas sobretudo política no interior da esquerda chilena durante o governo da UP, dada a própria premência do problema que se colocava com a eleição presidencial de Allende. Tendo em vista a importância central,

¹⁰⁴ O motivo para a crise do *Welfare State* deve ser buscada na tendência prevista por Marx de queda tendencial da taxa de lucro. Segundo Marx, na medida em que se eleva a composição orgânica do capital (capital fixo), a taxa de lucro tende a cair, mesmo que a taxa de mais-valia (capital variável) não decresça ou cresça mais lentamente que o capital fixo, assim: “Essa tendência produz, simultaneamente com o decréscimo relativo do capital variável em relação ao constante, cada vez mais elevada composição orgânica do capital global, daí resultando diretamente que a taxa de mais-valia, sem variar e mesmo elevando-se o grau de exploração do trabalho, se expresse em taxa geral de lucro em decréscimo contínuo [...]. A tendência gradual, para cair, da taxa de lucro é portanto apenas *expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do progresso da produtividade social do trabalho*” (Marx, 1984, 234).

¹⁰⁵ Enquanto teoria e ideologia pode-se dizer que o “neoliberalismo” surge em 1944 com a obra *Caminhos da Servidão*, de Friedrich Hayek. Em resumo, se pregava basicamente o fim de qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciados como uma ameaça letal à liberdade, não apenas econômica, mas também política (Anderson, 1995, 9). Os anos 1980 marcaram o triunfo mais ou menos incontestado da ideologia e política neoliberais na Europa e América do Norte (idem, 12). Na América Latina, em seu conjunto, a guinada neoliberal decisiva data do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 (ibidem, 20). Vale notar que a implementação da agenda neoliberal se fez em muitos países, e talvez o caso chileno seja o mais eloquente a esse respeito, por meio de ditaduras militares, ou então, tendo como pressuposto uma premente necessidade de restringir direitos “democráticos” (como a perseguição aos sindicatos durante o governo de Thatcher na Inglaterra, a partir de 1979). Como o próprio Hayek teve oportunidade de afirmar em diversas oportunidades, a aplicação do receituário por ele defendido não tinha como pré-condição a existência de regimes democráticos.

em nossa opinião, de tal temática para uma discussão pertinente sobre a “via chilena” e sua relação com o Estado burguês e o problema da sua autonomia relativa, nos ocuparemos mais detalhadamente, no presente tópico, dessa questão.

Inicialmente, chamamos a atenção para o fato de que, como apontou Henrique Moraga, havia amplos setores do governo Allende, nos quais incluíam-se teóricos pertencentes ao PC (principal gestor do projeto político da UP), certas “ilusões reformistas” que deram lugar a verdadeiras “miragens”, das quais a principal dizia respeito à identificação da tomada do Executivo com a tomada do poder (Moraga, 1977, 293). De tal maneira, a conquista momentânea de parte do aparelho estatal, a saber, do Executivo político¹⁰⁶, ou ainda, a “conquista do governo” seria tomada enquanto a “conquista do poder”, mais precisamente, do poder político. Assim, em última análise, associava-se quase que instintivamente a conquista do governo com a conquista do próprio Estado. A esse respeito, parece bastante ilustrativa a afirmação de Joan Garcés, de que:

El objeto de cualquier movimiento revolucionario es, en primer lugar, llegar al poder. Después, acumular más poder y utilizarlo para sus objetivos de transformación socialista. Llegar al poder político significa en nuestro caso al Gobierno. Y mantener el Gobierno (Garcés, 1974, 219).

A afirmação da necessidade dos revolucionários de chegar “ao poder” e ir acumulando “mais poder” acaba esbarrando, em nossa opinião, numa concepção de poder enquanto “coisa/objeto” e, sendo o Estado o lócus por excelência do poder político, numa noção unicamente instrumental do Estado, qual seja, a de um instrumento “neutro” do qual se utiliza a classe no “poder” (Poulantzas, 1981). Mudando o “poder” (entendido enquanto governo) de mãos, essa superestrutura estatal passaria a ser comandada pelo governo de turno. No caso deste ser um governo “revolucionário” ou “pertencente às classes populares”, tal fato por si só poria em trânsito a alteração do próprio caráter classista desse Estado; de burguês a “popular”.

É dessa forma que Garcés, mobilizando trechos de textos de juventude de Marx, de maneira complementar à concepção da “vontade geral” rousseauiana, iria defender a tese de que as forças sociais revolucionárias chilenas não entravam em conflito antagônico

¹⁰⁶ Utilizamos o termo “Executivo político” para indicar aquilo que seria o governo central, uma vez que a burocracia estatal (administrativa) não deve ser confundida com o governo, embora também componha o Executivo. Assim, procuramos evitar uma certa confusão, na medida em que: “O funcionalismo, formalmente, está a serviço do executivo político, é seu instrumento obediente e ferramenta de sua vontade. Na realidade porém, não é nada disso. A administração é sempre tanto política como executiva, pelo menos aos níveis em que a decisão política é relevante, ou seja, nos escalões superiores da vida administrativa (Miliband, 1978, 68-9).

com a Constituição e a estrutura do Estado chileno (Garcés, 1974, 98). Assim, evidentemente, a estratégia de se avançar politicamente por meio de “etapas” se pretendia legitimada (idem, 103). Antes de continuarmos o diálogo com Garcés, interessa assinalar que este exerceu um papel importante enquanto conselheiro de Allende e importante ideólogo da “via chilena” de transição ao socialismo. De tal sorte, o dialogo direto com o autor e a crítica às suas posições não é fortuito, na medida em que, de certa forma, estas expressam uma linha política solidificada no interior da UP e da própria esquerda chilena¹⁰⁷. Em relação às leis e à Constituição, que garantiriam a sustentação do governo revolucionário, Garcés sublinhou que:

La estructura del Estado actual ha venido protegiendo el Gobierno revolucionario del Congreso conservador. La misma estructura subordina el Poder Judicial a los otros dos poderes [...] Es en el Gobierno y en el Legislativo donde, por consiguiente, la alteración de fuerzas sociales debe permitir – según la lógica interna del Estado – cambiar el sentido de clase del derecho positivo vigente (Garcés, 1974, 106-7).

Desde el punto de vista legal, cuando el 3 de noviembre de 1970 el Presidente del Senado de esa época pronuncia la frase de ritual, el hasta entonces senador Salvador Allende se convierte en Presidente constitucional de Chile para el período 1970-1976. *Si las leyes por sí mismas fueran suficientes para imponerse, no sería problema la posibilidad de sobrevivencia del Gobierno de Allende* [grifos nossos] (Garcés, 1974, 117-8).

Para o autor, em 1972, a classe trabalhadora se constituía enquanto “politicamente dominante”, embora não detivesse ainda o controle integral do aparelho de Estado (Garcés, 1974, 126). Adiante, avançaria a ideia de que, embora pudesse parecer um paradoxo, o governo revolucionário estava, ao mesmo tempo, respeitando o regime institucional e destruindo, progressivamente, o Estado burguês (idem, 129).

Ainda mais curiosa, por assim dizer, é a análise decorrente do episódio da crise política de outubro de 1972 e seus desdobramentos. Segundo Garcés, nesse momento, o golpe de Estado não ocorreu devido ao fato de que a superestrutura estatal (aparelhos repressivos e ideológicos) não se encontrava cindida, funcionando regularmente e sob a influência de uma base social popular (Garcés, 1974, 206-8). Assim sendo, o papel

¹⁰⁷ Posições semelhantes às de Garcés aparecem em outros autores de esquerda, alguns dos quais inclusive lançamos mão ao longo de nosso trabalho. Todavia, optamos por privilegiar o diálogo com Garcés porque há nesse autor uma formulação de teses melhor acabada e sistematizada. Mais especificamente, privilegiamos a discussão contida na obra *El estado y los problemas tácticos en el gobierno Allende*, que comporta vários artigos redigidos entre fevereiro de 1972 a janeiro de 1973.

desempenhado pelas Forças Armadas¹⁰⁸ na contenção da crise e defesa da legalidade democrática teria sido complementar a atitude decisiva dos trabalhadores na defesa do governo (idem, 217). Logo, a organização (politicamente decisiva naquele contexto) do “poder popular”, apesar de estar “fora” do aparelho estatal, atuou em relação a esse e não entrou em contradição com a dimensão governamental do aparelho estatal (ibidem, 221-2).

Nas análises de Garcés é interessante notar que, em alguns momentos, não se dá nenhuma (ou quase nenhuma) autonomia ao aparato estatal, entendido enquanto reflexo direto das lutas populares e operárias, de modo que: “Es lo social, la fuerza social, el desarrollo de las clases sociales, lo que nutre la esencia y dinámica del aparato estatal, se introduce en su seno y define su naturaleza. Más un Estado es democrático, más ello es así” (Garcés, 1974, 94). Noutros momentos e, mais especificamente, após os episódios de outubro de 1972, se apresenta uma tendência inversa, ou seja, acaba-se concedendo uma grande autonomia aos aparelhos de Estado (repressivos e ideológicos) que, como já dissemos, teriam permitido, pelo seu bom funcionamento¹⁰⁹, a manutenção da legalidade político-institucional (idem, 206-8). Todavia, ambas as direções ou enfoques apresentados pelo autor tinham o propósito último de defender a via pacífica por reformas graduais ao socialismo: num primeiro momento, a “transparência” dos aparelhos de Estado face à ascensão luta de classes dos setores populares desabonava uma perspectiva de “ruptura” com a institucionalidade vigente (o Estado transformar-se-ia por dentro, automaticamente); num segundo momento, a autonomia dos aparelhos de Estado frente aos intentos golpistas deveria fazer crer que o

¹⁰⁸ Segundo Garcés, embora as Forças Armadas fossem compostas majoritariamente por elementos oriundos dos chamados “setores médios”, atuavam sobre os militares elementos ideológicos (balizados por uma rígida formação profissional) e uma prática social específica que os distinguiam do restante desses setores sociais e da burocracia estatal “não uniformizada”. Por esse motivo defendiam, invariavelmente (e sem apresentar cisões internas), a legalidade e o funcionamento das instituições políticas nacionais. Sustentando tal posicionamento, Garcés relata uma entrevista do Comandante em Chefe do Exército, Carlos Prats, concedida logo após outubro de 1972 a uma conhecida revista chilena, onde o militar afirmava que, enquanto se mantivesse o Estado de Direito, ficava vedada qualquer possibilidade de divisão das Forças Armadas (Garcés, 1974, 218-9). No entanto, resta perguntar se, tendo em vista o posto ocupado por Prats no interior das próprias Forças Armadas, aquele poderia se dar ao luxo de assumir publicamente uma posição diversa. Além do mais, sabe-se que o próprio Prats, enquanto militar “constitucionalista” e até mesmo simpático à linha PC/Allende da UP tinha perfeita ciência de que desde o início do governo popular, ocorriam complôs políticos e tentativas de sedição no seio do alto escalão das Forças Armadas, situação que inclusive seria sistemática e regularmente denunciada de forma pública pelo próprio governo. A esse respeito, além da obra de Moniz Bandeira que traz informações detalhadas, vale consultar as observações presentes no texto do ex-dirigente socialista Carlos Altamirano, ao qual fazemos referência ao longo de nosso trabalho, especialmente seu décimo capítulo.

¹⁰⁹ Devemos notar, entretanto, que nesse segundo momento o “bom funcionamento” dos aparelhos estatais foram, para Garcés, garantidos pela atuação decisiva do movimento popular na defesa do governo, como já salientamos anteriormente. Contudo, é válido frisar esse ponto, sob o risco de acabarmos reduzindo de forma por demais esquemática o tratamento dado por Garcés a essa questão, embora a diferenciação da variação de enfoques que apontamos (nenhuma autonomia x total autonomia dos aparelhos de Estado), e à qual o próprio autor não faz referência, pensamos nós, continue válida.

governo revolucionário estava protegido pelo Estado conferindo assim também, portanto, grande importância à manutenção institucional.

Criticar aquilo que seria uma identificação, em última análise, entre governo e Estado (leia-se: governo popular e Estado burguês) não nos impede, entretanto, de desconsiderar que o controle (ou neutralização) mesmo que temporária de partes ou setores do aparelho de Estado burguês por um governo popular pode sim ser útil à luta política das classes dominadas. A esse respeito, nos parece correta a assertativa geral de Moraga, segundo a qual:

[...] Desde o início da sua atuação, o governo da Unidade Popular significou para o proletariado chileno a democratização do Estado burguês, neutralizando, em grande medida, o aparelho repressivo, redistribuindo o excedente, introduzindo nos aparelhos ideológicos a ideologia do proletariado, etc. Ora, dada a profundidade da crise estrutural que a sociedade chilena encerrava, o relativo enfraquecimento do Estado burguês significou um escoar das tensões acumuladas entre as classes, oferecendo condições favoráveis à luta do proletariado e gerando, em suma, uma dinâmica de avanço progressivo do movimento de massas, enquanto operários e camponeses começavam a ganhar confiança na própria ação (Moraga, 1977, 293).

De tal feita, pensamos poder avançar considerações no sentido de que, se o poder político de Estado não é divisível (sendo o próprio Estado capitalista pensado em termos de estrutura jurídico-política), os aparelhos de Estado, por sua vez, podem sim sofrer divisões e fricções internas às quais acompanham os funcionários estatais. Eis que entra em pauta a questão da “autonomia relativa da burocracia”, entendida esta burocracia enquanto camada social específica. O termo “específica”, nesse caso, deve ser pensado em razão da relação especial dos agentes que compõem a burocracia com os aparelhos de Estado, na medida em que realizam funções objetivas circunscritas ao Estado. Em suma, tais agentes estatais (burocracia) seriam, antes de mais nada, determinados pela estrutura própria do Estado (Poulantzas, 1975, 201; Poulantzas, 1977, 328).

Apesar das diferentes origens ou pertencimentos de classe dos agentes componentes da burocracia, Poulantzas afirma que esta apresenta uma unidade interna específica, efeito da determinação do Estado e da unidade institucional de seus aparelhos sobre os agentes, de tal sorte que em determinadas conjunturas, tal categoria social poderia funcionar enquanto uma força social efetiva (Poulantzas, 1975, 201). De antemão, vale notar que essas observações se referem a um Estado capitalista funcionando, por assim dizer, em condições “normais”. Quanto ao fato de poder exercer, em certas conjunturas uma força social

específica, tal traço confere à burocracia uma autonomia relativa (dentro dos marcos da autonomia relativa do Estado) face às classes e frações dominantes, embora isso não a torne uma “classe” propriamente dita¹¹⁰ e, é nesse sentido que para ela, se designa o termo de “categoria social”.

No caso de uma crise do Estado capitalista, há um reflexo necessário sobre a burocracia estatal, entendida em sentido amplo. Em suma, o pessoal de Estado não fica imune à crise política (mais ampla como já dissemos, do que a crise do Estado) e ao acirramento da luta de classes a ela correspondente, o que pode se traduzir em divisões e contradições internas consideravelmente acirradas e que põem em questão a própria unidade da burocracia estatal (Poulantzas, 1977a, 29-30). Eis que as “posições de classe” repercutem no seio do pessoal do Estado por uma politização mais nítida desse pessoal, com uma parte voltando-se “para a esquerda” e a outra “para a direita”, processo balizado pela crise ideológica própria, que atinge o “cimento interno” do pessoal de Estado a saber, ou seja, a concepção de um Estado neutro representante do interesse e vontade geral, etc. Todavia, mesmo nos contextos de crise, essas contradições se encerram dentro dos limites da autonomia desse Estado (ibidem, 30-1).

Indo além, pensamos que seja válido considerar que conforme avance uma situação de crise política que se expresse no interior do próprio aparelho estatal, a autonomia (relativa) do Estado face às lutas e contradições de classe vai sendo levada ao seu limite máximo. Ao que nos parece, foi essa a situação que teve lugar no Chile sob a UP. Mas vejamos mais de perto como essa cisão no interior da burocracia de Estado se deu no caso chileno.

Como já mencionamos anteriormente, o grosso da burocracia estatal no Chile era recrutada nas heterogêneas classes médias. Ademais, é certo que um dos problemas enfrentados pelo governo Allende foi a falta de cooperação do setor público que majoritariamente identificava-se com a “classe média” supostamente prejudicada pelo governo, e politicamente alinhada ao PDC (Angell, 1977, 283). Esses trabalhadores conformavam os *empleados* do setor público e, em suma, compunham a maioria da burocracia estatal, sobretudo de médio escalão (professores, funcionários administrativos em geral, etc.).

Por outro lado, a UP pôde contar com um apoio geral entre os empregados “técnicos”; tanto aqueles que atuavam no setor industrial da economia, basicamente no

¹¹⁰ Nesse sentido, no que tange à ideologia particular da burocracia estatal, Poulantzas assinalava: “[...] para que tal ideologia se distinga eventualmente, sob ‘sua forma de serviço de interesse geral’ e ‘da autoridade do Estado acima dos interesses particulares’, etc., daquela dos empresários, não constitui menos por isso uma forma de ideologia burguesa” (Poulantzas, 1975, 204).

suporte à constituição da APS (Bitar, 1980, 174), como os que trabalhavam no setor rural, sobretudo por meio dos órgãos estatais de fomento à reforma agrária (Saavedra, 1974, 176-8). No caso desses trabalhadores “técnicos”, pensamos que sua adesão ao governo possivelmente se explique em função de seu contato direto com a realidade dos trabalhadores produtivos da indústria e do campo o que, somado à sua formação específica, os faria em tese mais propensos ao programa de reformas impulsionado pela UP, ao contrário dos funcionários administrativos ou de “colarinho branco”.

Nas Forças Armadas, o apoio ao governo, manifesto sob a forma de “defesa da institucionalidade” se concentrava, sobretudo, no seu baixo escalão, embora também houvesse oficiais e suboficiais leais ao governo. Segundo Altamirano, no Corpo de Carabineiros havia um clima geral de simpatia ao processo chileno, em todos os seus escalões¹¹¹ (Altamirano, 1979, 148). A presença de cisões no interior das Forças Armadas pode ser demonstrada pela depuração interna que foi feita após o golpe militar de 11 de setembro, por meio dos assassinatos, perseguições, torturas e prisões de dezenas de oficiais, suboficiais e soldados legalistas¹¹².

De tal sorte, conforme se radicalizava a crise política, registravam-se episódios de boicote ao governo no interior do próprio setor público. A esse respeito, e guardado sempre o devido distanciamento histórico, são muito interessantes as análises de Lenin sobre a burocracia soviética nos primeiros anos da Revolução Russa e sua metáfora do carro. Em diversos momentos, segundo Lenin, embora o governo (condução política) girasse o volante do carro (Estado) numa direção, esse tomava a direção oposta (Lenin, 1988). Isso indicava que o próprio pessoal de Estado, de maneira consciente ou não, boicotava as medidas do novo governo. É preciso notar, a esse respeito, que boa parte da antiga burocracia estatal (advinda dos tempos do czarismo) permaneceu nos aparelhos de Estado, apesar do triunfo de uma revolução política com objetivos socialistas.

¹¹¹ De acordo com Moniz Bandeira, no entanto, o sentimento no interior do Corpo de Carabineiros poucos meses antes do golpe em relação ao governo era desfavorável; que seu moral estava baixo em função dos salários defasados e da escassez de alimentos que também os atingiam, além de verem restringidas suas funções “tradicionais” de repressão, em virtude de ordens tais como a de não intervir contra as ocupações de propriedades, etc., enquanto os coronéis e generais mantinham, no geral, uma postura “neutra”. Mais precisamente, a UP mantinha relação com 13 dos 15 generais do Corpo de Carabineiros, sendo que dois destes eram abertamente favoráveis à Allende (Moniz Bandeira, 2008, 443).

¹¹² Dois dos casos mais emblemáticos foram os do General da Aeronáutica Alberto Bachelet, preso e torturado dias após o golpe de Estado num quartel da Força Aérea por seus próprios ex-companheiros de armas, vindo a falecer em cárcere no ano seguinte em função dos maus tratos sofridos; e do próprio ex-Comandante Chefe das Forças Armadas Carlos Prats, assassinado num violento atentado terrorista a bomba em Buenos Aires, em 1974.

Entretanto, a autonomia da burocracia estatal não deve ser pensada como o elemento definidor da autonomia do próprio Estado capitalista sendo, antes disso, sua consequência. Mais uma vez, vale notar que a autonomia (relativa) do Estado é em relação às classes e frações hegemônicas, autonomia adquirida, nos marcos de um Estado capitalista, pela luta própria luta de classes. Assim, seria um erro considerar que a autonomia advém da presença física de diferentes classes e frações de classe no interior do aparelho de Estado, e que esse Estado é capitalista pela presença direta, em postos chave, das classes dominantes.

2.4.3 Estado Burguês e Contra Poder Popular

Pelo que foi até aqui exposto, torna-se um ponto pacífico que o Estado (burguês), mesmo sendo sempre um Estado de classe – como reiteradamente afirmou em diferentes momentos históricos, a literatura marxiana e marxista até os nossos dias – não deixa de ser por isso, atravessado por lutas e contradições internas, apesar de manter uma unidade política fundamental. Contradições internas que não se resumem somente aos aparelhos de Estado, mas também às suas instituições gerais, como o direito burguês que estabelece formalmente indivíduos “livres e iguais” perante a lei, tal como a representação do conjunto do “povo-Nação” pelo Estado, independentemente da forma de regime político, etc. Aliás, é justamente pelo fato de sê-lo um Estado burguês que ecoam conflitos internos no seio da própria burguesia, além de contradições desta com as classes dominadas, pois uma das condições fundamentais da revolução política e social burguesa foi a abolição dos antigos privilégios estamentários. Em suma, as condições gerais da dominação política burguesa podem, eventualmente, voltar-se contra ela própria¹¹³.

Também devemos notar que o Estado burguês, apesar de sua relativa autonomia frente aos interesses imediatos das classes dominantes, não deixa por isso de ser um momento específico da sociedade de classes, qual seja, o de sua organização política fundamental para a manutenção e reprodução ampliada da própria estrutura de classe dessa sociedade. Tendo isso em conta, pensamos poder avançar a ideia de que o Estado capitalista guarda uma relação fundamental com as próprias relações sociais produzidas por essa sociedade.

E, a essa altura, é necessário fazer um acerto de contas com a leitura realizada pelo próprio Poulantzas a esse respeito. Na sua última obra *O Estado, o poder, o*

¹¹³ “As armas de que se serviu a burguesia para abater o feudalismo voltam-se agora contra a própria burguesia” (Marx & Engels, 1993, 72).

socialismo (1978), Poulantzas desenvolve e aprofunda uma noção de Estado capitalista enquanto “relação social”. Este é um texto bastante polêmico, no qual o autor rompe ao que nos parece, com algumas de suas antigas postulações teóricas referentes ao Estado capitalista. Nesse momento de sua produção, Poulantzas avança uma concepção “relacional” do poder político, tomando Foucault como interlocutor crítico e incorporando as críticas de Rosa Luxemburgo à experiência bolchevique na URSS, num momento em que se aproximava politicamente do eurocomunismo¹¹⁴. No último capítulo daquela obra posicionou-se abertamente por um “socialismo democrático” que fosse capaz de conciliar as instituições de democracia representativa transformadas e os focos autogestores revolucionários de base, em contraposição à estratégia leninista de “duplo poder” que teria posto em oposição as chamadas “liberdades democráticas” (parlamentarismo) e os movimentos revolucionários de democracia direta na base (os soviets), de tal modo que:

O Estado, hoje menos que nunca, não é uma torre de marfim isolada das massas populares. As lutas atravessam o Estado permanentemente, mesmo quando se trata de aparelhos onde as massas não fisicamente presentes. A situação de duplo poder, a luta frontal concentrada num momento preciso, não é a única que permite uma atuação das massas populares no Estado. A via democrática para o socialismo, é um longo processo, no qual a luta das massas populares não visa à criação de um bloco no poder efetivo, paralelo e exterior ao Estado mas aplica-se às contradições internas do Estado (Poulantzas, 1981, 295).

Assim, parecem ser inegáveis as alterações na concepção de Estado do autor e suas correspondentes estratégias para uma transição socialista, uma vez em *Poder político...* o autor trazia, mesmo que de forma implícita, uma estratégia leninista de transição (Codato, 2008, 11). Acreditamos que a noção de Estado enquanto relação social (tal como o capital), da forma que aparece em *O Estado, o poder, o socialismo* entra em choque com o conceito mais preciso de Estado enquanto estrutura jurídico-política.

¹¹⁴ Como assinalou Maurício Tragtenberg, o eurocomunismo surge da crise dos Partidos Comunistas europeus diretamente apoiados no modelo de partido soviético centralista, autoritário e burocrático, sobretudo em países como Itália, França e Espanha: “Refletindo a crise do stalinismo, o eurocomunismo representa uma solução de compromisso com a estrutura autoritária do PC desde sua origem e também tentativas de aproximação à social-democracia, mediante a aceitação do parlamentarismo e do gradualismo como elementos de luta social” (Tragtenberg, 1986, 61). Como elementos positivos dessa tendência, Tragtenberg assinalou a crítica ao modelo soviético de “socialismo”, a reivindicação do pluripartidarismo e da democracia sindical, ao passo que, os aspectos regressivos tendo em vista a luta dos trabalhadores, tem-se um retorno às teses clássicas da social-democracia da II Internacional, a insistência no “gradualismo” como estratégia de luta ante o capital e a supervalorização do “jogo eleitoral” como instrumento para uma transição pacífica para o socialismo (idem, 62).

É necessário considerar que o conceito de “estrutura” na obra de Poulantzas e, em especial, em *Poder Político...* deu margem para diversas interpretações e críticas, uma vez que não há no texto acima mencionado definição precisa sobre o seu significado. De nossa parte, entendemos por “estrutura” um conjunto preciso de práticas e valores capazes de conformar e cristalizar relações sociais, em suma, relações de classes¹¹⁵. Assim, ao falarmos em estrutura jurídico-política, pensamos em termos de valores (o Estado enquanto encarnação da vontade geral e representante do conjunto do povo-nação, etc.), e de práticas condizentes a tais valores (utilização dos aparelhos repressivos e ideológicos com o fito de desmobilizar a organização das classes dominadas, o burocratismo, etc.).

A noção de “relação social” mobilizada por Poulantzas em *O Estado, o poder, o socialismo* que permite ao autor pensar o Estado capitalista, assim como o capital, enquanto: “uma relação de forças ou, mais precisamente, a condensação material de tal relacionamento entre as classes e as frações de classe, da forma como ela é expressa no Estado em uma forma necessariamente específica” (Poulantzas, 1980, 152). O problema da definição de Estado enquanto “condensação material” das relações de classe esbarra no problema da não diferenciação entre “poder de Estado” e “aparelho de Estado”, como bem notou Motta (2010, 391)¹¹⁶. Disso se depreende a grande ênfase dada por Poulantzas em toda aquela obra para o fato de que o Estado é constantemente atravessado pela luta de classes não somente, mas também em função da presença das classes subalternas nos aparelhos de Estado (Poulantzas, 1980). Além da distinção entre poder de Estado e aparelhos de Estado aparecer

¹¹⁵ Num artigo intitulado *Preliminaires à l'étude de l'hégémonie dans l'Etat* (1965), Poulantzas definiu o conceito de “estrutura” enquanto um conjunto de valores que regulam e enquadram práticas sociais (Saes, 48).

¹¹⁶ Portanto, discordamos da tese de Jessop (2009, 133), de que as diferenças encontradas nas obras de Poulantzas resultam apenas de abordagens distintas acerca da questão do Estado (algumas obras seriam de cunho mais teórico, como em *Poder político...*, outras de cunho mais histórico como *O Estado, o poder...*), sendo ambas as abordagens compatíveis com a afirmação presente em obras posteriores a *Poder político...* de que o Estado é uma “relação social”. Por outro lado, também discordamos da periodização da obra de Poulantzas proposta por Codato (2008, 7-8), dividida em três fases, com o Estado sendo pensado enquanto: 1. “estrutura”; 2. “aparelho”; 3. “relação social”. Assim, *Poder político...* se enquadraria na primeira fase e *O Estado, o poder...* na terceira. A obra *Fascismo e ditadura* (1970) na segunda, e os textos *As classes sociais no capitalismo de hoje* (1974) e *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha* (1975), seriam “textos de transição” da fase 2 para a 3. É preciso notar que, de fato, há uma abordagem diferenciada da questão do Estado no conjunto das obras de Poulantzas. Enquanto *Poder político...* é uma obra de caráter eminentemente teórico, que aborda de maneira “abstrata” a questão do Estado em geral, e do Estado capitalista em particular, os textos subsequentes se dedicam a estudos de caráter mais histórico, o que vale sobretudo para *As classes sociais...* e *A crise das ditaduras...* Contra a tese de Codato, vale notar que em *Poder político...* já se encontra uma abordagem bastante desenvolvida acerca da questão dos aparelhos de Estado, da burocracia estatal e de sua “autonomia relativa” (Poulantzas, 1977, 321-54), que será retomada, nos mesmos termos teóricos nas três obras subsequentes (Poulantzas, 1978, 319-29; 1975, 26-38; 169-205; 1976, 71-97). Acreditamos que somente em *O Estado, o poder...*, Poulantzas rompe de forma decisiva com a problemática teórica que vinha desenvolvendo até então.

borrada, há uma aproximação com a concepção foucaultiana de “poder”, como relação ou prática (Motta, 2010, 389).

De nossa parte, pensamos que o Estado capitalista pode ser definido enquanto estrutura jurídico-política específica que tem por objetivo primordial a manutenção de uma unidade político-social e que contribui fundamentalmente para conformar, por assim dizer, relações sociais específicas (relações de classe). Partindo daí, temos que a ligação entre Estado capitalista e relações sociais capitalistas é, de fato, bastante estreita, mas nem por isso o Estado poderia ser entendido enquanto “relação social”, propriamente. Se assim o fizéssemos, seria sob o risco de desconsiderar a especificidade estrutural capaz de dotar o Estado burguês de certa autonomia relativa. Talvez tal questão possa ser mais bem elucidada se tomássemos a estrutura estatal enquanto “forma política”.

Dizia Marx que o segredo da mercadoria reside precisamente na sua “forma”. Pensamos que o mesmo princípio pode ser aplicado ao Estado. Se a forma mercadoria iguala todos os agentes envolvidos no circuito produção-reprodução-circulação enquanto compradores e vendedores de mercadorias “livres” e “iguais”, também a forma estatal numa formação social hegemônica pelo modo de produção capitalista igualará todos os indivíduos enquanto cidadãos de direito, representados pelo Estado-nação, por meio de uma série de mecanismos, entre eles, o direito burguês e o burocratismo (Poulantzas, 1977b). Assim sendo, concordamos com a proposição de Mascaro, segundo a qual: “A forma política estatal, sendo autônoma em relação aos indivíduos, grupos e classes, assim o é apenas relativamente, porque espelha, estrutural e necessariamente, a própria reprodução capitalista. *Não é pelas classes que o dominam, mas pela forma, que o Estado é capitalista*” [grifos nossos] (Mascaro, 2013, 50).

Daí podermos afirmar então que o *conteúdo* de classe do Estado capitalista está intrinsecamente subordinado à sua *forma*. Portanto, na relação necessariamente dialética entre forma e conteúdo, consideramos que o primado reside precisamente na “forma”. E é justamente nesse sentido aqui apontado de “forma estatal”, que Marx e Engels diriam que alguns pontos do *Manifesto do Partido Comunista*, haviam “envelhecido” com o passar do tempo e, em especial, com a experiência histórica da Comuna de Paris de 1871. Para eles, a Comuna havia demonstrado, principalmente, que não bastava à classe operária, numa revolução, que esta se apoderasse da máquina estatal existente para dela servir-se, sendo antes necessário destruí-la (Marx & Engels, 1993, 42).

E como a máquina estatal burguesa foi “destruída” pela Comuna de Paris? Algumas de suas principais medidas foram a supressão do Exército permanente pelo “povo

armado”; a eleição de todos os conselheiros municipais comunais por sufrágio universal e direto, sendo que além de elegíveis eram responsáveis perante a população, seus mandatos revogáveis e recebiam um salário de operário, sendo o mesmo válido para todo o funcionalismo público, até mesmo para magistrados e juízes; a publicização de todos os atos tomados pela Comuna, inclusive daqueles que se demonstraram falhos; prática da democracia direta na fábrica por meio da eleição de chefes e gerentes (Marx, 2011, 58-9). Todavia, a grande medida social da Comuna não residia num decreto ou corpo de normas em especial, mas antes, em “sua própria existência produtiva”, de modo que as medidas tomadas não podiam expressar senão a tendência de um “governo do povo pelo próprio povo”¹¹⁷ (idem, 64). Portanto, era de sua própria forma social e política radicalmente nova que emergia o caráter verdadeiramente revolucionário da Comuna, o segredo dessa esfinge tão atordoante para o espírito burguês, como dizia Marx.

Nessa linha de análise, acredita-se que num contexto de transição para o socialismo as classes populares não dominarão da mesma forma e pelos mesmos meios que a burguesia e demais frações de classe aliadas governaram. Assim, e esse é um ponto polêmico que dever ser enfrentado, a própria noção de “ditadura do proletariado” apresenta-se como problemática. Se aceitarmos a ideia de que a transição para o socialismo deve ser obra da imensa massa de trabalhadores pelos próprios trabalhadores, então o poder político não mais se exerce por e para uma pequena minoria em nome de todos, pelos meios tradicionais do Estado burguês. É verdade que o conteúdo de classe desse Estado permanece, mas a sua forma (se esse for mesmo um Estado de transição para uma sociedade sem classes) já não é mais a mesma. Por ser o governo da maioria pela maioria, o caráter ditatorial do Estado se perde, e esse não mais pode ser entendido na sua forma enquanto uma ditadura, mas mais propriamente como uma democracia, não a “democracia” do capital, evidentemente.

Assim, e ao que nos parece, a concepção de “ditadura do proletariado” deposita grande ênfase no “conteúdo” de classe do Estado, de qualquer tipo histórico de Estado. Mas como tentamos argumentar, na dialética entre forma e conteúdo, é o primeiro elemento desse par dialético que detém a primazia e, portanto, a “forma” do Estado socialista já não seria ditatorial (embora não neguemos que todo Estado pressupõe domínio de classe). Indo além, acreditamos que a noção de “ditadura do proletariado” só seria de fato válida se fosse válida também a proposição original contida no *Manifesto...*, segundo a qual o

¹¹⁷ Para Machado (2011), a breve experiência da Comuna esteve calcada no tripé do anti-burocratismo, da democracia direta e do pluralismo político-ideológico, de modo que as formas de organização dos trabalhadores e demais classes populares foram congruentes com os objetivos pelos quais lutavam.

proletariado deve tomar em mãos a máquina estatal burguesa e utilizá-la a seu favor (Marx & Engels, 1993, 86), ou seja, sem a necessidade de destruí-la. Com tudo isso, queremos apontar na direção de que a “forma” Estado só faz sentido se for pensada enquanto conformadora de relações sociais.

No caso chileno, essa nova “forma” que deveria substituir o Estado burguês deveria ser, como já assinalamos com anterioridade, o “poder popular”. Todavia, analisar esse poder popular não é tarefa fácil, uma vez que nem mesmo dentro da própria esquerda chilena (e do governo Allende), havia clareza de qual devia ser o seu significado, embora prevalecessem duas grandes linhas políticas. Numa delas, o “poder popular” teria por função dar apoio às medidas e iniciativas do governo; na outra, deveria constituir a organização de um “duplo poder” efetivo, antagônico ao Estado burguês, embora não necessariamente ao próprio governo. Ademais, surge o problema da própria periodização política, por assim dizer, da experiência chilena, ou seja, o “poder popular” tal como previsto no programa da UP, antes de vencer as eleições presidenciais de 1970 se ajustava claramente à perspectiva da via chilena de transição ao socialismo (Unidade Popular, 2013), a partir de outubro de 1972, a perspectiva de “poder popular” já não é mais a mesma, embora a defesa do governo Allende ainda fosse um fator decisivo¹¹⁸.

Embora o poder popular, em diferentes momentos da experiência chilena, fizesse referência à organizações diversas tais como as JAP's, o movimento de *pobladores* por moradia, as ocupações urbanas (sobretudo de indústrias) e camponesas, a organização de comandos comunais, etc., a forma mais desenvolvida desse “poder popular” se constituiu na experiência dos Cordões Industriais, sobretudo a partir de outubro. Como salientamos na primeira parte do capítulo, isso se deve a que sua forma de organização articulava de mais organicamente o movimento operário (para além da tradicional divisão sindical) e o movimento popular “fora” das fábricas.

Todavia, os Cordões, enquanto forma mais avançada desse “poder popular” não chegaram a constituir um “duplo poder”, ou seja, de uma alternativa real de poder político antagônica ao Estado burguês. Mesmo considerando a importância e a riqueza dessa nova forma de organização, fundamental para evitar que se concretizasse um golpe de Estado já em 1972, e a capilaridade que assumiu junto ao movimento popular e operário, os Cordões não puderam ir além de um de catalisador de grupos que aspiravam à radicalização da política do governo (Faundez *apud* Borges, 104), de tal sorte que o apoiavam (mantendo certa

¹¹⁸ Interessa notar que a perspectiva de “poder popular” enquanto “duplo poder” havia sido exposta, pela primeira vez, na Assembleia do Povo de Concepción, em julho de 1972.

independência), embora o governo não cogitasse agir fora da legalidade (e algumas das exigências dos Cordões exigiram tal proceder).

O momento de maior distanciamento entre os Cordões e o governo se deu dias antes da concretização do golpe de Estado, e foi expresso numa carta pública enviada à Allende, onde dizia que o programa da UP só poderia ser realizado caso houvesse confiança na ação das próprias massas populares, que até então o haviam apoiado e defendido de forma incontestada, destacava várias oportunidades perdidas pelo governo (carente de “decisão revolucionária”) para passar à ofensiva política, além de alertar para a iminência de um golpe fascista (Coordinadora Provincial de Cordones Industriales, *et al*, 2013, 1-3). Ademais, exigia-se do presidente o cumprimento imediato de 12 medidas específicas que, em linhas gerais, apontavam para a necessidade de combater energicamente aos setores e organizações que boicotavam a economia do país, bem como aos militares sediciosos; defesa do controle direto da produção e distribuição pelas próprias massas, avançando na constituição da APS; fim da Lei de controle das armas; defesa resoluta aos líderes políticos populares perseguidos pela direita (*idem*, 5-6).

Assim, embora no calor da própria luta política, tenham emergido exemplos de auto-organização dos setores populares, esses não puderam se desenvolver a ponto de oferecer uma sólida alternativa ao Estado burguês. Sem dúvida, as enormes divergências no interior da própria esquerda sobre o caráter do “poder popular”, como vimos, contribuíram para esse processo, embora não tenha, em nossa opinião, constituído sua causa principal. Essa foi a própria existência e articulação das classes politicamente antagônicas às classes populares e ao governo que, ademais, contavam com a própria estrutura estatal burguesa, que organizando o interesse das classes dominantes, necessariamente desorganiza o interesse político das classes dominadas, quando essas se põem em luta.

CAPÍTULO 3

DEMOCRACIA E TRANSIÇÃO SOCIALISTA: UM DEBATE TEÓRICO-POLÍTICO

Nesse último capítulo, nosso objetivo é debater a experiência política da UP, sob a ótica da discussão da democracia e do socialismo. Mais especificamente, procuramos problematizar a noção teórica comumente aceita de “democracia”, qual seja, a democracia liberal (e algumas de suas principais correntes); qual é seu caráter, pressupostos fundamentais, e sua relação com a luta de classes. Como a “via chilena” de transição ao socialismo se relacionou com a democracia vigente (entendida enquanto forma de regime e forma de Estado), quais foram as potencialidades e limites para a luta das classes exploradas? Já num segundo momento, avançamos uma breve discussão acerca daquilo que consideramos aspectos básicos inerentes à transição socialista em geral, e como isso se deu na experiência chilena em particular. Tais temas são desenvolvidos nos dois primeiros tópicos desse capítulo.

Finalmente, desenvolvemos no último tópico um quadro geral do controverso debate sobre as causas da derrota do projeto político encampado pela UP. Por meio de discussão com autores (alguns deles que viveram a experiência chilena e participaram do governo Allende), reolocamos algumas das divergências políticas mais importantes existentes no seio da esquerda chilena e de seus partidos e organizações, procurando a partir de uma leitura nossa, apontar virtudes e insuficiências das principais perspectivas, com o intuito de estabelecermos uma síntese satisfatória.

3.1 QUAL DEMOCRACIA?

Durante todo o trabalho, em especial no primeiro capítulo, fizemos referências diversas à “democracia chilena” e seu histórico de relativa estabilidade como uma das causas (somada, obviamente, a uma forte mobilização popular) que permitiu a um governo como o da UP (por muitos considerado “revolucionário”) conquistar por via do sufrágio o Executivo político e dominá-lo por três anos. Ademais, durante o próprio governo popular, como vimos, o conceito mesmo de “democracia” passaria a ser disputado na e pela própria luta política. Nesse tópico, pretendemos realizar uma breve discussão sobre a “democracia” (enquanto conceito) e seus significados. De forma resumida, pode-se afirmar que o ponto crucial do extenso debate teórico-político produzido desde o século XIX poderia ser, em grande medida, sintetizado no seguinte ponto: o que é a “democracia”? Adjacente a

essa primeira interrogante, emergem outras duas: qual é o seu caráter? Seria ela um “valor universal”? Indo além, qual é a sua potencialidade (caso a tenha) para uma estratégia de trânsito ao socialismo?

A discussão acerca do significado da moderna noção de democracia é extensa, porquanto seja extenso o uso do próprio termo. Nesse sentido, antes de lançarmos um olhar sobre a questão teórica, vale notar que as divergências são, ao que nos parece, de ordem fundamentalmente política e ideológica, passando desses campos para a teoria social. Foi com a primeira onda revolucionária que sacudiu a Europa durante a década de 1840, e que ficou conhecida como a “primavera dos povos”, que a questão da democracia seria decisivamente colocada aos movimentos de esquerda, sobretudo ao nascente movimento sindical e trabalhista. Com efeito, a questão central que emergia no pós-1848 para a esquerda europeia foi a de como “tornar social a democracia” (Eley, 2005, 46). A partir de então, a concepção de uma “democracia social” passava a se contrapor decisiva e paulatinamente a uma visão liberal de mundo. Assim, o significado da moderna noção de democracia passaria a ser disputado enquanto visão de mundo e esse movimento essencialmente político, como já o notamos, trazia consigo desdobramentos no campo da produção teórica.

A esse respeito, são instrutivas as indicações presentes na obra do filósofo e senador italiano Gaetano Mosca, *Elementos de Ciência Política* (1896), por muitos considerada a propulsora do elitismo teórico e da própria Ciência Política enquanto disciplina especializada. Nessa obra, Mosca, que era politicamente conservador, havia se erguido contra os dois grandes monstros de seu tempo: a democracia e o socialismo e, em especial, contra uma terceira forma que conjugava as duas anteriores, a “democracia social” (Bobbio, 2002, 205) ou, se quisermos, a socialdemocracia de seu tempo. Sua preocupação central foi desenvolver uma “teoria da classe política”, capaz de demonstrar quem são aqueles que governam, efetivamente, uma determinada sociedade, questão incitada pela descoberta histórica (em moldes positivistas) de que, em todas as sociedades, existe e sempre existiu uma “classe” particularmente dedicada ao exercício de governar (idem, 204), assim, servindo as “classes políticas” sábias e iluminadas: “A tarefa positiva da ciência política era, em uma palavra, a de impedir, prevendo-as, as revoluções, e em geral os cataclismos sociais” (ibidem, 208).

Devemos ter em conta que Mosca se colocava abertamente e de forma bastante honesta no campo antidemocrático. Muitos de seus seguidores ou continuadores teóricos (“elitistas”), entretanto, se colocariam no campo “democrático”, a partir é claro, de uma visão restritiva da democracia, qual seja, da democracia como mero método institucional

para a escolha de líderes políticos devidamente destacados da “massa/povo”¹¹⁹. Em resumo, tais autores passariam a desposar a democracia numa perspectiva conservadora, desde que aquela estivesse devidamente depurada do elemento de participação popular ativa produzindo, como resultado, um quadro no qual:

Hoje, no mundo ocidental, todos se consideram democratas. Esse fato representa uma extraordinária mudança com relação à situação predominante há cento e cinquenta anos. Em parte, isso se tornou possível graças a uma drástica redução no elemento de participação popular que havia na concepção original grega de democracia. A disseminação de uma teoria justificando tal redução contribuiu muito, no campo ideológico, para que ela ocorresse. A teoria elitista, como é usualmente chamada, sustenta que a democracia só pode funcionar e sobreviver sob uma oligarquia *de facto* de políticos e burocratas profissionais; que a participação popular deve ser restrita a eleições eventuais; que, em outras palavras, a apatia política do povo é algo bom, um indício de saúde da sociedade (Finley *apud* Machado, 2005, 262).

Assim, a evolução das teorias “democráticas” de corte elitista e suas correlatas¹²⁰ surgem da necessidade de disputar a própria noção de democracia, que passava a ser esposada por diferentes forças político-ideológicas a para justificar os fins mais diversos. E, conforme todos passavam a se considerar “democratas”, a democracia passou a comportar, no campo teórico uma série de adjetivações. A esse respeito, Machado elencou alguns dos exemplos mais conhecidos na literatura referente ao tema: democracia direta, social, burguesa, parlamentar, do bem-estar social, competitiva, populista, desenvolvimentista, participativa, representativa, ateniense, empírica, poliárquica, protetora, liberal, maximalista, minimalista, nacional, clássica, moderna, formal, real (não-formal), dos grupos financeiros (transnacional), restrita, socialista, operária, popular, delegativa, madisoniana, excludente, como valor universal, de baixa intensidade, de alta intensidade, condicional, tutelada, de massa, etc. (Machado, 2005, 269).

Logo, a noção de democracia enquanto “valor universal”, independentemente do campo teórico do qual emerja, se mostra equivocada¹²¹. Entendemos

¹¹⁹ Evidentemente, não temos a intenção de esgotar nesse espaço o debate acerca da chamada “teoria das elites”, de modo que não trataremos de forma minuciosa as diferenças entre teorias e autores elitistas, uma vez que não é esse o nosso objeto. Citamos alguns autores vinculados a essa tradição teórica, apenas na medida em que suas abordagens nos auxiliem no desenvolvimento do nosso tema.

¹²⁰ Pensamos especialmente nas teorias de corte institucionalista e neo-institucionalista, que exerceram (e ainda exercem) grande hegemonia no interior da Ciência Política.

¹²¹ No campo marxista, tal noção foi desenvolvida no Brasil por Carlos Nelson Coutinho, em um texto que geraria grande debate no interior da esquerda marxista, no contexto de debates em função da perspectiva de “redemocratização” do país. Calcado numa visão de corte hegeliano inspirada em Lukács e dialogando com as posições do eurocomunismo europeu (sobretudo com as de Pietro Ingrao, do Partido Comunista Italiano),

que a democracia não constitui um valor universal, justamente na medida em que revela um corte de classe. No mais, seria um erro pensar a democracia meramente enquanto “regime político”, ou seja, como aquilo que transparece na cena política. Contrariamente, seus fundamentos mais profundos devem ser buscados na própria constituição mesma do Estado capitalista. Logo, compartilhamos da opinião de Saes, para quem as análises teóricas que desvinculam a chamada “democracia política” (regime político) da questão do Estado burguês perdem de vista o fundamental, a saber, a dimensão desse Estado enquanto estrutura jurídico-política de tipo particular (Saes, 1998, 17).

No entanto, sendo a democracia, enquanto forma de regime, condicionada pelo Estado burguês, e sendo esse Estado uma estrutura classista, existiria alguma diferença de fato real na forma de regime político vigente para a luta das classes populares? Noutros termos, se o Estado capitalista é sempre um Estado de classe, há diferença efetiva entre regime político democrático, em moldes liberais e regime de exceção? Ou, contrariamente, essa democracia política não passa de invólucro político e ideológico? São interessantes, a esse respeito, as indicações apontadas por Lenin às vésperas da Revolução Russa de 1917: “A república democrática é o melhor invólucro político para o capitalismo, e por isso o capital, depois de se ter apoderado [...] deste invólucro, que é o melhor, alicerça seu poder, tão solidamente, que *nenhuma* substituição, nem de pessoas, nem de instituições, nem de partidos na república democrática burguesa abala este poder” (Lenin, 1988, 231). Mais adiante, entretanto, Lenin também afirmava: “Somos pela república democrática como melhor forma de Estado para o proletariado sob o capitalismo, mas não temos o direito de esquecer que a escravatura assalariada é o destino do povo mesmo na república burguesa mais democrática” (idem, 235).

Portanto, a democracia política sob o Estado burguês apresenta um aspecto ambíguo: de invólucro mais bem acabado (quando comparado a uma forma de Estado não democrático-liberal) para a dominação das classes dominadas, por um lado; e, por outro, da

Coutinho se preocupa em verificar a “gênese” das objetivações ou formas de relacionamento social que compõem o arcabouço institucional da democracia política (buscando seus elementos “genéricos” ou “universais”), de tal sorte que a relação entre democracia socialista e democracia liberal seja de superação dialética, com a primeira eliminando, conservando e elevando a nível superior as conquistas da segunda (Coutinho, 1984, 35). Assim, a articulação entre organismos populares de democracia direta na base (como os conselhos operários) e mecanismos de representação indireta (Parlamento) fariam com que, numa “democracia de massas” (termo de Ingrao), estes últimos adquiram uma nova função e elevem seu grau de representatividade, na medida em que se torne uma *síntese política* dos vários sujeitos políticos coletivos (idem, 31-2). Tais proposições trazem interessantes pontos de contato com a perspectiva de um “socialismo democrático” defendida por Poulantzas na sua última obra *O Estado, o poder, o socialismo*. Vale a pena notar que ambos os textos são influenciados pelas teses eurocomunistas estando inseridas num mesmo contexto histórico de crise e redefinição teórico-ideológica da esquerda em seu conjunto. O texto de Poulantzas foi publicado pela primeira vez em 1978, e o de Coutinho, em 1979.

melhor forma política (nos marcos de um Estado burguês) a qual as classes populares podem, dependendo da conjuntura concreta, se utilizar no intento de organizarem seus interesses. Assim, a democracia (forma de Estado condicionante de um regime democrático, como expressou Lenin), não corresponde por inteiro nem ao interesse das classes dominantes, tampouco ao das classes dominadas; ambas as classes se veem obrigadas a fazer concessões (Saes, 1998, 155). Em suma, foram as lutas de classes que forjaram a democracia e o Estado modernos, obrigando com que a burguesia e demais classes e frações aliadas se vissem obrigadas, dependendo da conjuntura política concreta, a realizar “concessões” políticas às classes exploradas e dominadas. Ao longo dos séculos XIX e XX, a conquista do sufrágio universal pelas classes trabalhadoras talvez constitua o exemplo mais eloquente a esse respeito¹²².

Dessa forma, pode-se dizer que a democracia (“regime”) e a forma de Estado democrático que a condiciona pode, numa determinada conjuntura de crise estrutural da sociedade, constituir uma ameaça à dominação política burguesa. Em outras palavras, a democracia burguesa por mais “limitada” que seja pode ser descartada pela própria burguesia em momentos de aguda crise social. Dessa maneira, além de tensões pontuais, pode se desenvolver uma contradição entre “Estado democrático” e capitalismo. Como destaca Wood: “A própria condição que torna possível definir democracia como se fez nas sociedades liberais capitalistas modernas é a separação da esfera econômica e sua invulnerabilidade ao poder democrático” (Wood, 2011, 202). A partir dessa definição, torna-se possível até mesmo invocar a “democracia” em defesa da redução dos direitos democráticos (idem).

No campo do elitismo de corte liberal (“democrático”), talvez tenha sido o economista austro-americano Joseph Schumpeter quem expressou essa ideia da forma mais clara, numa obra que exerceu bastante influência no pensamento político acadêmico, sobretudo norte-americano. Para ele, uma das condições fundamentais para que o “método

¹²² Fazendo uma breve análise da formação da democracia burguesa no século XIX, na sua relação com a luta das massas populares, Saes afirma: “O que, nesse momento, move as massas populares não é a aspiração ao sufrágio universal, à representação popular, ao Parlamento, e sim a aspiração à distribuição da riqueza material. A ideologia que as empurra para a ação não é, portanto, o democratismo republicano, e sim o igualitarismo sócio-econômico, de cunho material” (Saes, 1998, 155). Como lembra Marx n’*O 18 Brumário*, quando lutou de armas na mão para derrubar a decadente monarquia de Luís Filipe (representante da grande burguesia financeira, industrial e comercial), o proletariado parisiense desejava instaurar uma “república social”, e a burguesia, no seu conjunto, nada queria conceder-lhe além de uma república burguesa (“democrática”), baseada no sufrágio universal (Marx, 1977, 24-5). Isso não significa, todavia, que as transformações democráticas do Estado burguês tenham correspondido *pari passu* às aspirações da burguesia, uma vez que a intenção desta, após suplantado o domínio da aristocracia não era instaurar uma igualdade política formal, mas sim uma nova desigualdade política formal, que favorecesse o conjunto das classes proprietárias e desfavorecesse o conjunto das classes trabalhadoras (Saes, 1988, 158).

democrático”¹²³ pudesse ser aplicado com êxito era aquilo que denominava de “autocontrole democrático”. Um dos componentes desse autocontrole é a noção necessária ao cidadão-eleitor, de que há uma clara divisão do trabalho entre eleitores e os políticos (elite política) que elegem, de que àqueles, numa democracia, não cabe o papel de instruir os políticos eleitos sobre como devem governar, devendo ficar também interdita práticas como “bombardeá-los” com cartas e telegramas (Schumpeter, 1984, 366-7).

A democracia schumpeteriana, como mecanismo de seleção de líderes políticos, obedece a uma lógica idêntica à do mercado capitalista e da publicidade comercial, de modo que a vontade do eleitor, assim como a do consumidor não seria uma vontade “genuína”, mas sim necessariamente “manufaturada”. Esse seria um dos fundamentos constituintes da própria “Natureza Humana na Política” (Schumpeter, 1984, 329). Em suma, sua democracia é uma democracia de mercado¹²⁴. É importante notar que as reflexões do autor tiveram um extraordinário impacto sobre o desenvolvimento da teoria democrática formulada no pós Segunda Guerra, sobretudo nas ainda recentes disciplinas de Sociologia e Ciência Política, que começavam a se institucionalizar (Held, 1987, 150). Não por acaso, destacava Carole Pateman, na década de 1970, que a teoria democrática até então mais aceita, em especial nos Estados Unidos, negligenciava abertamente o papel da participação política popular, inclusive denunciando seus perigos (Pateman, 1992, 9-10).

Por outro lado, as teorias da “democracia participativa” e congêneres (influenciadas pelos movimentos contestatórios estudantis dos anos 1960, que receberiam a acunha de “nova esquerda”), ao proporem uma crítica veemente ao modelo elitista, sem romper com a própria lógica da democracia liberal¹²⁵, se mostrariam insuficientes. De modo geral, os teóricos da participação defendiam a ideia de que a participação política do cidadão

¹²³ Na perspectiva schumpeteriana, a democracia deve ser entendida apenas como um método político, um tipo específico de arranjo institucional para a escolha de líderes políticos que disputam livremente os votos dos eleitores (embora mecanismos de fraude, concorrência injusta e restrição de concorrência, assim como no mercado, estejam também presentes nas refregas eleitorais) (Schumpeter, 336-8). As outras pré-condições para o bom funcionamento de seu “método democrático” são: que o “material humano da política” seja de qualidade suficientemente alta, a ser buscado num estrato social específico (este mesmo produto de um processo extremamente seletivo), capaz de disponibilizar elementos da população vocacionados para a política; a competição entre líderes e partidos rivais não pode se estender para além de uma esfera restrita de questões políticas; a existência de um corpo burocrático bem treinado e independente, advindo de um estrato social de qualidade adequada e prestígio correspondente, e; a necessidade de grande dose de tolerância quanto a diferenças de opinião (idem, 361-8).

¹²⁴ Como bem notara Macpherson, no arcabouço teórico de Schumpeter a democracia funciona tão somente como um mecanismo de mercado, onde os votantes são os consumidores e os políticos os empresários, e nesse sentido: “Não surpreende que o homem que primeiro propôs esse modelo fosse um economista que passou toda a vida elaborando modelos de mercado” (Macpherson, 1978, 83).

¹²⁵ A marca da tradição liberal-democrática do século XIX em diante foi a aceitação de uma sociedade dividida em classes, a qual propunha ajustar uma estrutura democrática, baseada no princípio do sufrágio universal (Macpherson, 1978, 17).

comum é boa em si mesma, na medida em que contém um elemento educativo que o move e ao mesmo tempo em que o capacita a tomar parte em questões políticas relevantes sem, entretanto, na nossa visão, problematizar os fundamentos últimos da sociedade capitalista.

A esse respeito, por exemplo, a noção apresentada por Carole Pateman de democracia nas indústrias e fábricas, deveria conciliar um altíssimo grau de participação e gestão dos trabalhadores, em todos os escalões hierárquicos de uma unidade produtiva, com o princípio de eficiência econômica (Pateman, 1992, 112). Não por acaso, a autora se utilizou de estudos disponíveis no campo da administração de empresas, que apontavam que a maior participação dos trabalhadores tendia a trazer benefícios para estes e para a própria empresa (idem, 80). Interessa ter em conta a extraordinária influência que teorias desse matiz exerceram e ainda exercem no campo da Ciência Política e da teoria democrática em geral.

Todavia, sabemos que “liberalismo” e “democracia” (enquanto expansão e universalização do sufrágio e direitos políticos correlatos) não são sinônimos e que, historicamente, sua relação foi bastante conflituosa (Bobbio, 2005, 7-8; 37). Assim, parece haver uma forte incongruência entre participação política popular (democrática) ativa e liberalismo, de modo que a tendência seja de prevalectimento de um dos polos dessa equação em detrimento do outro. A experiência chilena nos deu mostras significativas a esse respeito.

É interessante notar que no Chile, a propaganda ideológica promovida pela direita contra o governo Allende tocava sempre no tema do “totalitarismo”, de modo a inferir que o governo da UP agia fora da legalidade democrática. Numa ação redigida pela Câmara dos Deputados três semanas antes da concretização do golpe de Estado, se acusava o governo de tolerar e fomentar:

[...] organismos que son sediciosos, porque ejercen una autoridad que ni la Constitución ni la ley otorgan, con manifiesta violación de lo dispuesto en el art. 10, nº 16, de la Carta Fundamental, como por ejemplo, los Comandos Comunales, los Consejos Campesinos, los Comités de Vigilancia, las JAP, etc., destinados todos a crear el mal llamado “Poder Popular”, cuyo fin es substituir los poderes legitimamente constituidos y servir de base a la ditadura totalitaria, hechos que han sido públicamente reconocidos por el Presidente de la República en su último Mensaje Presidencial y por todos los teóricos y medios de comunicación oficialista (Urzua Valenzuela, 1992, 681).

Portanto, as próprias organizações que conformavam o “poder popular” estariam em flagrante contradição com a institucionalidade democrática chilena, uma vez que constituiriam os embriões de uma ditadura totalitária (Urzua Valenzuela, 1992, 681). Esses poderes paralelos, permitidos e amparados pelo governo, além de ilegítimos constituíam um

gravíssimo perigo à nação, na medida em que ameaçavam destruir os elementos essenciais da institucionalidade e do Estado de direito. A tais afirmações, Allende responderia que seu governo havia sido o mais democrático da história chilena, e que seu objetivo era desenvolver a democracia e o Estado de direito até suas últimas consequências (idem, 682). Fora do Parlamento, as massivas campanhas publicitárias da direita também invocavam, constantemente, o tema do perigo totalitário, ao qual se vinculavam reiteradas denúncias de ataques à propriedade privada¹²⁶ (Aggio, 1993, 141).

Não há lugar a dúvidas que no período do governo da UP, o Chile experimentou o maior grau de mobilização político-popular de toda sua história. Logo, resta-nos questionar se a democracia (entenda-se, burguesa), é capaz de se sair bem em contextos de mobilização popular contínua. A esse respeito, a resposta dos pensadores elitistas nos parece mais satisfatória que a dos participacionistas. Com isso, queremos afirmar que a participação e mobilização popular além de não constituírem pré-requisito necessário para o funcionamento estável da democracia liberal-burguesa, não são desejáveis para se alcançar tal fim e, portanto, devem ser evitados. Se, por outro lado, entendermos democracia enquanto sinônimo de “participação política”, como fazem os participacionistas, então temos que a democracia liberal-burguesa não é democrática.

Seria possível ainda que algum defensor do paradigma liberal-burguês de democracia objetasse que tal democracia seja sim compatível com a participação popular, desde que essa não se constituísse, por influência de forças políticas externas não dispostas a respeitar as regras do jogo democrático (como partidos marxistas, por exemplo), numa força “totalitária”. Assim, o perigo totalitário estaria sempre presente e esse argumento poderia levar liberais convictos a crerem que a democracia deve ser “tutelada” de alguma forma, argumento em nada estranho à doutrina liberal¹²⁷. Em suma, poderia ser necessário proteger o povo de seus próprios equívocos.

¹²⁶ Um editorial do principal jornal do Chile, *El Mercurio*, em 15 de outubro de 1972, no auge da paralização patronal que teve lugar naquele mês, incitava claramente os militares à subversão contra o governo em nome da própria legalidade. O argumento é bastante engenhoso: “[...] si la legalidad está siendo usada para sacar al país de los quicios constitucionales y para implantar la dictadura del proletariado en forma paulatina, se daría la paradoja de que los actuales defensores del orden público (es decir, las fuerzas armadas) estarían del lado de la revolución marxista – esto es, por definición, contra el orden vigente – mientras que los que desobecen a esa autoridad revolucionaria estarían del lado del orden público y de las garantías constitucionales” (Harnecker, 1998, 38). O jornal em questão era controlado por um dos maiores grupos econômicos do país, possuidor de estreitas relações com o governo norte-americano.

¹²⁷ O modelo teórico da democracia “protetora”, desenvolvida a partir da primeira quadra do século XIX, visando garantir a igualdade dos indivíduos adultos e masculinos em sufragar, ao mesmo tempo em que protegia os “frutos do trabalho” (riqueza e propriedade, como condicionantes da felicidade individual), e que está na base da doutrina utilitarista, é um bom exemplo a esse respeito (Macpherson, 1978, 30-3). Sem

Ademais, se considerarmos o “totalitarismo” enquanto uma noção genérica para designar formas de ataque à propriedade privada (e essa foi a regra observada nos ataques político-ideológicos dirigidos pelos setores pró-capitalistas à UP), então a mobilização política teria de estar necessariamente vedada a amplos setores populares, uma vez que: “A aspiração a uma distribuição igualitária da riqueza é um elemento ideológico próprio às classes dominadas de todos os modos de produção (escravista, feudal, capitalista); em suma, um invariante ideológico das classes dominadas” (Saes, 1998, 155). Com isso, não é nossa intenção afirmar que as classes dominadas, invariavelmente, organizarão seus interesses no sentido de pleitear uma distribuição igualitária da riqueza socialmente produzida, o que só pode, evidentemente, ser observado em conjunturas específicas a depender, fundamentalmente, do nível da luta de classes (e só há luta de classes quando há classes em luta). Todavia, esse é um risco político ao qual as classes dominantes estão potencialmente sujeitas.

Não por acaso, pudemos observar que no Chile, a “crise da democracia” parece ter apresentado um correlato com os intentos de regulação via reforma e, posteriormente, com a tentativa de socialização da propriedade privada. A esse respeito, Gómez Leyton assinala a insuficiência da maioria das análises acadêmicas que procuram explicar a “crise do sistema político” chileno a partir da crise dos partidos e que usualmente atribuem tal crise ao papel deficitário desempenhado pelo “centro” político. Dentro de tal perspectiva, prevalecem duas grandes linhas: uma delas destaca a aguda polarização partidária (direita-esquerda) sob o governo da UP como causa de tal crise; já a outra, sustenta que sua razão principal foi a não participação de um centro pragmático no poder, o que teria permitido certa acomodação política e evitado a polarização entre dois extremos¹²⁸. Em ambas as teses:

[...] subyace la idea de que la destrucción del régimen democrático nacional se habría evitado si tanto los partidos de la UP como la Democracia Cristiana hubiesen flexibilizado sus posiciones em función no de sus proyectos históricos sino de la continuidad misma del régimen democrático (Gómez Leyton, 2006, 173).

embargo, grande parte do esforço realizado pelos teóricos da democracia liberal, por volta dos dois últimos séculos, foi o de equacionar a relação entre democracia (“sufrágio igualitário”) e propriedade privada.

¹²⁸ Esse enfoque dado por grande parte dos comentaristas (em especial chilenos) à crise do “sistema de partidos” para explicar a crise política durante o governo da UP está presente em diversos autores aos quais nós mesmos fazemos referência, em especial no primeiro capítulo de nosso trabalho. A esse respeito e tendo em vista a existência de diferenças entre seus trabalhos, podemos destacar as obras de Aggio (1993); Bravo & Moulián (1981); Gazmuri (1988); Moulián & Torres-Dujisin (sem data); Moulián (1982a; 1982b); Torres-Dujisin (1989); Varela & Videla (1974); e Urzua Valenzuela (1987; 1992).

Tais visões exerceriam seu efeito sobre a esquerda chilena, que deveria passar a abrir mão de suas utopias políticas e históricas em detrimento da formação de alianças políticas amplas e duradouras (Gómez Leyton, 2006, 174). Isso ajuda a explicar a mutação ideológica e política dos partidos de esquerda no contexto pós-redemocratização, que deveria ter como pano de fundo a aceitação tácita do casamento entre democracia liberal e capitalismo¹²⁹ (Corvalán Márques *apud* Gómez Leyton, 2006, 174). Para o autor, o profundo e intenso processo de “democratização” posto em marcha a partir da segunda metade dos anos 1960 (com as reformas econômico-sociais promovidas pela DC) e aprofundadas pela UP deu lugar a uma profunda crise do Estado, a uma crise orgânica da sociedade capitalista chilena. Com efeito, o grande conflito político-ideológico que teve lugar durante aquele período até a derrocada da UP, guardadas é claro as devidas diferenças entre os governos Frei e Allende, se deu em torno do tema da propriedade privada e de sua “democratização” (Gómez Leyton, 2006, 175).

Em nossa opinião, uma “democracia” compatível com a socialização dos meios de produção e, mais especificamente, comprometida com um projeto de transição a uma sociedade sem classes já não mais seria compatível com a democracia liberal-burguesa. Pensamos que a ela se poderia denominar, em grandes linhas, “democracia socialista”, e sua forma fundamental seria a da autogestão na base. Ademais, não cabe aqui avançarmos sobre a importante questão referente ao funcionamento das instituições políticas e normativas numa sociedade de transição, pois juntamente com Rosa Luxemburgo, entendemos que:

[...] nenhum programa socialista, nenhum manual de socialismo pode indicar de que tipo serão as milhares de medidas concretas, práticas, grandes e pequenas, que é preciso tomar a cada passo para introduzir os princípios socialistas na economia, no direito, em todas as relações sociais [...]. O sistema social socialista não deve e nem pode ser senão um produto histórico, nascido da própria escola da experiência, nascido na hora de sua realização, resultando do fazer-se da história viva que, exatamente como a natureza orgânica, da qual faz parte em última análise, tem o belo hábito de produzir sempre, junto com uma necessidade social real, os meios de satisfazê-la, ao mesmo tempo que a tarefa a realizar, a sua solução (Luxemburgo, 1991, 91-2).

O termo democracia socialista, teoricamente, estaria em conformidade com o conceito de Estado socialista de transição, uma vez que o tipo de “regime político” (resguardaremos o termo por falta de outro melhor) se vincula, necessariamente, a uma forma

¹²⁹ Segundo o autor, tais teses: “son útiles para explicar la actual institucionalidad política, pero bastante deficientes para comprender la destrucción de la democracia en 1973” (Gómez Leyton, 2006, 174).

de Estado específica, nesse caso, a do Estado socialista. Evidentemente, alguma forma de representação política haveria de existir, todavia a forma parlamentar, tal como a conhecemos, não faria mais sentido¹³⁰. Os dois exemplos históricos mais citados na literatura marxista, devido à sua relevância, são a Comuna de Paris (1871) e os Sovietes que emergem nas revoluções russas de 1905 e, posteriormente, 1917. Segundo Marx, a Comuna não era um corpo parlamentar, mas sim um órgão de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo (Marx, 2011, 57), rompendo assim com a petrificação de uma divisão social do trabalho verticalizada, com a estruturação oculta e nebulosa do aparelho estatal e sua correspondente burocracia. Também os soviets russos apresentaram essa mesma característica central.

3.2 QUAL SOCIALISMO?

Como a própria noção do termo “democracia socialista”, enquanto forma de Estado, antes de ser apenas uma forma de regime (como o é a democracia burguesa) permite antever, acreditamos que o socialismo deverá ser democrático ou não será socialismo. Não é possível pensar um processo de socialização (e não somente estatização) econômica, sem seu respectivo reflexo na participação dos trabalhadores por meio de suas próprias organizações na estruturação econômica, jurídica, política, etc., da própria vida social.

Assim, a questão colocada por Poulantzas na última fase de sua produção teórica, de que: “O socialismo será democrático ou não será”, nos parece uma falsa questão. Um verdadeiro processo de socialização do conjunto da vida social será, necessariamente, democrático e deverá contar com a participação (mesmo que em diferentes níveis e com certas defasagens, devido ao próprio processo ideológico), do conjunto dos trabalhadores e, portanto, do conjunto da imensa maioria social. Visão nesse aspecto semelhante à de Poulantzas, é desenvolvida por Umberto Cerroni, para quem o grande malogro do “socialismo soviético” se deu pela falha em combinar uma base socialista de produção com uma socialização do poder político, igualmente necessária:

¹³⁰ Lenin expressou tal ideia ao afirmar que não é possível fazer política sem representação, mas é possível fazer política sem Parlamento (Lenin, 1988).

Penso que o socialismo soviético é um socialismo já que, por sociedade socialista, devemos entender uma sociedade de transição que transforma mais ou menos radicalmente os fundamentos práticos da organização capitalista de produção. Ora, a experiência do socialismo soviético é a experiência de uma socialização que não consegue produzir um teto político adequado. Trata-se de uma grande transformação social, que por motivações históricas profundas – na medida em que é parte integrante e se desenvolve dentro de uma história que não expressou os modelos mais elevados da organização política que quer criticar (o Estado burguês representativo) – não consegue flanquear a socialização dos meios de produção com uma socialização do poder. Nesse quadro, a própria socialização da economia fica deformada numa espécie de estatização burocrática e autoritária (Cerroni, 1982, 60).

O diálogo com Cerroni e o último Poulantzas não é fortuito; ambos os autores escrevem em fins dos anos 1970, e são influenciados pelo pensamento eurocomunista, sendo que Cerroni era ligado ao Partido Comunista Italiano. Já notamos com anterioridade o mérito dos eurocomunistas na crítica ao modelo soviético de “socialismo”, embora a crítica, ao que nos parece, seja apenas parcial; ou seja, reconhecia-se a falta de democracia nos países do leste europeu, mas não se deixava de considerar aquelas sociedades enquanto economicamente “socialistas”¹³¹ constituindo, nesse sentido, uma “solução de compromisso” (Tragtenberg, 1986, 61) dos PC’s europeus com o PC soviético.

Também não é demais assinalar a influência política e ideológica que a malograda tentativa de transição ao socialismo na URSS teve sobre a esquerda no seu conjunto, e até mesmo para além da própria esquerda. Não é por acaso que o mote político-ideológico principal da “via chilena” de transição ao socialismo, em pleno contexto de Guerra Fria era a sua novidade em relação ao modelo soviético e chinês de “ditadura do proletariado”. Devemos ter em conta que embora seu núcleo duro fossem os operários sindicalizados, a UP se forjara enquanto uma coalizão pluriclassista, e que devia atrair o apoio das classes médias e de setores da pequena e média burguesia para o seu projeto.

Como assinala Aníbal Quijano, o processo desencadeado pelo governo da UP – assim como alguns outros que tiveram lugar na América Latina nesse período (como a Assembleia Popular de La Paz em 1971) – foi, ao seu modo, uma opção distinta ao que chamou de despotismo burocrático batizado de “socialismo real” pelo stalinismo já em descrédito. Na verdade, foi essa a grande razão da atenção esperançosa devotada ao Chile pelos socialistas do mundo todo (Quijano, 2004, 132).

¹³¹ De nossa parte, acreditamos que tais formações sociais se constituíram enquanto uma forma de capitalismo de Estado. Embora tal discussão seja importante e pertinente, não a desenvolveremos com maior detalhamento, sob o risco de afastarmo-nos do tema aqui proposto.

Ademais, como já assinalamos no capítulo anterior (embora se faça necessário a essa altura retomar tal ideia), acreditamos que a própria noção de “ditadura do proletariado” não condiz com o conceito de *Estado socialista de transição*, uma vez que se a existência de um Estado pressupõe a existência de classes e frações que dominam politicamente por meio desse Estado, a *forma estatal (do Estado de transição)* já seria qualitativamente diversa, sendo essa nova forma estatal que possibilita o seu próprio desaparecimento gradual¹³². Na dialética entre forma (estatal) e conteúdo (de classe do Estado), acreditamos que a primazia repousa na *forma estatal*; é aí que se encontra a chave da dominação política burguesa e, é por meio de sua destruição e substituição por algo qualitativamente diverso que se pode pensar a superação da própria lógica societal capitalista. Partindo de tal concepção teórica, nem desenvolveremos a polêmica, sem dúvida alguma importante, dos problemas ideológicos e políticos que a noção de “ditadura” pode efetivamente engendrar num processo de transição, ou tentativa de transição ao socialismo.

Interessa ter em conta que a via chilena, tal como havia sido pensada pelos setores políticos hegemônicos no interior da UP e pelo próprio Allende, pressupunha a conquista de uma maioria parlamentar (Bobbio, 2001, 55) que o governo jamais conseguiu obter, apesar de aumentar o seu número de cadeiras no Congresso, após as eleições parlamentares de março de 1973. Do ponto de vista institucional, confiar apenas nas prerrogativas do poder Executivo sobre o Legislativo, tendo minoria no Parlamento não bastaria. Para contrabalancear esse cenário, visando avançar na realização do programa político da UP, contava-se com a pressão exercida, como vimos, pelo chamado “poder popular”. Por sua vez, esse poder popular era visto, essencialmente, e de modo genérico, como uma força extra-institucional de apoio ao governo popular (Unidade Popular, 2013, 6), cujo papel era o de pressionar o sistema político e jurídico chileno.

Assim, pressupunha-se um governo agindo nos limites da legalidade, mesmo que procurando superá-la ou subvertê-la. Quando organizações que reivindicavam o “poder popular”, passaram a exigir do governo medidas que extrapolavam a legalidade na qual aquele estava inserido (como a estatização de unidades produtivas não previstas na lista de empresas da APS e o estabelecimento de uma “Assembleia do Povo”, em oposição ao Parlamento burguês), ficava claro um déficit entre as demandas do movimento popular (ou de parte significativa deste) e as medidas que o governo assumia. Embora prevalecesse, por parte do movimento popular, uma clara atitude de defesa do governo.

¹³² Nos termos de Lenin, esse Estado de transição constituiria uma espécie de “semi Estado”, uma vez que lança as bases de sua própria destruição (Lenin, 1988, 233-4).

É fato que o governo Allende não se propôs a romper com a estrutura jurídico-política vigente sem antes transformá-la, o que levou uma série de comentadores e críticos da experiência chilena a avaliarem a “via chilena” enquanto uma forma de reformismo. E, embora o governo não tenha de fato rompido com a legalidade vigente, há de se tomar certo cuidado com aquilo que seria uma noção “fechada” de reformismo. Com isso queremos dizer que uma concepção mecânica que coloca em oposição sempre necessária “reforma” e “revolução” e, com isso, não vislumbra a possibilidade de complementariedade entre esses dois “momentos”, pode ter como efeito a esterilização da dinâmica política de conjunturas históricas concretas¹³³ (Luxemburgo, 1999, 95-6).

Todavia, a passagem para um momento propriamente revolucionário, com o estabelecimento de um contra-poder estatal preciso, de uma forma estatal radicalmente nova (e isso é o que nos parece decisivo), não teve lugar na experiência chilena, embora como vimos, em diversos momentos específicos a organização popular tenha apontado nesse sentido. De resto, o mérito da perspectiva de Luxemburgo reside justamente em que nos fornece elementos para pensar a revolução socialista enquanto processo (desenvolvimento de uma nova forma de organização política e societal), e não apenas enquanto um momento preciso e decisivo de ruptura (sublevação armada). Isso, de certa maneira, rompe com toda uma longa tradição revolucionária que advoga que a revolução socialista estaria garantida, necessariamente, pela existência de uma direção (partido revolucionário) ou de um programa revolucionário “correto”.

Ainda em relação à temática da questão das “reformas”, em relação com a “revolução”, a experiência chilena demonstrou que, se por um lado, é impensável edificar o socialismo sem transformar o Estado burguês, é possível, em determinadas conjunturas históricas precisas, aproveitar posições conquistadas em seio pelo movimento popular para destruí-lo (Castells, 1974, 366), embora tal perspectiva necessariamente transborde a institucionalidade vigente:

¹³³ Na sua polêmica com Eduard Bernstein e a ala “revisionista” do Partido Operário Social Democrata Alemão, que defendia a possibilidade de se transitar ao socialismo por meio de reformas graduais, que estariam em oposição necessária à via revolucionária, Rosa Luxemburgo afirmara que: “[...] a reforma legal e a revolução não são métodos diferentes de desenvolvimento histórico, que se pode escolher à vontade no refeitório da história, como se escolhe entre salsichas frias ou quentes, e sim *fatores* diferentes no desenvolvimento da sociedade de classe, condicionados um ao outro e que se completam, ainda que se excluindo reciprocamente, como, por exemplo, o pólo Norte e o pólo Sul, a burguesia e o proletariado” (Luxemburgo, 1999, 95-6).

Tanto en el movimiento popular como en la reacción, la correlación de fuerzas en las masas se expresa por iniciativas diversas, algunas de las cuales se centran en la lucha institucional, mientras que otras la desbordan, tanto desde el punto de vista de la burguesía (tentativas de golpe) como del Pueblo (instauración de un poder popular alternativo) (Castells, 1974, 366).

Disso temos que, tal como procuramos demonstrar anteriormente, se o Estado não pode ser pensado de uma perspectiva meramente instrumental (como um instrumento “neutro” do qual se servem as classes e frações dominantes), residindo nesse ponto toda a problemática de sua autonomia relativa, nem por isso o Estado perde seu caráter instrumental. A questão decisiva parece ser a de distinguir o Estado capitalista a curto e a longo prazo. Ou seja, se é possível avançar posições no interior desse Estado, num momento de ascensão da luta política de classes a curto prazo, a médio e longo prazo, tal perspectiva se torna insuficiente. Como assinalou Aníbal Quijano, a experiência chilena mostrou que: “[...] era possível começar a redistribuição do poder segundo as próprias regras da democracia liberal. Porém, também deixou claro que sem uma consistente preparação material e política para defendê-lo, tal processo não pode continuar sem êxito” (Quijano, 2004, 133).

A insuficiência a longo prazo da estratégia de se avançar política e institucionalmente a partir da legalidade vigente ensejou ainda um problema político de difícil equação: a exigência de reconhecimento da legalidade dos partidos opositores e organizações correlatas¹³⁴. Ainda mais, no caso chileno, a exigência do reconhecimento de tais organizações, num contexto em que as forças favoráveis à “via chilena” eram minoria no Parlamento. Entretanto, colocar na ilegalidade as organizações políticas representantes da burguesia e suas classes politicamente aliadas, sem antes consolidar uma hegemonia política clara no interior da sociedade, era claramente inviável.

3.3 INTERPRETAÇÕES E SIGNIFICADOS DA “VIA CHILENA”

A experiência chilena de tentativa de transição ao socialismo em democracia e seu conhecido desfecho nos legou leituras diversas acerca do significado daquela experiência, bem como das causas de sua derrota, tanto entre os componentes do próprio

¹³⁴ Décio Saes defendeu a tese de que o pluripartidarismo limitado vigente no capitalismo (limitado, pois exclui a plena participação dos partidos revolucionários) teria de dar lugar a outro tipo de pluripartidarismo limitado, em suma, defende-se a substituição da concorrência partidária capitalista pela concorrência partidária socialista. Desta só poderiam participar os partidos que acordassem num mínimo denominador comum, visando a socialização da vida política e social (Saes, 1998, 179-80).

governo popular, assim como de analistas que dele não participaram. As análises de setores e personagens ligados ao governo estão determinadas, em grande medida, pelo lugar nele ocupado, e por aquilo que se acreditava ser decisivo, sobretudo do ponto de vista econômico e político, para o êxito do projeto da UP (Aggio, 1993, 38). A partir de agora, traçaremos uma discussão com alguns autores – que, em linhas gerais, representam algumas das principais tendências teóricas, políticas e ideológicas – que apontaram, cada um à sua maneira, aspectos que teriam sido decisivos para conformar o resultado final da “via chilena”. Faremos um diálogo breve entre as principais posições, à guisa de uma síntese satisfatória.

Começaremos por aquilo que, do nosso ponto de vista, parece ser o essencial: as divergências em torno da temática do “poder popular”. Nesse ponto, os maiores antagonistas no interior da esquerda chilena, e que desenvolviam suas divergências publicamente foram o PC e o MIR. Enquanto os miristas propunham a defesa da construção e desenvolvimento de formas de poder popular autônomas e antagônicas ao Estado burguês, o PC defendia a tese de que dar ênfase a essas formas “independentes” do governo Allende, resultaria no enfraquecimento do próprio governo (sendo este o verdadeiro antagonista do imperialismo externo e das oligarquias internas). Essa é a tônica geral que prevalece numa “carta-resposta” do MIR, endereçada ao PC em fevereiro de 1973. Nesse documento, o partido indicava que a única forma possível de alternativa real de poder político da classe operária e das massas populares era a organização destas em órgãos de poder classistas e independentes, em oposição ao “reformismo” do PC (MIR, 2006, 305). Também indicava que tal política não visava o enfraquecimento do governo popular, mas sim o enfrentamento ao Estado burguês, de modo que:

A direção do PC não deve ocultar suas ideias e propósitos. Não deve continuar mistificando e deformando a realidade e a luta ideológica, afirmando que o poder popular das massas é necessária e inevitavelmente alternativo e contraditório ao atual governo. É alternativo ao Estado burguês, a esse Estado que a direção do PC não quer combater em suas raízes e não quer que o governo atual combata [...], Estado que só se propõe modernizar, democratizar, tornar mais popular, sem perder seu caráter burguês. Só será contraditório ao governo se este não se opuser à luta independente do proletariado e do povo (MIR, 2006, 351).

Ademais, criticou-se a visão político-estratégica do PC, que considerava que o Chile passava por sua primeira etapa no processo de transição ao socialismo, sendo a chave do êxito dessa primeira etapa, a conquista do apoio da burguesia nacional. Nesse sentido, o PC estaria disposto a aceitar, no intuito de equacionar os problemas econômicos relativos à

produção: “Uma aliança de classes não só para garantir os interesses da burguesia de forma subordinada, com base no programa, mas uma redefinição da aliança social, a aliança de classes que sustenta o atual programa da Unidade Popular, concedendo um papel mais importante à burguesia nacional” (MIR, 2006, 353). Para os miristas, não houve no Chile uma transição do capitalismo para o socialismo, mas sim uma transição para uma forma de capitalismo de Estado, sob a direção de um governo reformista de esquerda (idem, 354).

Após a derrota da experiência chilena, Miguel Enríquez, secretário-geral e principal intelectual do MIR (assassinado pelos agentes da ditadura em 1974), em entrevista ao semanário trotskista francês *Rouge*, rebateria as acusações feitas ao MIR, sobretudo pelo PC chileno, de que a queda do governo da UP foi causada pela “impaciência”, “ultra-esquerdismo” e “precipitação” dos miristas (Enríquez, 2006, 305). Para o autor, as acusações provinham do reformismo de esquerda e da burguesia, e estavam baseadas nas frustrações do governo da Unidade Popular por não ter conseguido realizar uma aliança com o PDC (“centro”), sendo que:

O governo da Unidade Popular foi um governo pequeno-burguês de esquerda, cujo eixo foi a aliança do reformismo operário com o reformismo pequeno-burguês (Enríquez, 2006, 355).

[...] No terreno político, o reformismo favoreceu a via parlamentar e as tentativas frustradas de aliança com o Partido Democrata-Cristão. Cada vez que esta tentativa se frustrava, o reformismo não se apoiava nas massas, mas se refugiava no aparelho de Estado, constituindo gabinetes cívico-militares, aumentando, assim, no interior do Estado, o peso da institucionalidade e, em particular, da alta oficialidade reacionária das Forças Armadas (Enríquez, 2006, 357).

Aspectos que apareciam no discurso político de setores da UP enquanto “virtude democrática” do governo Allende, aparecem na fala do dirigente mirista como uma verdadeira contradição em relação a um programa netamente socialista, na medida em que expressava um projeto de colaboração classista, num momento em que a “classe dominante” controlava poderosas instituições do Estado, tais como o Parlamento, Judiciário, Controladoria da República, a maioria dos corpos de oficiais das Forças Armadas, etc., governando o país por meio delas (Enríquez, 2006, 356).

Em sua análise da questão camponesa durante o governo Allende, Alejandro Saavedra afirmara que no interior da UP, entendida esta enquanto força social historicamente constituída, prevalecia como componente principal o reformismo operário, embora também se fizessem presentes tendências revolucionárias (Saavedra, 1975, 103-4). Este reformismo

operário se expressaria enquanto estratégia política e econômica por excelência das frações relativamente privilegiadas da classe operária, realimentando as próprias bases de sua existência, gerando privilégios econômicos relativos para sua base, uma burocracia sindical e partidária, além de criar e forjar hábitos parlamentares e com eles, partidos preparados basicamente para realizar esse tipo de política (idem, 108).

Por outro lado, as tendências mais à esquerda (“revolucionárias”) da UP, enquanto expressão de uma nova força social das classes exploradas constituídas no campo chileno, buscavam desenvolver uma estratégia de “duplo poder”, incentivando as ocupações (*tomas*) de terrenos e a formação de Conselhos camponeses pela base e não “pelo alto” (Saavedra, 1975, 214-5). Embora a formação de Conselhos desse segundo tipo garantisse, por um lado, certo controle do governo sobre aqueles (tornando-os, em sua maioria, meros órgãos intermediários do governo), por outro, também permitiam uma boa participação dos setores democrata-cristãos em seu interior. Segundo Saavedra (1975, 215), para criticar e combater as ocupações de terrenos, a maior parte da UP e o governo as qualificava de “indiscriminadas” (uma vez que não cumpriam o requisito legal para serem expropriadas) e produto de uma “ultraesquerda” infantil e irresponsável¹³⁵.

Todavia, tal leitura acerca da existência de uma ultraesquerda irresponsável não foi atributo apenas da situação que teve lugar no campo chileno durante o governo Allende, como vimos, por exemplo, nos episódios de surgimento da Assembleia de Conceção em agosto de 1972 e na desconfiança despertada em setores do governo quando da emergência dos Cordões Industriais, em outubro daquele mesmo ano. São muitos os autores que apontaram, a partir de ângulos diversos para a questão do ultraesquerdismo durante a experiência chilena. Na imensa maioria dos casos, as referências são feitas ao MIR e à chamada “ala esquerda” do PS.

Uma dentre tantas as análises que se enquadram nessa perspectiva é a de Luiz Alberto Moniz Bandeira, cuja obra citamos diversas vezes ao longo de nosso trabalho, sobretudo no segundo capítulo. Para Moniz Bandeira, as posições sustentadas pelos ultraesquerdistas do MIR e do PS, que pressionavam para que o governo se radicalizasse nada tinham de realistas, sendo antes, meramente ideológicas, ao expressar uma falsa consciência

¹³⁵ A grande crítica política ao longo de todo o texto de Saavedra está dirigida ao PC, e a leitura feita pelos comunistas de que a estrutura agrária chilena era semifeudal ou pré-capitalista, o que justificaria uma estratégia política “etapista”, oriunda de uma visão que não dava conta de perceber as imbricações complexas e específicas do desenvolvimento capitalista (dependente) no campo chileno (Saavedra, 1975, 16; 41-3). Nesse sentido, se fazia uma distinção insuficiente entre “latifundiários” (grandes proprietários semifeudais) e “produtores médios”, baseada unicamente na quantidade física de terras possuídas por cada setor (idem, 128-9). Ademais, também criticava a confusão entre a conquista do governo e a conquista do poder, que refletia na política agrária do movimento popular, hegemônica por tendências “reformistas” (ibidem, 228).

da realidade resultante de um aparelhamento intelectual viciado que não era capaz de apreender as reais condições objetivas e subjetivas da realidade chilena (Moniz Bandeira, 2008, 258). Analisando o acirramento da luta de classes por volta do segundo semestre de 1972, o autor afirmara que a “radicalização” promovida pelo MIR, teria servido apenas para lançar as classes médias na oposição, reduzir a base social de sustentação do governo, desestabilizá-lo e justificar o golpe de Estado¹³⁶. Em suma, o MIR, objetivamente, atralalhava (idem, 346). Em relação ao debate que teria lugar no seio da UP, após outubro de 1972, acerca da constituição do “poder popular”, a visão mais “realista” teria sido a do PC (ibidem, 396), e nessa linha:

A imputação de reformista, feita pelo MIR e pelas demais tendências de extrema esquerda à política de Allende, entretanto, não procedia. Allende sempre se declarou revolucionário e, alçado à presidência do Chile, quis mudar realmente o modo de produção e as relações capitalistas de propriedade, subverter a ordem, legalmente, dentro da ordem, do invólucro constitucional, da moldura jurídica existente, e daí a gravidade dos problemas com que se defrontava, em conflito tanto com o Poder Legislativo quanto com o poder Judiciário, e sem sólido respaldo das Forças Armadas (Moniz Bandeira, 2008, 367).

Também na visão de Sérgio Bitar, ex-ministro de Allende, o governo da UP foi revolucionário, pois embora isoladamente, algumas medidas (reforma agrária, nacionalização das riquezas básicas, expropriação dos bancos e de grandes empresas nacionais e estrangeiras) tenham sido defendidas por movimentos reformistas, a intensidade, amplitude e simultaneidade das transformações promovidas pela UP não tiveram nenhum precedente histórico num contexto social e institucional como o chileno. Assim, a UP teria atacado a fundo os grupos dominantes e dado curso a novas formas de poder e controle por parte dos trabalhadores, sendo que a autenticidade de seus propósitos surgia do profundo enraizamento popular dos principais partidos da coalizão governista, de sua clara orientação classista, bem como da ativa e autônoma organização dos trabalhadores durante todo o processo (Bitar, 1980, 24-5).

No que se refere à relação entre o governo e as diversas organizações populares de base, Peter Winn percebeu uma relação de complementariedade entre ambos. Assim, a revolução chilena teria contado, em diversos momentos, com uma relação simbiótica

¹³⁶ O autor chega a afirmar que a esquerda foi responsável por amplificar a intranquilidade já existente no interior das Forças Armadas quando no período da greve patronal de outubro de 1972, gritou nas ruas: *crear, crear, poder popular; e trabajadores al poder;* como se com isso pretendesse instaurar no Chile a ditadura do proletariado (Moniz Bandeira, 2008, 370). Pensamos então que caberia perguntar: o que a esquerda deveria ter feito naquelas circunstâncias?

entre uma revolução “vinda de cima” (cujo protagonista seria o governo) e uma revolução “vinda de baixo” (possibilitada pela auto-organização dos setores populares), em outros, a revolução “de baixo” teria complementado as insuficiências e lacunas da “de cima”. No primeiro exemplo cita o processo de reforma agrária, e a rapidez com que avançaram as expropriações no campo (Winn, 2009, 97-8) e, no segundo, a ação dos Cordões Industriais durante a greve patronal de outubro de 1972, quando o governo se encontrava na defensiva (idem, 160-1).

Todavia, pensamos que a noção de “revolução por cima” é falha, uma vez que as medidas, sem dúvida alguma de importante envergadura promovidas pelo governo com apoio das massas populares, se fizeram por meio do Estado e da legalidade burguesa. Em si, o governo da UP não foi um governo revolucionário, mas antes, um governo radicalmente reformista, portador de um discurso revolucionário *sui generis*, o da via chilena ao socialismo. Isso não significa que não houve experiências revolucionárias durante o governo da UP; acreditamos que estas existiram, embora por pouco tempo e de forma insuficientemente articulada, devido às estratégias conflitantes no seio da própria esquerda chilena. Em suma, definiríamos o governo da UP como um governo popular radicalmente reformista, que tinha como horizonte transformações revolucionárias.

Além do mais, também se faz necessário questionar a posição de que no Chile, durante o governo da UP e, em especial, a partir de fins de 1971, quando a contradição de classe se tornava progressivamente mais aguda, seria possível estabelecer alianças com a burguesia nacional. Mesmo que essa tivesse sido economicamente beneficiada pelas medidas econômicas expansivas adotadas pelo governo, política e ideologicamente se via ameaçada pela ascensão do movimento de massas e pela perspectiva de instauração do socialismo no Chile, de modo que os interesses e perspectivas a longo prazo, prevaleciam sobre os ganhos materiais imediatos. Nos parece que é próprio da burguesia, enquanto classe, ser conservadora e temerosa, frente a qualquer risco político, por mínimo que seja.

Um aspecto fundamental diretamente ligado à defesa da “via chilena” para o socialismo, seria a falta de respaldo ou a insuficiência deste no interior das Forças Armadas, o que obrigaria o governo a não apostar em outro caminho político que não fosse o da institucionalidade. A esse respeito, para Moniz Bandeira não havia mesmo o que fazer, na medida em que, no Chile, as Forças Armadas não haviam se dividido internamente ou se desintegrado, mantendo ainda o monopólio da violência, a disciplina e a verticalidade do comando. Ademais, as poucas armas com que contavam organizações como os Cordões Industriais, não seriam paliativos para um eventual enfrentamento com um Exército bem armado

e treinado. Caso isso ocorresse, a classe trabalhadora marcharia para um combate de rua onde seria massacrada (Moniz Bandeira, 2008, 322-3).

Visão muito semelhante foi sustentada por Alain Rouquié, para quem o governo da UP só pôde durar cerca de mil dias graças ao respeito do governo pela autonomia e integridade institucional das Forças Armadas, que Allende permanentemente se esforçava para seduzir, convencer e tranquilizar. Assim como Moniz Bandeira, também considerou a unidade do Exército e a impossibilidade real de criar e armar “milícias populares” (Rouquié, 1984, 282-3). Ambos os autores destacam também a ideologia e a formação anticomunista presente nas Forças Armadas chilenas, num contexto de Guerra Fria.

Numa obra de crítica (e autocrítica) à experiência chilena, Carlos Altamirano, ex-dirigente do PS e principal figura ligada à chamada “ala esquerda” do partido, ou ainda, segundo os críticos, ao seu setor “ultraesquerdista”, afirmou que a ausência de uma política militar capaz de sustentar um processo de transformações revolucionárias, teria sido a insuficiência mais séria, aquela que se apresentou enquanto decisiva e irremediável¹³⁷. Apesar de grandes dificuldade nesse sentido, para o ex-dirigente socialista, era possível articular uma linha estratégica armada, caso a “direção revolucionária” tivesse manifestado unanime e resolutamente o desejo de leva-la acabo. Somente tal perspectiva traria alguma possibilidade real de êxito, embora também comportasse riscos extraordinários. Ademais, o autor defendeu que havia uma importante margem de manobra política do governo em relação às Forças Armadas, que não teria sido aproveitada (como a reestruturação dos seus altos comandos), o que acabou desarticulando o setor democrático e fortalecido o setor golpista das Forças Armadas (Altamirano, 1979, 147-9).

Indo além, o ex-dirigente socialista minimizou a grande importância dada por muitos, incluídos aí os comunistas, a certos excessos “idiotas” cometidos pela extrema-esquerda (embora não os enumere), como sendo a causa fundamental para o giro conservador das classes médias (incluídas aí a pequena e média burguesia). A esse respeito, destacou o caráter volúvel, oscilante e oportunista desses setores sociais, e invocando os exemplos

¹³⁷ “A esse respeito, existe uma conceituação fatalista relativamente à disponibilidade de ação do movimento popular. Fundamentalmente, afirma-se que era impossível criar milícias operárias e camponesas que tivessem condições de assumir a defesa do processo. Em determinadas instâncias, inclusive, insiste-se na inviabilidade de fornecer armamento ao povo. Dentro do mesmo ceticismo, conclui-se que qualquer intervenção do Executivo nos mecanismos de promoção e nomeação militar redundaria em benefício da reação – sob a acusação de interferência ilegítima nas instituições militares. Conclui-se, a partir daí, que o processo revolucionário só poderia prosseguir buscando a preservação de um setor constitucionalista que desestimulasse possíveis tendências golpistas. Desse modo, *as evidentes dificuldades no desenvolvimento de uma política militar são consideradas insolúveis*. E assim se desculpa a mais séria omissão da direção revolucionária” [grifos nossos] (Altamirano, 1979, 147-8).

históricos de implementação de regimes de caráter nazifascistas, em países onde não havia extremistas de esquerda, concluiu que o comportamento das classes médias é determinado por motivações sociais muito mais profundas e complexas (Altamirano, 1979, 80-1).

De nossa parte, também concordamos que se deve tomar cuidado com certas análises “fatalistas” sobre a realidade chilena, sem deixarmos de considerar, como afirmou corretamente Rouquié (1984, 281-2), que a experiência chilena inscreveu-se em limites muito estreitos, além de ter sido submetida a condicionamentos (internos e externos) sufocantes desde sua origem.

Como vimos, a UP apresentou um projeto de transição ao socialismo a partir do respeito à institucionalidade democrático-liberal vigente, procurando transformá-la. Todavia, quando as “regras do jogo” já haviam sido tensionadas até o seu limite, seria necessário subvertê-las para seguir avançando (ou para não ter de recuar decisivamente). Evidentemente, caso a UP tivesse se decidido pela revolução por vias extra-institucionais e de armas em mãos, isso por si só não seria garantia de sucesso e, em caso de fracasso, possivelmente a reação antirrevolucionária teria sido ainda mais dura e cruel. Todavia, a partir de um certo momento da experiência chilena, pareceu de fato claro que a “resolução” da gravíssima crise política vivida no Chile não poderia ser alcançada por meios institucionais¹³⁸.

Outra insuficiência da “via chilena” se deu em relação às classes médias. Também nesse caso são muitos os autores que apontaram a dificuldade da UP em, se não conseguir seu apoio, ao menos neutralizá-la, ou ainda, não torná-la hostil em relação ao governo. A esse respeito, Altamirano salientou a insuficiência da forma limitada, restritiva e economicista com que o governo enxergou as “camadas médias”, uma vez que os pequenos e médios comerciantes, industriais, transportadores e profissionais (*empleados*) obtiveram lucros inusitados nos dois primeiros anos do governo Allende, o que não impediu a promoção, financiamento e aparelhamento desses setores pela contrarrevolução, chegando até mesmo a assumirem posições fascistas. Segundo o autor, os “mecanismos ideológicos” de tais setores teriam sido seriamente subestimados (Altamirano, 1979, 75-6).

Numa linha parecida, Castells chamou a atenção para o acento dado pela UP ao progresso econômico e à busca de uma simples neutralização no plano ideológico de setores importantes da população, especialmente sensíveis aos apelos de tipo ideológico, em

¹³⁸ De nossa parte, por tudo aquilo que foi até aqui exposto, acreditamos que esse momento decisivo se deu com o resultado das eleições parlamentares de 1973, quando ficou claro que, do ponto de vista constitucional, Allende só poderia ser removido nas eleições presidenciais de 1976. Como vimos, a direita acreditava piamente que a votação dos partidos opositores agrupados na CODE seria suficiente para conquistar dois terços das cadeiras no Congresso Pleno e assim remover o Presidente por meios legais.

particular a juventude pequeno-burguesa (estudantes) e os intelectuais. Assim, a UP teria demonstrado uma grande timidez ideológica destinada a não atemorizar as “camadas médias” (Castells, 1974, 389). Por sua vez, Alan Angell salientou que a notável expansão econômica do primeiro ano da UP trouxe grandes lucros para setores da pequena burguesia e, apesar de nunca terem estado tão bem economicamente, tais setores nunca haviam manifestado uma oposição tão feroz aos partidos e políticas da esquerda (Gazmuri *apud* Angell, 1977, 285). Nesse terreno, a UP não teria sido taticamente consistente¹³⁹, embora o autor salientasse que: “Provavelmente, a batalha estava perdida antes de poder ser ganha e nenhuma política teria convencido a classe média a abandonar os seus representantes históricos em favor dos partidos marxistas” (Angell, 1977, 286).

Tática semelhante àquela usada pelo governo para conquistar ou ao menos “neutralizar” as classes médias, e criticada por muitos pelo seu teor “economicista”, foi também utilizada para lidar com as Forças Armadas. Assim, embora o governo tenha se empenhado em conceder significativos ajustes salariais aos militares, além do seu esforço para “modernizar” as Forças Armadas, atendendo dessa forma aos anseios de diversos militares de alta patente, não conseguiu lograr nesse setor um apoio decisivo. De acordo com Moniz Bandeira, o Exército chileno era predominantemente integrado por elementos oriundos das classes médias e, conforme estas foram tendendo para a direita, os militares acompanharam essa mesma inflexão (Moniz Bandeira, 2008, 402).

No que respeita ao “esquerdismo” na experiência chilena, não parece claro que esse foi o principal motivo, ou ainda, um motivo suficientemente relevante para a inflexão política à direita das classes médias. É importante lembrar que o governo Allende, desde seu início, foi alvo da propaganda ideológica da direita, e que a mera referência ao socialismo e ao marxismo já foram motivos suficientes para se atacar o governo e a esquerda como portadores de um projeto “totalitário”, etc. A esse respeito, é interessante notar que o próprio PC que, como vimos, era o que possuía a posição mais moderada entre os partidos da esquerda chilena (dentro e fora da UP), era constantemente atacado pela imprensa da direita e contava com uma especial antipatia nos altos círculos militares, o que provinha, fundamentalmente, de sua há décadas combatida sigla partidária e de seu vínculo com Moscou.

O problema político das “classes médias”, que permitiu que a direita mobilizasse um movimento de massas contra a esquerda e o governo Allende, é de difícil

¹³⁹ Também Angell chamou a atenção para o danoso efeito ideológico das ações impensadas de um esquerdismo infantil, com a qual o governo era conivente, sobre os setores médios (Angell, 1977, 286).

solução. Se, por um lado, retroceder politicamente a tal ponto, visando não atormentar ideologicamente as classes médias em seu conjunto estava fora de questão, e possivelmente sequer seria possível, tendo em vista a própria amplitude política e social despertada pela UP, por outro, parece ter havido uma leitura insuficiente acerca das classes médias, tanto no nível da produção, como no nível político e ideológico, e o respectivo trabalho ideológico sobre estas. A mera incorporação na aliança político-eleitoral da UP de partidos vinculados às classes médias, como o PR e o PSD, mostrou-se fragorosamente insuficiente.

Uma outra perspectiva que merece ser considerada, acerca das causas da derrota da via chilena de transição socialista é aquela apresentada por Alberto Aggio. Para este autor, o problema fundamental da experiência chilena residia no equacionamento da relação entre democracia e socialismo. Assim, o desafio posto à UP enquanto “ator político” era o de construir um discurso a partir do Estado, dando e assegurando-lhe legitimidade perante a sociedade como um todo, de modo que a questão da democracia não poderia ser trabalhada como se o governo fosse um “ator externo” à ordem político-institucional, de tal sorte que: “Desta forma, tornar-se governo e continuar perseguindo a construção socialista como uma ruptura revolucionária foi o que definiu todas as contradições vividas pela Unidade Popular” (Aggio, 1993, 157-8).

Interessa notar que, em seu estudo, Aggio deu grande ênfase (exagerada, ao que nos parece) à dimensão democrática da “cultura política” chilena atribuindo, por conseguinte, uma considerável autonomia ao sistema político chileno, capaz de abrigar partidos marxistas, etc. De tal sorte, para o autor, o enigma da via chilena residia na relação entre ativação das massas populares e preservação da ordem democrática (Aggio, 1993, 169). Em suma, é como se, ao ascender ao governo pela via democrático-institucional, a UP devesse ter sido inteiramente fiel até o fim a essa via, abrindo mão de possíveis alternativas rupturistas. Uma perspectiva instrumental acerca da institucionalidade democrática estaria descartada.

Por fim, também são diversos os autores que apontaram para a dificuldade da experiência chilena em obter êxito tendo em vista um contexto internacional extremamente adverso, marcado pela hegemonia política e econômica norte-americana¹⁴⁰, sobretudo na

¹⁴⁰ Para se ter ideia da gravidade do bloqueio financeiro imposto ao Chile, basta mencionar que durante o governo Frei, a Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID), o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM) concederam ao Chile, em conjunto, algo em torno de US\$ 592,5 milhões de dólares em empréstimos e subvenções, enquanto durante o governo Allende, foram liberados somente US\$ 11,6 milhões (concedidos pelo BID), de acordo com dados do Departamento de Estado dos EUA (In: Garcés, 1993, 100). A intenção era, de acordo com aquilo que o presidente norte-americano Richard Nixon confidenciava aos seus assessores, “fazer a economia gritar”.

América Latina, num contexto regional de ditaduras militares com forte apelo anticomunista, a crise (que já se evidenciava) no interior do bloco soviético, bem como a própria crise do *Welfare State* europeu, que seria “resolvida” por meio de políticas de financeirização e privatização econômica (das quais o Chile sob Pinochet foi o grande exemplo), etc.

A esse respeito, é fato que constituiria uma grave falha não considerar tais determinações como empecilhos sérios para uma perspectiva de reformas radicais que visassem abrir caminho para uma transição socialista. Entretanto, entendemos que o primado do desenvolvimento da luta política de classes se dá pela prevalência dos fatores internos (específicos de cada formação social) sobre a interferência externa. Assim, concordamos com a crítica desenvolvida por Poulantzas acerca de algumas visões mecânicas e quase topológicas da relação entre fatores externos e internos, como se a intervenção política das potências imperialista, e em especial, da grande potência imperialista mundial, os Estados Unidos, se reproduzisse necessariamente e sem nenhuma mediação nas sociedades dependentes (Poulantzas, 1976, 18-9; 1977a, 32-3), sendo que:

Não existe, em realidade, na fase atual do imperialismo, de um lado os fatores externos agindo puramente do “exterior”, e de outro os fatores internos “isolados” no seu espaço próprio e dominando os primeiros, assim concebidos. Estabelecer o primado dos fatores internos significa que as coordenadas da cadeia imperialista “exteriores” a cada país – relação de forças mundiais, papel desta ou daquela grande potência, etc. – *só agem sobre estes países por sua interiorização*, articulando-se às próprias contradições, contradições que surgem, segundo alguns aspectos, como a reprodução induzida, dentro dos diversos países, das contradições da cadeia imperialista. Enfim, falar, nesse sentido, de fatores internos é encontrar o verdadeiro papel desempenhado pelo imperialismo – desenvolvimento desigual – na evolução das diversas formações sociais (Poulantzas, 1978, 20).

Por meio desse princípio, Poulantzas analisou a “crise das ditaduras” em Portugal, Grécia e Espanha no limiar da primeira metade dos anos 1970 e a passagem para uma forma de Estado democrático nesses países, num contexto de ausência de movimentos populares de massas dotados de caráter revolucionário. Tal transição democrática teria se dado por meio de um rearranjo político-econômico das burguesias internas desses países (seus blocos no poder) e sua reinserção econômica internacional frente às exigências do mercado comum europeu e do imperialismo estadunidense, embora tais inflexões externas não tivessem uma reprodução necessariamente equivalente ou imediata.

Assim, a própria noção de uma ação direta, imediata e exaustiva do imperialismo sobre países dependentes, deixa de ter em conta os fatores internos que

permitiram que as intervenções estrangeiras fossem eficazes. A esse respeito, tem-se o caso preciso de sobrevalorização das forças do imperialismo norte-americano e do papel desempenhado pela CIA, para a promoção de ações políticas em países dependentes, como ocorreu no próprio Chile (Poulantzas, 1976, 20).

Tal comparação entre a análise da crise do Estado ditatorial naqueles países europeus com o chileno é interessante, pois, em ambos os casos, têm-se que o imperialismo estadunidense agiu como força externa para modificar a natureza da forma de Estado e, respectivamente, da forma de regime nesses países, por meio de uma ação conjunta com setores das respectivas burguesias nacionais. No caso dos países europeus, embora o imperialismo estadunidense atuasse de várias formas, interessava manter aqueles países sob Estados não democráticos, o que enfraquecia a burguesia nacional no seu conjunto em favor de uma fração compradora, diretamente dependente dos Estados Unidos; já no Chile, interessava pôr fim a um movimento político e governo de massas, para promover um processo de financeirização econômica em larga escala, promovendo assim uma fração hegemônica financeira.

Por outro lado, apesar das dificuldades impostas ao processo chileno pela ação consciente e planejada do imperialismo por meio da mobilização e organização dos setores anti-UP no Chile, não deixa de ser interessante nos questionarmos sobre o significado de uma possível vitória das forças populares revolucionárias naquele país. Nesse caso, talvez a “via chilena”, mesmo que modificada, poderia servir de guia ou estímulo para demais experiências políticas dos de baixo, dando ensejo a um ciclo revolucionário. Essas são possibilidades sempre postas aos homens que fazem a história, mesmo que a façam sob condições hostis.

CONCLUSÃO

Expomos a seguir algumas notas conclusivas do nosso trabalho. A “via chilena” de transição ao socialismo, encampada pela Unidade Popular, constituiu uma experiência histórica singular e original. A conquista do Executivo político por uma ampla coalizão de esquerda colocou o problema da viabilidade de um projeto de trânsito para o socialismo, a partir da institucionalidade liberal, procurando superá-la. A possibilidade de um governo com propósitos declaradamente socialistas e que pôde realizar reformas econômico-sociais profundas que claramente contrariavam os interesses do bloco no poder dominante e do imperialismo estrangeiro, num país capitalista dependente, têm há muito reascendido o debate acerca das possibilidades de realização do socialismo.

Procuramos explicar os avanços obtidos pelas forças populares chilenas a partir da problemática teórica da autonomia relativa do Estado burguês. O Chile possuía uma estabilidade institucional *sui generis* em relação ao conjunto dos países latino-americanos mesclando, a partir dos anos 1930, algumas reformas políticas e econômicas mais ou menos substanciais, ao passo em que solidificava a presença de importantes partidos de esquerda no seu sistema político. Tal processo foi acompanhado pelo incremento de uma burocracia estatal e respectivo desenvolvimento das classes médias. A estabilidade relativa, no nível da cena política, somada a uma burocracia bem solidificada, permitem considerar que, no Chile, o Estado burguês adquiriu uma maior autonomia relativa frente aos interesses das classes e frações dominantes, quando comparado ao conjunto dos demais países dependentes latino-americanos. Todavia, no caso chileno, o aspecto que resultou verdadeiramente fundamental foi, nesse sentido, o próprio desenvolvimento da luta das classes dominadas.

Com efeito, a partir da segunda metade da década de 1950 as forças de esquerda, reunidas em torno da Frente de Ação Popular, da qual participavam os históricos partidos comunista e socialista, além de outras organizações, somadas a um vigoroso movimento sindical, tencionariam o Estado burguês com suas demandas. É curioso notar que até mesmo o Partido Democrata Cristão chileno, surgido em 1957, ganhou contornos de esquerda e um discurso político anti-sistêmico. Portanto, deve-se ter em conta que já antes da eleição de Salvador Allende (que venceu as eleições presidenciais de 1970 disputando pela quarta vez), havia um processo de radicalização política das massas populares no Chile.

Apesar dos avanços registrados pelo governo popular durante seu primeiro ano, e mesmo tendo as classes médias e a pequena burguesia obtido aumentos de seus rendimentos e lucros, em função da expansão econômica promovida pelo governo, tais setores

passaram a exercer uma oposição decidida àquele. Conforme a experiência avançava, sobretudo em função da mobilização política dos setores populares, a oposição de direita se solidificava e radicalizava. Dentre diversos episódios de boicote ao governo popular, vale lembrar a extraordinária paralização patronal de outubro de 1972 que levou o Chile à beira do colapso. Durante cerca de três semanas, a constituição do “poder popular” (composto em sua maioria por operários, *pobladores* e camponeses) garantiu, apesar das enormes dificuldades, a produção e o abastecimento. Para muitos, o “poder popular” que emergia de forma decisiva a partir de outubro, deveria se constituir num “duplo poder” em oposição ao Estado burguês.

Quando as forças populares conquistaram uma surpreendente votação nas eleições parlamentares de março de 1973, deixando claro que o governo de Allende não poderia ser destituído constitucionalmente, as forças de direita (e praticamente toda a oposição) passam a preparar, de forma resoluta, o caminho para um golpe de Estado. Ao mesmo tempo, o governo popular se refugiava na legalidade democrática. A história que vai de março de 1973 ao fatídico 11 de setembro daquele ano é, basicamente, a história de como os setores golpistas avançaram e o governo popular recuou. Semanas antes da concretização do golpe, tendo perdido boa parte do apoio que tinha no interior das Forças Armadas, restou ao governo apenas o apoio dos trabalhadores divididos pelas linhas táticas e estratégicas conflitantes no seio da própria esquerda. O desfecho cruel daquela intensa experiência, já bastante conhecido de todos, mostrava uma vez mais aos setores dominados o caráter instrumental da democracia liberal burguesa.

Historicamente, a democracia burguesa, como regime político e forma de organização do Estado burguês (democrático), quando não se mostra funcional à dominação dos dominantes, tem sido descartada, e substituída por regimes de exceção. No contexto latino-americano contemporâneo à vigência da “via chilena”, foram as ditaduras militares que deram expressão a tais regimes. Mesmo no Chile, país por muitos considerado à época como “modelo democrático” para a América Latina e possuidor de Forças Armadas “obedientes” ao poder civil, essa tendência se veria confirmada.

Apesar da alteração na relação entre economia e Estado com o advento das experiências neoliberais no subcontinente, e da vigência de ditaduras militares, o debate de fundo sobre o caminho a se percorrer tendo em vista a construção de uma sociedade socialista (via democrático-institucional ou via armada) ainda se faz presente hodiernamente. Em última análise, a permanência de tal dilema no interior da esquerda nos parece estar fincada na própria característica constitutiva do tipo capitalista de Estado, e de sua relativa autonomia.

REFERÊNCIAS

- AGGIO, A. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Unesp, 1993.
- ALLENDE, S. “A via chilena para o socialismo”. In: LÖWY, Michel (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2 ed., 2006.
- _____. *Discurso en el 40 aniversario del PSCH*. Disponível em: <<http://www.archivochile.com>>. Acesso em: 19 de novembro de 2013.
- ALTAMIRANO, C. *Dialética de uma derrota. Chile 1970-1973*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ALTHUSSER, L.; BALIBAR, É. *Para leer el capital*. Ciudad de Mexico: Siglo veintiuno, 2010.
- ANDERSON, P. “Balanço do neoliberalismo”. In: GENTILI, P.; SADER, E. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANGELL, A. *Partidos políticos y movimiento obrero en Chile*. Ciudad de México: Era, 1974.
- _____. Mobilização política e alianças de classes no Chile, de 1970 a 1973. *Análise social*, Lisboa, vol. 13, p. 273-318, 1977.
- _____. Social class and popular mobilisation in Chile: 1970-1973. *A Contracorriente*, Winter, vol. 7, n. 2, p. 1-51, 2010.
- BARZELATTO, A. G. ; URZÚA VALENZUELA, G. *Diagnostico de la burocracia chilena (1818-1969)*. Santiago: Editorial jurídica de Chile, 1971.
- BERTELSEN REPETTO, R.; BRAHM GARCIA, E. ; ECHEVERRÍA, A. *Regimen de gobierno en Chile ¿Presidencialismo o parlamentarismo? 1925-73*. Santiago: Editorial jurídica de Chile, 2002.
- BITAR, S. *Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BOBBIO, N. *Qual socialismo?* 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. *Ensaio sobre ciência política na Itália*. Brasília: UnB, 2002.
- _____. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- BORGES, E. C. *¡Con la Unidad Popular ahora somos Gobierno! Experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2011.

BORÓN, A. “Movilización política y crisis política en Chile, 1920-1970”. In: Vários autores. *Teoría, metodología y política del desarrollo en América Latina*. Buenos Aires: FLACSO, 1972.

_____. “Teoria política marxista ou teoria marxista da política”. In: AMADEO, Javier; BORÓN, Atilio; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.). *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2007.

BRAHM GARCIA, E. *Propiedad sin libertad: Chile 1925-1973. Aspectos relevantes en el avance de la legislación socializadora*. Santiago: Universidad de los Andes, 1999.

BRAVO, G. ; MOULIAN, T. *Debilidad hegemónica de la derecha chilena en el estado de compromiso*. Santiago: FLACSO, 1981.

CASTELLS, M. *La lucha de clases en Chile*. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 1974.

CAVALCANTE, S. M. *Classes médias e trabalho produtivo no capitalismo contemporâneo: sobre a definição das classes no nível das relações de produção*. XXVIII Congresso Internacional da Alas. Recife: UFPE, 2011.

_____. *Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista*. Tese de doutorado. Campinas: IFCH, Unicamp, 2012.

CERECEDA, F. C. El aparato estatal según el derecho constitucional chileno. *Cuadernos de la realidad nacional (CEREN)*, Santiago, n. 15, pp. 225-45, 1972.

CERRONI, U. *Teoria do partido político*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1982.

CHILE. *Constitución política de la República de Chile de 1833*. Disponível em: www.bcn.cl. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Acesso em: 18 de maio de 2013.

_____. *Constitución política de la República de Chile de 1925*. Disponível em: www.bcn.cl. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Acesso em: 18 de maio de 2013.

CODATO, A. Poulantzas, o Estado e a Revolução. *Crítica Marxista, Campinas*, n. 27, p.1-18, 2008.

COORDINADORA PROVINCIAL DE CORDONES INDUSTRIALES; et al. *Carta de los Cordones Industriales a Salvador Allende*. Disponível em: <http://www.achivochile.com>. Acesso em: 20 de novembro de 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra, 2 ed., 1984.

DA COSTA, J. A. C. O mito da racionalidade institucional e a construção da democracia no processo de emergência e consolidação do Estado chileno. *Em Tempo de Histórias*, Brasília, n. 11, p. 106-26, 2007.

DRAKE, P. W. *Socialism and populism in Chile, 1932-1952*. Urbana: University of Illinois Press, 1978.

DUJISIN, I. T. *Historia de los cambios del sistema electoral en Chile, a partir de la constitución de 1925*. Santiago: FLACSO, 1989.

DUJISIN, I. T. ; MOULIAN, T. *Discusiones entre honorables: las candidaturas presidenciales de la derecha entre 1938 y 1946*. Santiago: FLACSO, sem data.

ELEY, G. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

ENRÍQUEZ, M. “As causas da derrota”. In: LÖWY, Michel (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2 ed., 2006.

FURTADO, C. *Formação econômica da América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lia, Editor S.A., 1970.

GARCÉS, J. *Revolución, congreso y constitución: el caso Tohá*. Santiago: Quimantú, 1972.

_____. *El estado y los problemas tácticos en el gobierno Allende*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2 ed., 1974.

_____. *Allende e as armas da política*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

GAZMURI, J. *El sistema de partidos políticos en Chile en la década del sesenta*. Santiago: FLACSO, 1988.

GÓMEZ LEYTON, J. C. “Democracia versus propiedad privada. Los orígenes político-jurídicos de la dictadura militar chilena”. In: CAETANO, G. (org.). *Historia reciente de América Latina. Nuevas formas de protesta social y de emergencia de sujetos sociales*. Buenos Aires: FLACSO, 2006.

GUILISASTI TAGLE, S. *Partidos políticos chilenos: doctrina, historia, organización interna y fuerza electoral de los partidos conservador, liberal, radical, democrata cristiano, socialista y comunista*. Santiago: Nascimento, 2 ed., 1964.

HARNECKER, M. Los tres años del gobierno popular de Salvador Allende. *Encuentro XXI*, Santiago, n. 13, p. 34-41, 1998.

JESSOP, B. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 131-144, 2009.

LENIN, V. I. O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. In: *Obras escolhidas*. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, 2 ed., 1988.

LEÓN, A. ; SERRA, J. *La redistribución del ingreso en Chile durante el gobierno de la Unidad Popular. Éxito y frustración*. Santiago: FLACSO, 1978.

LUXEMBURGO, R. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão popular, 1999.

MACHADO, E. R. “Os limites da ‘democracia procedimental’ na América Latina”. *Revista Mediações*, Londrina, n.1/2, vol. 13, 2005

_____. Comuna de Paris, “partidos” e “movimentos”. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, vol. 25-26, 2011.

MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 4 ed., 1993.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, Livro III, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1974.

_____. *O Dezoito Brumário e cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARO, A. L. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MILIBAND, R. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2 ed., 1982.

_____. Poulantzas e o Estado capitalista. *Crítica marxista*, Campinas, n. 27, p. 93-104, 2008.

MIR. “O MIR e a Unidade Popular”. In: LÖWY, M. (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2 ed., 2006.

MONIZ BANDEIRA, L. A. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MORAGA, H. G. *O Estado nas sociedades dependentes: o caso da América Latina*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MORALES, E. *Los sectores populares en el periodo 1970-1973*. Santiago: FLACSO, 1983.

MOTTA, L. E. Poulantzas e o direito. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 367-403, 2010.

MOULIAN, T. *Evolucion histórica de la izquierda chilena: influencia del marxismo*. Santiago: FLACSO, 1982a.

_____. *Lineas estrategicas de la izquierda: “frentismo”, populismo, anti-reformismo, 1933-1973*. Santiago: FLACSO, 1982b.

PARTIDO SOCIALISTA DE CHILE. *Vigesimo segundo congreso general ordinário del Partido Socialista de Chile, Chillan*. Disponível em: <<http://www.achivochile.com>>. Acesso em: 18 de maio 2013.

PASTRANA, E. ; THRELFALL, Monica. *Pan, techo y poder: el movimiento de pobladores en Chile (1970-1973)*. Buenos Aires: SIAP-Planteos, 1974.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PETRAS, J. *Política y fuerzas sociales en el desarrollo chileno*. Buenos Aires: Amorrortu, 1969.

POULANTZAS, N. (org.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977a.

POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977b.

_____. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. *Repères. Hier et aujourd'hui: textes sur l'Etat*. Paris: Maspero, 1980.

_____. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

QUIJANO, A. "Allende outra vez: no limiar de um novo período histórico". *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 11/12, p. 128-135, 2004.

ROUQUIÉ, A. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

SAAVEDRA, A. *Capitalismo y lucha de clases en el campo. Chile 1970-72*. Madrid: Alberto Corazon Editor, 1975.

SAES, D. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. *Crítica Marxista*, Campinas, n.7, p.46-66, 1997.

_____. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: IFCH UNICAMP, 2 ed., 1998.

SÁNCHEZ, R. Las capas medias y la coyuntura política actual en Chile. *Nueva sociedad*, Ciudad de Mexico, n. 15, pp. 52-67, 1974.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SULBRANDT, J. La burocracia como grupo social. *Cuadernos de la realidad nacional (CEREN)*, Santiago, n. 15, pp. 246-60, 1972.

TRIBUNALES VECINALES. *Texto del proyecto de ley sobre Tribunales Vecinales*. Disponível em: <<http://www.salvador-allende.cl/>>. Acesso em: 18 de novembro de 2013.

UNIDAD POPULAR. *Programa de la Unidad Popular*. Disponível em: <<http://www.archivochile.com>>. Acesso em: 15 de setembro de 2013(a).

UNIDAD POPULAR (Comité Político Nacional de la UP). *Declaración de la Unidad Popular sobre los resultados de las elecciones de regidores*. Disponível em: <<http://www.archivochile.com>>. Acesso em: 28 de novembro de 2013(b).

URZÚA VALENZUELA, Germán. *La democracia práctica: los gobiernos radicales*. Santiago: Antártica, 1987.

_____. *Historia política de Chile y su evolución electoral (desde 1810 a 1992)*. Santiago: Editorial jurídica de Chile, 1992.

VALENZUELA, J. S. *Democratización via reforma: la expansión del sufragio en Chile*. Buenos Aires: IDES, 1985.

VARELA, L. Q. ; VIDELA, J. T. *Cambio político y la elección parlamentaria de marzo de 1973: antecedentes de una elección crítica-limite*. Universidad Católica de Chile, Instituto de Ciencia Política, 1974.

VERGARA, G. S. *Historia de la acumulación capitalista en Chile: apuntes de clases*. Santiago: LOM Ediciones, 2003.

VOLOSKY, S. T. “Droit de l’homme et souverainete populaire”. In: DE RYCK, Serge; ALVAREZ GARCIA, Marcos. *Chili: la force contre le droit. Critique de la légalité du system chilien*. Paris: L’Hamartan, 1989.

WEBER, M. *Economía y sociedad*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2012.

WINN, P. *A revolução chilena*. São Paulo: Unesp, 2010.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.